

# ΠΑΝΤΑ ΡΕΙ..

tudo flui

Revista da Aduel - Sindiprol - volume 2 - nº 2 - jul/dez/1997

ISSN 1413-5000



***125 Anos da  
Comuna de Paris***

# Sumário

Apresentação..... 03

## *Artigos*

*Filosofia, Revolução e a Comuna de Paris* ..... 05  
*Professor José Mário Angeli - UEL*

*Comuna de Paris: última revolução plebéia ou primeira  
revolução proletária?* ..... 08  
*Professor Daniel Aarão Reis Filho - UFF*

*As Comissões de Fábrica como Atualização Histórica da  
Comuna de Paris* ..... 14  
*Professor Edmundo Fernandes Dias - UNICAMP*

*Marxismo e Estado-comuna* ..... 32  
*Professor Osvaldo Coggiola - USP*

*A Comuna de Paris 1871 e algumas experiências que  
descortinaram o Movimento Social na época contemporânea* ..... 39  
*Professor Pedro Roberto Ferreira - UEL*

*Soberania Popular: Conceito Realizado e Abolido na  
Comuna de Paris* ..... 44  
*Professor Roberto Romano - UNICAMP*

*A Comuna de Paris* ..... 52  
*Professor Maurício Tragtenberg - PUC-SP*

## Ficha Catalográfica

ISSN 1413-5000

Catálogo na fonte elaborada pelo Setor de Processamento Técnico da Biblioteca Central da  
**Universidade Estadual de Londrina**

παντόρει.. Revista da Aduel-Sindiprol / Associação dos Docentes da  
Universidade Estadual de Londrina; Sindicato dos Professores de Londrina.  
-- Vol.1 (jan/jun/1995). -- Londrina : Editora da Universidade Estadual  
de Londrina, 1997.  
v.; 28 cm.

Semestral.

Descrição baseada em: v.1 (jan/jun/1995).

1. Ciências Sociais - Periódico. 2. Filosofia - Periódico. I. Universidade  
Estadual de Londrina.

CDU 3:1(05)

### **Conselho Editorial:**

**Edmundo Fernandes Dias (UNICAMP)**  
**Enzo Santarelli (URBINO)**  
**José Mario Angeli (UEL)**  
**Luzia Marta Bellini (UEM)**  
**Maria Aparecida Zanetti (UFPR)**  
**Maria Izabel de Souza Lopes (UEM)**  
**Maria José de Rezende (UEL)**  
**Osmani Ferreira da Costa (UEL)**  
**Pedro Roberto Ferreira (UEL)**  
**Ricardo de Jesus Silveira (UEL)**  
**Roberto Romano (UNICAMP)**  
**Sandra Regina Garcia de Oliveira (UEL)**  
**Sérgio Tiski (UEL)**  
**Volnei Edson dos Santos (UEL)**

Diagramação: Nelson José Bortolin  
Ilustrações: Luiz Alberto da Silva (Beto)  
Digitação: Kleber Arantes  
Revisão de Texto: Letícia Leal de Barros

# Apresentação



A revista *πάντα πέλ.* apresenta o resultado do **Seminário 125 anos da Comuna de Paris**, promovido pelos Departamentos de Filosofia, História e Ciências Sociais e pela Coordenadoria de Extensão à Comunidade da Universidade Estadual de Londrina. O seminário teve o apoio da Associação dos Docentes da UEL (Aduel), Sindicato dos Professores de Londrina (Sindiprol), Sindicato dos Trabalhadores da Saúde (Sindsaúde) e Sindicato dos Servidores Municipais de Londrina (Sindiserv) e aconteceu entre os dias 16 e 18 de outubro de 1996, na UEL.



A necessidade de discutir o significado da Comuna de Paris na contemporaneidade coloca-se para o conjunto da classe trabalhadora. 125 anos atrás os trabalhadores parisienses construíram uma unidade significativa em torno do mundo do trabalho a despeito de suas diferenças. Esta unificação aparece como instrumento para compreender as formas de luta dos trabalhadores atuais. Embora aquela tentativa tenha "fracassado" ela permite entender que a alternativa de poder à sociedade capitalista é historicamente delimitada e minada pela contra-revolução burguesa. A consciência política dos trabalhadores alcança naquele momento a unidade necessária para a prática de uma experiência acumulativa de administração da vida social. Esta prática, possibilita o entendimento hodierno num contexto diferenciado e ilumina a ação dos conselhos populares existentes na sociedade.

Costaríamos de agradecer especialmente o reitor da Universidade Estadual de Londrina, professor Jackson Proença Testa e o diretor da Editora da UEL, professor Leonardo Prota, pelo apoio dado a esta publicação.

## As Diretorias ADUEL-SINDIPROL

### Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Londrina - ADUEL -

#### Diretoria:

Presidente: Sandra Regina Garcia  
Vice-presidente: Angela Maria Hidalgo  
Secretária-geral: Eliane Czernisz  
Primeiro-secretário: Sérgio Tiski  
Tesoureira-geral: Maria das Graça Fernandes  
Primeiro-tesoureiro: Elsio Lenardão  
Diretor de Imprensa: Ayoub Hanna Ayoub  
Diretor de Promoções Culturais e Artísticas: José Mario Angeli

### Sindicato dos Professores de Londrina - SINDIPROL -

#### Diretoria:

Presidente: José Mario Angeli  
Secretária Geral: Regina Ventura  
1º Secretário: Sérgio Tiski  
Tesoureiro: Cesar Antonio Caggiano Santos  
Diretor de Imprensa: Osmani Costa

# Filosofia, Revolução e a Comuna de Paris

**Professor José Mário  
Angeli  
Doutor do  
Departamento de  
Filosofia da  
Universidade Estadual  
de Londrina**

*A nous la liberté,  
Rene Clair.*

## **Apresentação**

A importância deste seminário-125 anos da Comuna de Paris - está na capacidade de extrair e aproveitar os ensinamentos para a prática presente. Um dos ensinamentos deste seminário indica, antes de tudo, a sociabilidade da política, momento em que os trabalhadores se colocam como sujeitos históricos da construção de uma nova civilização. Certamente que, a Revolução Francesa estabeleceu uma ruptura entre o velho sistema feudal e novo sistema liberal que estava nascendo. No entanto, com a Comuna de Paris os trabalhadores criaram uma forma de organização política participativa que se apresenta configurando o Estado de caráter democrático popular, expressão da sociabilidade da política e da capacidade dos trabalhadores de administrar o Estado. Essa nova forma de fazer política desmascarou o mito da democracia burguesa baseada na liberdade política e agora fundada na igualdade social.

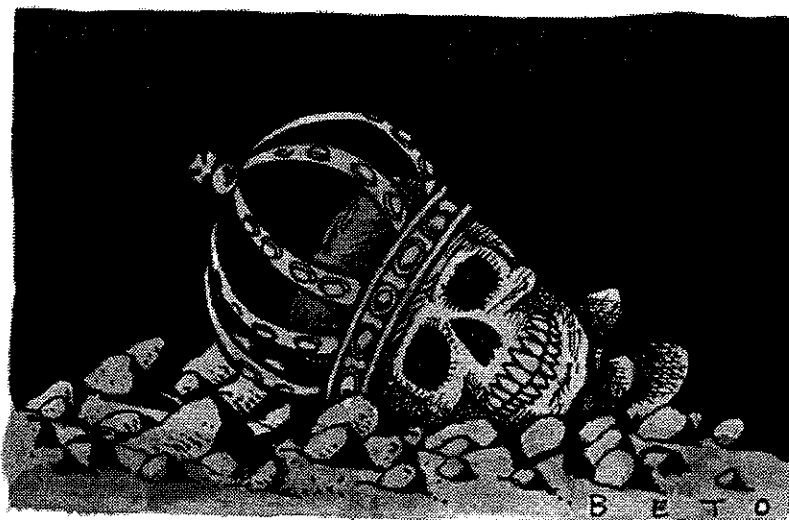
O tema da revolução foi muito discutido por filósofos. Particularmente, na filosofia ele aparece circunstanciado pelas condições políticas e sociais dos diferentes países de origem desses filósofos. Fichte, em seu livro *As contribuições para retificar os juízos do público sobre a Revolução Francesa*, afirmou que "a Revolução Francesa pareceu-me

importante para a humanidade inteira. Não falo das consequências políticas que ela teve tão somente para aquela nação, mas também para os Estados Vizinhos(....). A Revolução Francesa ilustra os direitos dos homens e os valores dos homens".

A atenção da filosofia se reporta ao fato revolucionário próprio do movimento. Ela entendia a revolução no sentido da emancipação para toda a humanidade. No entanto, a liberdade política instaurada pela Revolução Francesa não permitiu a emancipação do povo. O povo ficou à margem daquilo que seria a emancipação, criando um inter-reino entre a liberdade política e emancipação do homem. Nesse inter-reino, uma forte pressão popular levou à implantação da Comuna de Paris, instalando-se a República Francesa e, conseqüentemente, a contra gosto da burguesia, completar a sua revolução.

O filósofo Hegel via na Revolução Francesa uma "esplêndida aurora" que seria festejada por "todos os seres humanos". Segundo ele, desde que "o sol está no firmamento e os planetas giram ao seu redor, não se tinha percebido ainda que o homem apóia sua cabeça sobre o pensamento e tem-se isto como base que edifica a realidade (...). Ora, somente o homem chegou a conhecer que o pensamento deve governar a realidade espiritual". Hegel entendia que o fato revolucionário iria implementar uma nova realidade espiritual capaz de iluminar o pensamento humano.

É possível colher no entusiasmo desses dois filósofos do idealismo alemão a sensação de que se está abrindo uma nova época na história da humanidade. Uma época que foi preparada pelo desenvolvimento do pensamento, pela especulação sobre a essência do homem e da sociedade. Esta



época chegou ao seu ponto mais alto no pensamento de Rousseau que meditou aqueles acontecimentos intensamente mediado por Robespierre. O próprio Fichte, ao criticar os empiristas, afirmou que os revolucionários chamados "tanta vezes de sonhadores, no entanto, chegam a realização sob os vossos olhos, muito reservadamente, como sendo o seu erro, pois quando na verdade são vocês senhores empiristas" que não querem as transformações sociais que estão ocorrendo nas sociedades.

Através da Revolução Francesa, colocou-se o fim ao regime feudal e instaurou-se um Estado Moderno. Esse fato permitiu que as condições de liberdade e de igualdade fossem aclamadas pelos espíritos mais conscientes da verdadeira realização do homem. Contudo, contemporaneamente, florescia uma época de liberdade, de igualdade e de fraternidade de caráter burguês mas, paradoxalmente, a revolução industrial tinha já posto as bases da nova desigualdade e exploração dos trabalhadores. A explosão industrial fez emergir uma aristocracia da indústria manufatureira, entre as mais duras que apareceram na face da terra, aparece a acumulação do lucro, fundado sob escala planetária e anárquica da produção, da exploração irracional das reservas minerais, premissa da fome e da morte de inteiras populações, como acentuaram Marx e Engels no Manifesto Comunista.

O prevalecimento e a incompletude desses ideais fizeram da Comuna de Paris uma tentativa dos trabalhadores implantarem um governo de auto-gestão no interior da nova sociedade. A Comuna de Paris é uma tentativa comunalística de administração. A medida que se exauriram os germes nascidos na Revolução Francesa, isto é, não só a nova classe que luta para poder derrotar os representantes da velha sociedade, que não querem confessar decisivamente derrotada, mas derrotar também os grupos surgidos das mudanças pela própria revolução, um novo esforço no

sentido de superar a estrutura antiga da sociedade, o que demonstrou, assim ser vital o confronto entre o velho e o novo que estava nascendo na sociedade.

A Comuna de Paris será o complemento da Revolução Francesa. Desta forma, estudá-la significa apreender todo esse período que vai de 1789-1870, caso contrário, perde-se a eficácia do conjunto, de princípios, de estratégias e táticas nascidos praticamente na Revolução Francesa e desenvolvidos ideologicamente por volta de 48. Posteriormente, ela será reassumida na forma de "revolução permanente" por Marx e descrita como sendo: "a porta bandeira gloriosa de uma nova sociedade". O próprio Lenin reporta-se a ela e afirma que: "todos os movimentos sociais tem a sua origem nos movimentos da Comuna de Paris". Isso significa dizer que a sua compreensão deverá ser aprofundada e dela extraída lições que poderão iluminar, quer seja a filosofia, quer seja a nossa prática cotidiana, como intelectuais que interpretam os movimentos sociais.

### **A batalha da filosofia será para reformular a idéia de homem, lutar pela edificação de uma comunidade autêntica e por uma solidariedade vivente.**

Se se entende que nenhuma idéia nasce de outra idéia ou nenhuma filosofia nasce de outra filosofia, mas que elas são historicamente determinadas pelas condições de seu tempo, os ensinamentos da Comuna de Paris poderão ser um complemento para os movimentos atuais, porquanto, atuais são os Conselhos Populares em nossa sociedade.

Nesse sentido, estamos promovendo esse seminário para aprofundar a *sociabilidade da política e da democracia popular*

dos conselhos, espaço propositivo das "classes subalternas" frente ao poder da classe dominante. Faz-se urgente uma "reforma intelectual e moral" que tenha a coragem de refutar a alienação dos homens e a submissão da vida humana. Assim, sem um **habendi rabies** não será possível enfrentar os problemas que vive a humanidade. Problemas como a contaminação do planeta, as formas violentas de relação entre Estados e sociedade civil que levam a convivência cada vez mais empobrecida entre os homens. A batalha da filosofia será para reformular a idéia de homem, lutar pela edificação de uma comunidade autêntica e por uma solidariedade vivente.

Ora, a questão é saber que tipo de paradigma devemos construir para a implementação da sociabilidade da política, da auto-gestão dos Conselhos Populares e do incremento da Autonomia desses Conselhos. Diz-se que o modelo marxista, epistemologicamente, esgotou todas as suas interpretações e que o modelo de revolução do Manifesto Comunista não corresponde mais as realidades atuais. Por conseguinte, para esses teóricos, só se poderá extrair daquele modelo ressonâncias fúnebres, pois os elementos de seu discurso político não são mais possíveis na pós-modernidade. No entanto, se considerarmos a situação pós-moderna do ponto de vista biopolítico (isto é, como circuito ininterrupto de vida, *produção e política*, dominado globalmente pelo modo de produção capitalista) são assustadores e alarmantes os índices dos indicadores sociais do sistema capitalista.

Essa situação parece eminentemente paradoxal. *Por um lado*, as forças da sociedade econômico-política estão ainda ativas e não democratizadas o suficiente para que todos tenham o necessário para sobreviverem. *Por outro lado*, essas mesmas forças estão submetidas ao domínio global da reprodução da vida. A questão é como resgatar o político

quando os modelos se esgotaram ou como construir uma democracia política na sociedade pós-moderna.

Este seminário tratou de questões importantes e atuais de nosso cotidiano político. No primeiro dia, discutiu-se: **“os Conselhos de Fábrica como atualização histórica do projeto da Comuna de Paris”**. Edmundo F. Dias recuperou o papel das comissões de fábrica atualizando-as em nossos dias. Edmundo, ao trabalhar os Conselhos de Fábrica como o elemento novo da auto-gestão operária - atualiza a experiência auto-gestiva da Comuna de Paris, momento da construção da socialidade da política pelos trabalhadores parisienses rumo à construção de uma democracia participativa - se detém na experiência gramsciana Turinense da empresa Fiat dos anos 20, como elemento revolucionário capaz de por fim ao Estado burguês. A atualização da “Comuna de Paris” vai assim enfatizada na rígida perseguição teórica do autor estabelecendo uma indissociabilidade entre o Partido e os Conselhos de Fábrica. Segundo a compreensão gramsciana a revolução proletária é um longo processo histórico que se verifica no surgimento e no desenvolvimento de determinadas forças produtivas num determinado ambiente histórico. Sem dúvida, isso permitirá pensar a questão da democracia operária vivida pela Comuna.

No segundo dia, discutiu-se: **“A Comuna de Paris auto-gestão social, política e econômica”**. Tragtenberg enfatizou o modelo de auto-gestão proposto pela Comuna de Paris como alternativo ao projeto de Estado burguês. Segundo o autor, a auto-organização, a autonomia operária não surgem magicamente. Elas são produtos de um “trabalho”, de uma tradição histórica. A Comuna de Paris engloba tradição e criação. A tese desenvolvida pelo autor baseia-se, fundamentalmente, na incompatibilidade entre o Partido e os Conselhos. Tragtenberg se

detém na crítica ao Partido pois, segundo ele, trata-se de uma instituição tremendamente burocrática que não permite a realização da autonomia operária, enquanto que a auto-organização dos trabalhadores da Comuna de Paris foi expressão de sua autonomia perante o poder burguês parisiense.

Neste dia, discutiu-se: **“A idéia da soberania popular da Revolução Francesa à Comuna de Paris”**. O Roberto Romano contrapôs a Comuna de Paris (1871) as fases da Revolução Francesa (1789). Segundo Romano, quando se elimina Robespierre e seus seguidores pelos thermidorianos, houve uma substituição do conceito de “virtude” pelo conceito de “propriedade”. A “ditadura da Propriedade” burguesa, neste momento, vai-se contrapor à Comuna de Paris pela autonomia da soberania popular dos trabalhadores. Romano, para elaborar sua teoria, parte da análise do filósofo iluminista Diderot sobre a desconfiança da representação em qualquer instância de poder. Reporta-se à contemporaneidade repreendendo o conceito thermidoriano do filósofo Badiou, sobre o fim da “ética da convicção”, pois segundo ele, todo thermidoriano “é constitutivamente alguém à procura de um lugar” no espaço do poder. Segundo Romano, as massas de Paris desconfiam de qualquer representação que agisse por ela, isto é, na experiência da Comuna de Paris não há uma ruptura entre o executivo e o legislativo, mas há sim, uma ruptura do pressuposto da representação que permitiu a política ser revocável a qualquer momento.

Assim, a experiência da Comuna de Paris, pela primeira vez na história, rompeu com a tese da soberania, pois a Comuna atacou o fantasma do Rei, da “Maiesta” que vem do Império Romano e da “Respublica Christiana”, que fundamenta o governo na “virtude” do Rei, do representante ou mesmo da “propriedade” e agora essa repre-

sentação está baseada na democracia direta eleita pelo povo.

No terceiro dia, discutiu-se: **“A Comuna de Paris como a última revolução plebéia do século XIX e a primeira proletária da história”**. Aarão recuperou a história da Comuna de Paris. Para Aarão o sucesso e a sua falência têm muito a ver com as condições do imperialismo e da própria organização das formas da história de luta dos trabalhadores de seu tempo.

Neste dia, discutiu-se também a **“democracia representativa e democracia direta: o marxismo e a Comuna de Paris”**. Coggiola enfatizou os Soviets como forma de organização flexível da classe operária idêntico à forma encontrada pelos trabalhadores da Comuna de Paris. A superioridade da democracia soviética frente a democracia burguesa foi graças aos Soviets, pois ali se garantiu o direito ao exercício da democracia, uma vez que no interior dos conselhos havia diversas tendências e partidos operários. Enfatizando a substituição do parlamento pela Comuna de Paris sem ter abolido a representatividade e a legitimidade, Coggiola demonstrou através de leituras de Marx a atualidade da Comuna, colocando-a no núcleo da teoria marxista do Estado.

Certamente que a discussão desse tema, confrontar-se-á com o pós-moderno vigente em nossa sociedade e dominante na maioria de nossos filósofos, sociólogos e políticos da atualidade. Neste sentido, o modelo participativo da Comuna de Paris na gestão da República apareceu atual e possível, se implementado poderá superar a distância entre o sujeito e a constituição do absoluto democrático na comunidade social. Certamente, esse é o desejo de todos aqueles que lutam para construir um mundo socialista.



# Comuna de Paris: última revolução plebéia ou primeira revolução proletária?<sup>1</sup>

Professor Daniel Aarão  
Reis Filho  
Doutor do Departamento  
de História da  
Universidade Federal  
Fluminense

Palestra proferida em outubro de 1996  
Artigo concluído em abril de 1997

## 1. Paris, cidade-luz, cidade-trevas

Para começar, o palco, onde se verificaram os acontecimentos. Ao longo do século XIX, a cidade de Paris manteve o ritmo de crescimento que já a tornara, há muito, a primeira cidade de França e uma grande metrópole mundial. No primeiro terço do século a população praticamente duplicou: de 500 mil, em 1800, para cerca de um milhão, em 1836. Em 1872, quase uma outra duplicação: 1.800 mil habitantes. Aspirando para si praticamente todo o crescimento demográfico francês, 2/3 de sua população ativa ganham a vida como assalariados, metade vive do trabalho manufatureiro.

O vertiginoso crescimento, no entanto, não subverteu as estruturas sociais, industriais e urbanas tradicionais. As atividades econômicas principais, a importância relativa das pequenas empresas e dos pequenos

patrões, a composição da população, a relação entre patrões e assalariados, aspectos que reiteram mais do que alteram as realidades do início do século. Neste sentido, do ano II da Grande Revolução Francesa a 1871, *Paris est resté Paris*<sup>2</sup>. Dados sobre suas estruturas sociais o atestam de forma eloquente: em 1848, 346 mil assalariados e 58.500 patrões. Em 1872, 454 mil assalariados, cerca de 80 mil patrões. Mantida, portanto, uma proporção entre patrões e empregados oscilando de 1 para 5 a 1 para 6.

As condições de organização e exploração da força de trabalho reproduzem padrões da assim chamada primeira revolução industrial: jornadas de trabalho extensas, alcançando, às vezes, 15 a 16 horas por dia, recurso indiscriminado ao trabalho feminino e infantil, quase nenhuma proteção institucionalizada, insalubridade na habitação e no lugar de trabalho, surtos de desemprego, fome e miséria, apartheid social e geográfico, intensamente acelerado pelos grandes trabalhos de Haussmann, que modificaram a paisagem da cidade deixando intocadas as estruturas sociais, expulsando a plebe urbana para o sul e para o norte de aglomeração parisiense. Em suma, Paris já é cidade-luz, mas conserva sombras pesadas, cidade-trevas, semelhantes às pintadas por Hugo, Dickens e Engels<sup>3</sup>: os trabalhadores como cidadãos de segunda classe, uma gente não-gente, sem direitos, marginalizada, sufocada.

Dilacerada pelas contradições internas, a cidade ergue-se, com suas tradições revolucionárias, de 1789, 1792, 1830 e 1848, no contexto de uma França basicamente rural e conservadora<sup>4</sup>, de 36 milhões de habitantes, onde 70% da população vivem no campo ou em cidades de menos de dois mil habitantes.



<sup>1</sup>O presente artigo, com ligeiras modificações, reproduz palestra efetuada na Universidade Estadual de Londrina (UEL), em 18 de outubro de 1996, na Semana comemorativa do 125º aniversário da Comuna de Paris, promovida pela Associação de Docentes da UEL e Sindicato dos Professores de Londrina.

<sup>2</sup>Paris continuou a mesma. A frase e os dados são de Jacques Rougerie: *Mil huit cent soixante et onze. In Le Mouvement Social*, nº 79, avril-juin 1972, Les Editions Ouvrières, Paris, 1972, pp. 60 e segs. Este número de *Mouvement Social* foi integralmente dedicado ao Colóquio Universitário organizado por ocasião do centenário da Comuna de Paris, em 21-23 de maio de 1971.

<sup>3</sup>Victor Hugo: *Os Miseráveis*. Ch. Dickens: *David Copperfield*. Fr. Engels: *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*.

<sup>4</sup>Nesta "França profunda" é preciso, porém, registrar a existência de alguns núcleos urbanos importantes, onde também são fortes as contradições e os movimentos sociais. Como se verá, em alguns deles, como por exemplo, em Marseille, em Lyon, em Grenoble, entre outros, paralelamente à Comuna de Paris, haverá também a eclosão de "Comunas" revolucionárias. Cf. Jeanne Gaillard: *Communes de province, commune de Paris, 1870-1871*, Flammarion, Paris, 1971. Ou seja, é problemática a idéia de uma antinomia muito rígida entre uma Paris revolucionária e uma França reacionária.



## 2. A guerra franco-prussiana: estopim de uma revolução involuntária

A década anterior à eclosão da Comuna assistiu, entre os mitos e a demagogia próprias do reinado de Napoleão III, a uma real, embora limitada, abertura para os trabalhadores franceses. Expressão maior desta tendência foi a aprovação de uma lei de greve, de 1864, permitindo-se, com restrições, os movimentos de paralisação do trabalho (era formalmente proibido o recurso aos *piquetes*, associados ao uso da violência, severamente coibida e sancionada). Lembre-se ainda a ida de uma delegação francesa, oficialmente autorizada, ao encontro internacional realizado em Londres, em 1864, que resultou na formação da Associação Internacional dos Trabalhadores, AIT.

Paris (re)organiza-se. Um autor conseguiu relacionar cerca de quatrocentas sociedades cooperativas de consumo, mais de cem sociedades cooperativas de produção, duzentas sociedades de poupança e crédito mútuo, cerca de sessenta sociedades de resistência e solidariedade, outras sessenta câmaras sindicais operárias e muitos outros grupamentos, bibliotecas populares, círculos educativos, etc...<sup>5</sup>. Um mundo não tão visível dos bulevares, mas agitado, em efervescência. E que investe na recuperação da memória. Para esta atmosfera de reatamento de laços perdidos, contribuirá a popularização de toda uma literatura política, sobretudo uma notável *redescoberta* do passado revolucionário, concretizada na edição de biografias de lideranças, sem contar obras sobre correntes políticas, aspectos particulares da Grande Revolução e a reedição dos *Classiques de la Révolution* ( Robespierre, Marat, Danton, Vergniaud, etc.), em 1867-1868<sup>6</sup>.

É a este caldeirão que chegaram as notícias desmoralizantes das derrotas de Wissemburg (04 de agosto) e de Forbach (06 de agosto), seguidas, menos de um mês depois, pelas do desastre de Sedan (01-02 de setembro de 1870). A guerra franco-prussiana, urdida por ambições e causas imediatas amplamente ignoradas, ou mal dominadas, subitamente deflagrada, provocara, no entanto, como sempre, quando o inimigo é o *prussiano*, um surto nacionalista. A sucessão de derrotas desencadeou movimentos de indignação e protesto. Por outro lado, afluíam também as notícias das primeiras demonstrações de descontentamento, iniciadas na *província*: manifestações em Creusot e tentativa de proclamação de uma Comuna em Marselha (08 de agosto), proclamação de uma Comuna em Lyon (13 de agosto)<sup>7</sup>.

A proclamação da República, em 04 de setem-

bro, configura a recusa à capitulação e a decisão de resistir<sup>8</sup>. A França parece não se querer vencida, desvencilha-se do Império e do Imperador, como que atribuindo a derrota ao regime e ao seu supremo chefe. Forma-se então um governo de *Defesa Nacional*, sugerindo-se o início de uma segunda etapa na guerra, ou de uma segunda guerra.

Entretanto, depois de alguns sucessos na região do rio Loire, desmornaram os exércitos franceses. O armistício de 28 de janeiro de 1871 suspende as operações militares e autoriza o desfile dos prussianos em Paris. Com uma ressalva, e de capital importância, a Guarda Nacional, formada pelos cidadãos mobilizados de Paris, mantém-se intacta, e armada, com o controle dos seus canhões.

Enquanto os exércitos alemães acampam nas cercanias de Paris (leste e norte), abrem-se as negociações para a assinatura de um tratado de paz.

Do lado das elites, amparadas nas eleições legislativas de 08 de fevereiro de 1871, das quais resultaram uma Assembléia terrivelmente conservadora, e mesmo inclinada à restauração da monarquia, há o medo, a perspectiva da fuga (transferência da sede da Assembléia para Bordeaux), o capitulacionismo. As medidas do governo falam por si mesmas: rejeição das pressões no sentido de uma preparação eficaz de Paris para resistir aos prussianos, suspensão dos soldos da Guarda Nacional, visando sua desmobilização, normalização das cobranças das dívidas, suspensas desde o início da guerra.

Paris observa desconfiada o governo republicano provisório, mais inclinado a conciliar com as elites rurais conservadoras e a liquidar a guerra a qualquer custo do que a liderar as massas urbanas numa resistência desesperada, baseada na *levée en masse*<sup>9</sup>, como em 1792. O governo provisório responde na mesma moeda: também desconfia das Comunas urbanas turbulentas e de Paris em particular: massas fora do controle, perigosas.

É nesta atmosfera carregada que o governo resolve assumir o controle dos canhões da Guarda Nacional. Uma decisão delicada. Com efeito, estava ali em jogo uma questão militar: eram 227 canhões, tinham um razoável poder de fogo e, no caso de uma reabertura desesperada do conflito com os prussianos, desempenhariam certamente um papel. Mas pesava sobretudo o simbolismo de terem sido adquiridos numa subscrição popular amplamente participada. Não eram quaisquer canhões. Pertenciam à cidade e assim eram considerados por ela.

À ordem de transferi-los para o governo, a cida-

<sup>5</sup>Denis Poulot, *Le Sublime, Paris, 1872*, p. 294, citado por J. Rougerie, *op. cit.*, p. 72.

<sup>6</sup>J. Rougerie, *op. cit.*, p. 66.

<sup>7</sup>Os dados e acontecimentos na província foram extraídos, fundamentalmente, da obra de Jeanne Caillard, já referida na nota 4.

<sup>8</sup>É interessante notar que J. Caillard enfatiza um fato não tão conhecido: as cidades de Marselha e de Lyon proclamaram a república antes de Paris.

<sup>9</sup>Mobilização/conscrição de todos os cidadãos numa perspectiva de salvação nacional.

de respondeu com a insubordinação. Frustrou a tentativa. E fuzilou os chefes que pretendiam concretizá-la. A surpresa. O governo retrucou com a fuga para Versalhes, suscitando velhos fantasmas. Desgovernada, a cidade amotinada deslizou para a revolução, quase involuntariamente<sup>10</sup>.

A três dias do início da primavera, aos dezoito dias do mês de março de 1871 tinha início a trágica experiência da Comuna de Paris.

### 3. A constituição da Comuna: medidas e programa

As medidas sociais tomadas pela Comuna foram tímidas, aquém mesmo dos programas socialistas da época<sup>11</sup>. Entre as principais, sempre referidas nos relatos e trabalhos sobre o assunto, figuraram a suspensão das cobranças das dívidas e dos aluguéis, a abolição do trabalho noturno e a das agências de emprego<sup>12</sup>, a suspensão da venda de objetos penhorados.

A Comissão do Trabalho, verdadeiro *ministério do trabalho* da Comuna, controlada pelos Internacionais sob a direção de Frankel, chegou a formular, em 16 de abril, um dispositivo revolucionário, autorizando os trabalhadores a assumirem as empresas de patrões *fujões*, colocando-as em funcionamento. Teve pouco efeito prático: quando do esmagamento da Comuna, apenas uma empresa confiscada estava em funcionamento...<sup>13</sup>

Os trabalhadores também conseguiram da Comuna reserva do trabalho estatal disponível para as associações operárias de produção. Além de um esboço de legislação favorável à proteção do trabalho feminino e infantil.

Na época assumiram grande impacto, pelo seu valor simbólico, as medidas que estabeleceram a laicização do Estado: o fim dos subsídios às religiões (leia-se: à religião católica), o ensino laico e a separação radical entre o Estado e a religião. A explosão de tendências anti-clericais, tradicionais entre os trabalhadores franceses, dado o comprometimento frequente e ostensivo dos padres com a ordem dominante, levou ao saque de alguns conventos e igrejas, à prisão de algumas dezenas de padres e à de alguns dignitários, como, por exemplo, a de Monseigneur Darboy. Alguns seriam fuzilados nos últimos estertores da Comuna. Tudo isto foi muito bem explorado pela propaganda anti-Comuna, criando-se uma associação -

falsa - entre a Comuna e o sectarismo anti-religioso. Na verdade, quase todas as igrejas de Paris permaneceram abertas e em funcionamento<sup>14</sup>. O que não desmerece o fato de que a *descristianização* do Estado representou a retomada marcante da proposta de uma república laica.

Foi no campo político, entretanto, que a obra da Comuna, seguramente, adquiriu maior relevância histórica. Em questão, o princípio, já enunciado desde 1789-1792, da *soberania popular*. As modalidades de sua aplicação projetaram-se como lições para o futuro, e seriam, mais tarde, nos embates que haveriam de vir, assumidas pelas alas mais radicais dos partidos e organizações operárias e revolucionárias: elegibilidade de todos os cargos (administrativos, judiciais e educacionais), através do sufrágio universal; revocabilidade imediata de todos os eleitos pelos eleitores; remuneração dos mesmos, segundo referências comuns aos trabalhadores; mandatos imperativos; supressão do serviço militar obrigatório e do exército permanente.

Assim como, na esfera da produção, o repúdio à intermediação havia levado à extinção das agências de contratação de mão de obra, no campo político, repudiava-se o conceito de *representação* em proveito das formas e procedimentos próprios da *democracia direta*. O *representante* era substituído pelo *mandatário*. Daí a revocabilidade a qualquer momento, os padrões de remuneração, o mandato flexível e imperativo. Nesta lógica, a soberania popular não fica a mercê de nenhuma agência específica (exército permanente e polícia), mas é garantida pelo *povo em armas*.

Mas Paris fizera uma revolução *parisiense*, conscientemente auto-limitada. A esperança de que seria possível formar uma federação de comunas (formulação prudhoniana), frustrada com a derrota das tentativas revolucionárias em Marselha, Lyon, Narbonne, Limoges e Toulon, entre outras, fez desta auto-limitação um alçapão.

Nele Paris ficou enredada. À espera do massacre.

### 4. A Comuna sob cerco

Em começos de abril, os *communards* fizeram suas primeiras, e últimas, tentativas sérias para testar a consistência das malhas da rede em que se encontravam. Perderam homens e chefes preciosos (Duval e Flourens). O cerco fechara-se. A oeste e sudoeste, as tropas do exército do governo de Versalhes. A leste e a

<sup>10</sup>Karl Marx, em seu ensaio sobre a Comuna, *A Guerra Civil na França*, apontaria o fato de os *communards* não terem perseguido imediatamente o governo provisório em seu reduto de Versalhes como um erro fatal, na medida em que permitiu aos inimigos da Comuna recuperarem o fôlego, reagruparem forças e passarem ao ataque. Entretanto, a decisão de explorar a vitória pressupunha um projeto revolucionário que, na verdade, não havia. Foi mais uma insuficiência do que um erro. Em qualquer caso, fatal, e aí Marx teve razão. Lenin e os *bolcheviks* não esqueceriam a lição...

<sup>11</sup>No colóquio do centenário da Comuna, cuja publicação é referida na nota 2, este ponto de vista é defendido com muita veemência, entre outros, por M.E. Labrousse, p. 79 e segs., in *Le Mouvement Social*, nº 79, op. cit.

<sup>12</sup>Tais empresas desempenhavam um papel de intermediárias entre patrões e empregados, exacerbando os padrões de exploração. Eram detestadas pelos trabalhadores.

<sup>13</sup>J. Rougerie, op. cit., p. 72

<sup>14</sup>J. Chastenot: *La semaine sanglante, La Commune*, in *Historia*, nº 235, p. 102, Paris, 1971

norte, os prussianos. Por sobre as diferenças nacionais, o acordo internacional das elites para exterminar a revolução que vinha de baixo, colocando em questão a ordem social e a proposta de capitulação, configurada no tratado de paz que se preparava.

Progressivamente, na medida das concessões do governo versalhês, os prussianos autorizaram a libertação de soldados e chefes prisioneiros. Graças a eles, pode o cerco reforçar-se, de 30 mil para 80 mil, depois, para 130 mil soldados. Assim, os derrotados na guerra nacional contra o estrangeiro poderia dedicar-se à guerra social contra seus próprios compatriotas.

Do lado dos revoltosos, e dos que simpatizavam com sua causa, também surgiram tentativas de internacionalização do conflito. Como exemplos, entre outros, o trabalho incansável da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) e as denúncias do jovem partido social-democrata alemão, recém-formado, contra as políticas anexionistas e imperialistas do Estado germânico. A seu favor, no entanto, tinham apenas palavras. Resistência simbólica. Fixação de referências para o futuro.

Em embrião, um confronto internacional, onde os aspectos sociais prevaleceriam sobre os nacionais. No episódio da Comuna, sem dúvida, prevaleceram. O partido prussiano da ordem, vencedor, deu as mãos ao partido francês da ordem, perdedor, para, em conjunto, arrasarem e silenciarem o questionamento dos que recusavam os termos e a sorte da guerra que vinha de terminar. Era a desordem, e precisava ser vencida.

Nesta nova guerra, um novo tipo de guerra, os *communards* não eram adversários, e nem mesmo inimigos. Como encarnação da desordem, seriam tratados como *bandidos*.

### 5. A caça ao homem e a semana sangrenta

Hanna Arendt, em suas reflexões sobre o nazismo, chegou à idéia de que o Holocausto e a banalização do Mal tinham precedentes no extermínio dos povos colonizados<sup>15</sup>. Com efeito, desde que fosse possível considerar o *outro* como sub-raça ou/e não-pessoa, tornar-se-ia possível e viável racionalizar a matança indiscriminada. Os europeus o fizeram na África e na Ásia, antes dos nazistas empregarem o mesmo procedimento contra os judeus. Foi o que o partido da ordem francês fez contra a Paris insurreta.

As tropas do governo mataram entre 20 a 35 mil pessoas. Não se está falando de *vítimas de guerra*, tombadas em enfrentamentos, ou alcançadas por balas perdidas, inevitáveis em conflitos armados, mas em fuzilamentos sumários, matança mesmo. O correspondente de um jornal inglês diria que "mesmo para os autores das execuções seria verdadeiramente impossí-



vel saber quantos eles mataram"<sup>16</sup>.

Em três ondas sucessivas, 150 mil soldados lançaram-se sobre a cidade. A firmeza que faltara no confronto com os prussianos, na guerra de caráter nacional, haveriam agora de mostrar no confronto contra os revoltosos, na guerra de caráter social. Morreram dez vezes mais pessoas do que em 1848, cinco vezes mais do que no Terror da Grande Revolução. Morreram à moda colonial, sobretudo no curso da última semana de resistência, a *semana sangrenta*, entre 21 e 28 de maio. Depois cairiam mais cerca de 7 mil, à moda jurídica, depois de presos, executados pelos conselhos de guerra, em nome da Lei.

Em agosto de 1871, quase três meses após o fim da revolução, ainda havia, segundo os relatórios oficiais, 36.309 presos, entre os quais 1.054 mulheres e 615 crianças menores de 16 anos. A Comuna, enquanto durou, prendeu 3.632 pessoas, ou seja, comparando-se com seus inimigos, a proporção de presos é de um para dez. Na análise das vítimas fatais, amplia-se a desproporção. A Comuna executou cerca de uma centena de presos. Pelos cálculos mais restritivos, Versalhes executou 20 mil. A proporção salta de um para duzentos.

O contraste. O ódio social. A vontade de exterminar a *canalha*, que ousara desafiar a Ordem.

No final, a população de Paris reagiu com a energia dos que estão à beira do fim. No cemitério de Père Lachaise foram 36 horas de combates encarniçados e sangrentos. E a última falange de desesperados resolveu então queimar a cidade, incendiou-se a cidade-luz. Durante muitos anos, a literatura *branca* mal fala-

<sup>15</sup>H. Arendt: *Origem do Totalitarismo*, SP. Cia. Letras, *Imperialismo*, p. 147-300.

<sup>16</sup>Referências a respeito do morticínio estão em A. Lanoux: *Que voulait la Commune?* in *Historia*, nº 294, p. 86-94, Paris.

ria deste fogo, acusando de *vandalismo os communards*, propagando sintomaticamente o mito nunca verificado das *petroleiras*, mulheres desesperadas, de vida fácil, irresponsáveis, intratáveis, que, desprezando o patrimônio da nação, atearam fogo em riquezas históricas.

Mas os monumentos nunca foram inocentes. As chamas nas Tulherias, no Ministério das Finanças, na Biblioteca do Louvre, no Quai d'Orsay, no Conselho de Estado, no Palácio da Legião de Honra, na Caixa de Depósitos, na casa de Thiers, chefe do governo e carrasco em chefe, na coluna da praça Vendôme, na Capela Expiatória de Luis XVI, entre muitos e muitos outros edifícios, representaram o fogo da despedida. A demolição da Paris-espetáculo, num horrendo espetáculo, luz sobre luz, iluminando e denunciando a carnificina, soava como o epitáfio de um povo expulso e massacrado, como se quisesse deixar uma palavra antes de sair de cena: ele não haveria de ter Paris, mas Paris, aquela Paris, não seria de mais ninguém...

Fim de uma luta, de uma tradição, de um povo, de uma época...

## 6. Reflexões sobre uma derrota ou a atualidade da Comuna

O estudo minucioso da experiência dos *communards* parisienses, comparando-a inclusive com os precedentes movimentos revolucionários do longo século XIX, evidencia a Comuna de 1871 como herdeira direta das tradições da Grande Revolução Francesa e das insurreições urbanas de 1830 e 1848. Aspectos programáticos, formas de luta, referências ilustres e legitimadoras, canções, símbolos, um fio condutor - vermelho - percorre toda esta trajetória que vai dos *sans-culottes* do Ano II aos *communards* de 1871<sup>17</sup>.

Neste sentido a Comuna de Paris é a culminância de um ciclo, a forma mais acabada de um projeto de resistência à Ordem, a última revolução de uma plebe urbana, fator de constante instabilidade, pesadelo e má consciência, turbulência e perigo para os *homens bons*. Nas décadas seguintes, estes plebeus cederiam lugar, como núcleo da insatisfação e da mobilização populares, aos operários da grande indústria, cérebros e músculos de uma nova proposta de organização e ação: os sindicatos e os partidos socialistas nacionais.

O que fez perder a Comuna de Paris?

### 1. A auto-limitação parisiense.

Daí a não perseguição ao governo fujão, quando do episódio da luta pelo controle dos canhões da Guarda Nacional. Um tribuno da plebe na época diria

mesmo que o povo, por estar cansado da opressão, recusava-se a impor suas formas específicas de revolta ao resto do país.

A esperança, fundada nas notícias que davam conta de tentativas em outras comunas do país, era a de que o processo revolucionário contagiaria. Se a hipótese se confirmasse, seria possível formar uma federação de comunas, um poder descentralizado, radicalmente distinto do tradicional centralismo parisiense, caro à ordem vigente.

A proposta de auto-limitação, comum a todas as revoltas locais daquele momento, deu fôlego ao governo de Versalhes. Centralizado, e com o precioso apoio prussiano, pode agrupar suas forças e derrotar, uma a uma, todas as comunas entrincheiradas em seus muros particulares.

A auto-limitação, no entanto, não pode ser concebida como um erro accidental. Foi parte integrante da proposta de um poder alternativo federado, descentralizado.

### 2. O anti-militarismo dos revolucionários.

A dissolução do exército permanente exprimia uma desconfiança histórica. Agravada pelo ressentimento face à catástrofe diante dos prussianos. Além de ociosos e parasitas, os militares eram incompetentes. A gota d'água final veio com a tentativa de tomada dos canhões. O povo em armas substituiria o exército.

A contrapartida desta proposta foi um certo relaxamento do ponto de vista da constituição de uma força armada alternativa, disciplinada, coesa, eficaz. Teria sido possível aos *communards* construí-la, eles que vinham exatamente de demolir um exército?

### 3. A inexistência de um programa revolucionário e as divisões da Comuna.

Com efeito, a Comuna não tinha previamente elaborado um programa. Mais uma insuficiência. Como exigiu-lo de um movimento *involuntário*? Que começou como insubordinação, transformou-se em motim, e virou revolta, antes de se apresentar como revolução?

Por outro lado, a Comuna, uma vez eleita, pareceria muitas vezes uma torre de babel. Muitos quiseram ver em seus mandatários um grupo de *bavards*<sup>18</sup>. Uma assembléia dividida em tendências disparatadas: blanquistas, jacobinos, internacionalistas, por sua vez, também fragmentados em proudhonianos, bakuninistas, centralistas, etc. Abstraindo-se o anelo, implícito nesta crítica, de um partido único e unificado, é de se perguntar como poderia enfrentar a Comuna, nestas condições, um governo centralizado, dotado de uma vontade única, ditatorial?

Todas estas observações críticas fizeram parte da avaliação formulada por K. Marx em seu ensaio já referido: A Guerra Civil na França. Trata-se de uma

<sup>17</sup>Este parece ser o consenso entre os principais participantes do Colóquio do centenário da Comuna, organizado em 1971 (cf. nota 2).

<sup>18</sup>Literalmente: conversas-fiada, jogadores de conversa-fora, termo utilizado já na época por Vaillant, um dos chefes do movimento (então blanquista) e retomado por J. Rougerie e M.E. Labrousse no debate por ocasião do Colóquio sobre o centenário da Comuna de Paris, op. cit., p. 87

releitura da Comuna de Paris. As *insuficiências* caracterizadas, integrantes da experiência da Comuna, passaram a se apresentar como *erros*, a serem reconsiderados, e corrigidos, em próximos embates.

Esta linha de interpretação foi consagrada pela Internacional Socialista, de 1889, retomada pela Internacional Comunista, a partir de sua fundação, em 1919, e estudada com atenção pelos bolcheviks e pelas alas mais radicais do movimento socialista. Para todos estes, a narração de K. Marx tomou o lugar do processo histórico realmente existente. E, assim, a *última revolução plebéia* transfigurou-se em *primeira revolução proletária*.

Quando chegou a sua vez, os bolcheviks imaginaram ter aprendido a lição. O fantasma da Comuna muito os perseguiu, sobretudo nos primeiros momentos posteriores à revolução Outubro. Mais tarde, trataram de apresentar uma leitura dos acontecimentos de 1917 onde se destacaram a perseguição implacável dos inimigos, explorando-se com consequência os primeiros triunfos; a formação de um exército *vermelho* para derrotar os exércitos *brancos* inimigos; e de um centro revolucionário, onde os *bavards* não tiveram vez, capaz e eficiente na destruição do inimigo contra-revolucionário. Foram vitoriosos. O balanço da experiência vitoriosa foge aos limites deste artigo, mas se encontra até hoje sob escrutínio.

A partir dos anos 80, com a desagregação do socialismo soviético, a revolução parece ter passado de moda. Definitivamente, segundo os ditames do ca-

pitalismo triunfante.

Entretanto, a euforia pela liquidação dos inimigos, a *desregulamentação* selvagem que vem se seguindo, a radicalização das desigualdades em cada país, e em todo o mundo, a arrogância com que se retomam padrões de exploração e opressão que pareciam abandonados no quadro do Estado do Bem-Estar, talvez autorizem a hipótese, num prazo mais curto do que longo, da reatualização de propostas revolucionárias.

Para os partidários da Ordem e para os mais timoratos, a Comuna de Paris só trouxe desgraças e mortes. Deveria ser esquecida, relegada à História, no pior sentido da expressão, ou seja, enterrada no passado, no museu das coisas que não voltarão a se repetir.

Mas a Comuna de Paris, em suas versões *plebéia* e *proletária*, exprimiu também a esperança de construir uma alternativa de vida. Além disso, apesar de derrotada, teve notável eficácia histórica, já que parece impossível refletir sobre todos os avanços sociais posteriores, sem levar em conta a sombra do espectro da Comuna.

Hoje, quando estes avanços estão ameaçados, ou já em franca reversão, não valerá a pena repensar a experiência da Comuna e sua impressionante lição de dignidade e de destemor?

Se mantivermos esta perspectiva, nestes tempos sombrios de mesmice e conformismo, já estaremos honrando a memória dos *communards*, como se não tivessem lutado em vão, como se fosse, sempre, possível aprender com sua experiência.



**Leia e  
assine a  
revista do  
MST.**

capitalista. A revolução russa marcou profundamente o proletariado italiano e os jovens revolucionários. A idéia do soviete como instituição universal, e não apenas russa leva ao questionamento da prática política reformista.

### **O capitalismo para aparecer com naturalidade atua no sentido de apagar as determinações classistas.**

"As organizações revolucionárias (o partido político e o sindicato profissional) nasceram no campo da liberdade política, no campo da democracia burguesa, como afirmação e desenvolvimento da liberdade e da democracia em geral, em um campo em que subsistem as relações de cidadão a cidadão: o processo revolucionário se realiza no campo da produção, na fábrica, onde as relações são de opressor a oprimido, de explorador a explorado, onde não existe liberdade para o operário, onde não existe a democracia; o processo revolucionário se realiza onde o operário é nada e quer tornar-se tudo, onde o poder do proprietário é ilimitado, é poder de vida e de morte sobre o operário, sobre a mulher do operário, sobre os filhos do operário."<sup>13</sup>

Essa é a questão central: toda a dominação política exercida pelo proletariado é mascarada efetivamente pelo fetichismo mercantil. O capitalismo para aparecer com naturalidade atua no sentido de apagar as determinações classistas. Tanto na ação política quanto econômica tudo aparece como diferença que tende a compor-se em uma unidade ilusória: o cidadão, o trabalhador como membros da ordem capitalista, como membros

não contraditórios. A pátria e a produção são, na visão burguesa, os espaços de coesão de uma ordem neutra, que tende ao bem coletivo. *Estamos pois no campo da colaboração e não da luta de classes.*

Sendo assim, e os operários necessitando obter da relação alguma forma de poder, estabelecem-se os sindicatos. Estes são objetivamente "a forma que assume a mercadoria-trabalho (...) no regime capitalista, quando se organiza para dominar o mercado".<sup>14</sup> Para realizar a defesa da classe, criam-se os funcionários especialistas pelo menos em tese, "na arte de concentrar e guiar as forças operárias de modo a estabelecer com a potência do capital um equilíbrio vantajoso à classe operária."<sup>15</sup> Nesse processo, o sindicato, as federações, etc., terminam por separar-se das suas bases, são capazes de sobrepor-se a elas e de discipliná-las; "o sindicato torna-se capaz de construir pactos, assumir obrigações; assim ele obriga o empresário a aceitar uma legalidade nas suas relações com o operário, legalidade que é condicionada pela confiança que o empresário tenha na solvibilidade do sindicato, na confiança que o empresário tenha na capacidade do sindicato de obter da parte das massas operárias o respeito pelas obrigações contraídas."<sup>16</sup>

Nesse sentido, os funcionários do sindicato se transformam em "funcionários da legalidade industrial". *De funcionários da classe, transformam-se em "magistrados" dessa legalidade.* Defensores de uma legalidade que acabou por tornar-se a fonte de sua permanência na "direção" da classe, eles acabam, constituindo-se em uma "verdadeira casta de funcionários e jornalistas sindicais, com um espírito

corporativo absolutamente em contraste com a massa operária, a mesma posição da burocracia governamental em confronto com o Estado parlamentar: é a burocracia que reina e governa."<sup>17</sup>

Isto é inevitável? Não, seguramente não. Mas, para que isso não ocorra, evidentemente a ligação orgânica com a classe tem que ser assegurada. Ao não estar subordinado à classe, mas pelo contrário ao dominá-la, ao obter dessa classe amorfa (e isso é algo necessário) uma autonomia tão grande, a direção sindical acaba por colocar-se como mais uma força social. E força privilegiada porque mediadora das classes fundamentais. Não se coloca como mais uma força transitória e sim como força perene, necessitando assim do par dialético, a burguesia, para poder existir. Negociadora da mercadoria força de trabalho, a organização sindical não põe em cheque a ordem capitalista: "O erro do sindicalismo consiste nisso: assumir como fato permanente, como forma perene de associacionismo, o sindicato profissional na forma e com as funções atuais, que são impostas e não propostas, e então não pode ter uma linha constante e previsível de desenvolvimento."<sup>18</sup>

O outro elemento organizador (ou não) da classe é o partido. "Os partidos políticos são o reflexo e a nomenclatura das classes sociais. Nascem, desenvolvem-se, decompõem-se, renovam-se. Na medida em que os diversos estratos das classes sociais em luta sofrem mudanças de real alcance histórico, vêm radicalmente mudadas as suas condições de existência e de desenvolvimento, adquirem uma maior e mais clara consciência de si e dos próprios interesses vitais."<sup>19</sup> Visto assim, o par-

<sup>13</sup> Il Consiglio di fabbrica, ON, 5-6-1920, L'ON, p. 533. *Grifo nosso.*

<sup>14</sup> Sindacati e consigli, ON, 12-6-1920, L'ON, p. 547.

<sup>15</sup> idem.

<sup>16</sup> idem.

<sup>17</sup> I sindacati e la dittatura, ON, 25-10-1919, L'ON, p. 259.

<sup>18</sup> La conquista dello stato, ON, 12-7-1919, L'ON, p. 128. *Grifo nosso.* A expressão voltará muitas vezes no discurso gramsciano.

<sup>19</sup> Il partito comunista (II), ON, 9-10-1920, L'ON, p. 656.

tido é essencialmente dinâmico. Sua vida aparece totalmente embricada à da classe, cuja dinâmica acaba por expressar.

E que não haja equívoco: reflexo aqui não é mecanicidade. Se a dialética da classe se dá no sentido de uma permanente redefinição, se ela se organiza, se unifica, ela obriga o seu partido a guiá-lo neste processo ou a esclerosar-se. Não há meio-termo. Se a classe permanece desorganizada, com reduzida possibilidade de unificação, ou o partido consegue dar-lhe corpo ou então será substituído pela eficácia dos partidos das outras classes.

"Uma associação pode ser chamada de 'partido político' só enquanto possuir uma doutrina constitutiva, sua, própria; só enquanto conseguir concretizar uma noção, sua, própria, de Estado; só enquanto concretizar e divulgar entre as grandes massas um programa de governo, apto para organizar praticamente um Estado, e isto em condições determinadas, com homens reais e não com fantasias abstratas de humanidade".<sup>20</sup> O que implica dizer que o partido, além de ser um conjunto de pessoas com pretensão a guiar e a expressar uma classe, deve ser capaz de apresentar-se a essa classe com uma proposta clara e consciente que lhe expressa e organiza a realidade.

O partido pressupõe a classe e um tipo de Estado solidário com a classe base. A própria forma de organização partidária deve ser solidária com a proposta. A forma organizativa do PSI, "não é diferente da forma de todos os outros partidos nascidos no terreno da democracia liberal". Também nele estão presentes "todos os princípios de funcionalidade próprios da associação política democrática: a divisão dos poderes em deliberativo, exe-

cutivo e judiciário e a concorrência interna".<sup>21</sup> Na sua vida está presente o individualismo, dessa associação voluntária, que se manifestava em "toda assembléia em que se exprime a democracia soberana: a irresponsabilidade, a incompetência, a volubilidade, o tumulto", que são essenciais a essa forma organizativa "naturalmente corrigidas" pelo funcionalismo e pelo arbítrio burocrático dos escritórios executivos.<sup>22</sup>

Assim o partido, ao não ter controle sobre seus membros, ao não possuir uma unidade ideológica, ainda que comportando discussão interna, acaba sendo mais um partido tradicional. Se ele se apresenta como partido de classe, nem sempre mostra essa aderência e expressão na sua vida. A incorporação dos mecanismos formais liberais, a não qualificação dos militantes o torna pluriclassista.

### ***O sindicalismo une os operários a partir da forma que lhes imprime o regime capitalista, o regime do individualismo econômico.***

Eis o quadro da crise das instituições tradicionais do movimento "O atual sistema de organização da classe operária: associação por ofício (sindicato), por indústria (Câmara do Trabalho e Confederação geral do trabalho), nascidas para organizar a concorrência da venda da força de trabalho (...) foi um instrumento eficaz de defesa dos trabalhadores, porque conseguiu limitar a imensa potência e o arbítrio da classe capitalista, impondo o reconhecimento dos direitos dos oprimidos na questão dos horários e dos salários."<sup>23</sup> Essa eficácia na luta se limita, dentro do complexo sistema de me-

dições entre as classes proprietárias e não proprietárias ao quadro da legalidade industrial.

As instituições do operariado vivendo no quadro mais geral da legalidade definida pelo Estado burguês, sendo organizações defensivas, tendo que respeitar essa legalidade, acabaram por assumi-la e reproduzi-la no interior da classe operária. Assim, ao assumirem como sua uma legalidade de outra classe, as instituições sindicais passaram a viver uma crise de poder. "Os operários sentem que o complexo da 'sua' organização se tornou um aparelho tão enorme que acabou por obedecer à leis próprias, íntimas à sua estrutura e ao seu complicado funcionamento, mas estranhas à massa que adquiriu consciência de classe revolucionária. Sentem que a sua vontade de potência não consegue expressar-se em um sentido claro e preciso, através das atuais hierarquias institucionais."<sup>24</sup> A organização da classe está cindida na sua base e tendencialmente integrada a uma forma estatal contrastante com a sua classe.

De certo modo, essa tendência de integração à ordem capitalista é mais ou menos previsível. Na medida em que a organização sindical tem de conseguir vantagens para o operário na venda da força de trabalho, ela não pode deixar de funcionar como instrumento desta forma de produção. O operário é, para ela, força de trabalho e nada mais, conforme atesta o famoso Pacto de Aliança entre o PSI e a CGT.<sup>25</sup> Assim, o sindicato "organiza os operários não como produtores, mas como assalariados, isto é, como criaturas do regime capitalista, da propriedade privada, como vendedores da mercadoria-trabalho. O sindicalismo une os operários segundo o instrumento do trabalho, ou segundo a matéria à transformar, isto é, o

<sup>20</sup> Lo Stato operaio, ON(d), 1-1-1921, SF, p. 3.

<sup>21</sup> I gruppi comunisti, ON, 17-7-1920, L'ON, p. 591.

<sup>22</sup> idem.

<sup>23</sup> Lo sviluppo della rivoluzione, ON, 13-9-1919, L'ON, p. 205.

<sup>24</sup> Sindacati e consigli, ON, 11-10-1919, L'ON, p. 236.

<sup>25</sup> Ver anexo histórico.



sindicalismo une os operários a partir da forma que lhes imprime o regime capitalista, o regime do individualismo econômico. Servir-se de um instrumento mais do que de um outro, modificar uma matéria prima mais do que uma outra, revela capacidade de atitude diferentes em relação à fadiga e ao ganho; o operário se fixa nesta sua capacidade e nesta sua atitude e a concebe como um puro meio de ganho e não como um momento da produção.<sup>26</sup>

Assim, procedendo o sindicato reproduz, ou seja, mantém e torna legítimo o esquema capitalista que pensa os homens como indivíduos isolados e não como classes. Reforça a percepção burguesa que separa o econômico do político: na fábrica o trabalhador é operário, na rua é cidadão. Ao reforçar a cisão entre operário e cidadão, o sindicato é um poderoso instrumento para impedir a percepção do homem como classe. O sindicato acaba contribuindo para afastar o operário "cada vez mais de uma possível concepção de si mesmo como produtor, e o leva a considerar-se 'mercadoria' de um mercado nacional e internacional que estabelece, pelo jogo da concorrência, o seu próprio preço, o próprio valor."<sup>27</sup>

O PS nascido no "campo da democracia liberal", da "concorrência política", "projeção do processo de desenvolvimento do capitalismo como uma das forças sociais que tendem a criar uma base de governo e a conquistar o poder do Estado para dirigi-lo em seu benefício, tem por missão organizar os operários e os camponeses pobres em classe dominante, e estudar e promover as condições favoráveis para o advento de uma democracia proletária."<sup>28</sup>

Podemos desde já pensar os elementos básicos na conceitua-

ção de partido, o que nos permite analisar sua ação. O partido é um partido de classe, isto é, deve criar as condições da democracia operária, deve transformar suas bases em classe dominante, realizando assim sua hegemonia. Esta, por outro lado, é realizada quando o proletariado se apresenta como classe dominante das antigas classes dominantes, e dirigentes das classes subalternas. Realizar o Estado de classe é o primeiro passo da liquidação do Estado e das classes.



O PSI tinha conseguido encaminhar um programa verbalmente revolucionário, conseguira, relativamente, subtrair da influência da burguesia considerável parcela da população. Não conseguira, porém, realizar sua missão, "não teve êxito em dar uma forma permanente e sólida ao aparelho que tinha conseguido suscitar agitando as massas (...) Construído para conquistar o poder, construído como preparação das forças militantes destinada a lutar, o aparelho de

governo do Partido socialista se despedaça e se desagrega; o Partido perde cada dia mais contato com as grandes massas em movimento; os acontecimentos se desenrolam e o Partido está ausente deles."<sup>29</sup>

O partido, montado sobre o esquema dos partidos liberais, cindido em frações que vão do reformismo mais açodado ao radicalismo mais verbal, não possui capacidade interna de propor e realizar um projeto. Além disso, está cindido em dois: de um lado o grupo parlamentar e, de outro, as bases e a direção. Esse partido vê seu grupo parlamentar, reformista na sua quase totalidade, tornar-se autônomo e construir sistematicamente uma prática de adesismo e de assimilação ao poder burguês. O partido "não está a altura de si mesmo e de sua missão; partido de agitadores, de negadores, de intransigentes nas questões de tática geral, de apóstolos das teorias elementares, não consegue organizar-se nem enquadrar as grandes massas em movimento, não consegue preencher os minutos e os dias, não consegue encontrar um campo de ação que a cada momento o ponha em contato com as grandes massas. Não consegue organizar a sua própria coesão interna, não tem uma disciplina teórica e prática que lhe permita permanecer sempre aderente à realidade política nacional e internacional para dominá-la, para controlar os acontecimentos e para não ser abatido e esmagado por eles".<sup>30</sup> A realidade é algo a ser dominado. O partido de uma classe subalterna não pode deixar de dominar a realidade, caso contrário ou será esmagado ou será impotente. A posição em relação ao poder marca a radicalidade do partido.

Ao invés de perceber o par-

<sup>26</sup> Sindicalismo e Consigli, ON, 8-11-1919, L'ON, pp. 298.

<sup>27</sup> idem.

<sup>28</sup> Primo: rinovare il partito, ON, 24 a 31-1-1920, L'ON, p. 394.

<sup>29</sup> idem.

<sup>30</sup> idem, p. 396-397. Grifo nosso.



tido como reñovador, criador, recriador da totalidade social, a maioria dos socialistas via a sociedade como extensão do partido. Imaginar "toda sociedade humana como um colossal Partido socialista, com seus pedidos de admissão e de demissão, não pode deixar de excitar o preconceito contratualista de muitos subversivos, educados mais por J. J. Rousseau e por opúsculos anarquistas, do que pela doutrina histórica e econômica do marxismo".<sup>31</sup> Essa idéia de admissão e de demissão "voluntárias", significa que esse "contratualismo" é a consequência do individualismo burguês.

Um partido que pretenda a construção do socialismo não pode permanecer a esse nível. Ele tem que superar o contratualismo liberal mas deve buscar sua identificação com a consciência das massas, consciência histórica, e governar o seu "movimento espontâneo e irresistível: este governo é incorpóreo, funciona através de milhões e milhões de laços espirituais, é uma irradiação de prestígio que só em momentos culminantes pode tornar-se governo efetivo".<sup>32</sup>

Isso é vital para o processo revolucionário. É a diferença entre burocratismo da organização e capacidade de governo democrático do partido. *Esse governo incorpóreo é, precisamente, a hegemonia realizada.* O partido corre sempre o risco de subtrair-se às massas e, "se por uma concepção sectária do papel do Partido na revolução se pretende materializar esta hierarquia, se pretende fixar em formas mecânicas de poder imediato o aparelho do governo das massas em movimento, se pretende constranger o processo revolucionário nas formas do Partido, se conseguirá desviar uma parte dos homens, se conseguirá 'dominar' a história; mas o processo revolucionário real escapará ao con-

trole e ao influxo do Partido tornado, inconscientemente, organismo de conservação."<sup>33</sup>

Trata-se, agora, de saber se as formas organizativas da classe são capazes de realizar um duplo processo: ter uma aderência real e concreta ao movimento das massas e, ao mesmo tempo, subtraindo-se à dominação ideológica da burguesia e colocar-se como horizonte da classe. O sindicalismo e o PSI, embora teoricamente representantes e organizadores da classe operária, caíram sob o fascínio do poder estatal e da ordem capitalista. Tendo como ponto de referência a organização estatal e estando desligados da classe, partido e sindicatos tomam uma atitude comum: "adotam" o Estado. Este "sempre foi o protagonista da história, porque em seus órgãos se centraliza a potência da classe proprietária; no Estado, a classe proprietária se disciplina e se unifica, sobre os litígios e os choques da concorrência, para manter intacta a condição de privilégio na fase suprema da própria concorrência: a luta de classe pelo poder, pela preeminência da direção e no disciplinamento da sociedade."<sup>34</sup>

Dissemos que partido e sindicatos "adotam" o Estado a partir de posturas distintas. Os sindicalistas colocam-se do ângulo de "não fazer política", ou seja, pensam a relação capitalista-operário como questão administrativa (trabalhista). Não colocam nem o Estado nem o capitalismo em questão. Já os socialistas parlamentares colocam-se tão dentro da realidade estatal, tão no "íntimo das coisas", que acabam por vencer na "concorrência", isto é, triunfam na via parlamentar. Triunfo este que lhes custa a lucidez, ocasionando a perda da concepção de que "a sua posição devia manter-se essencialmente crítica, de antítese", sendo absorvidos por uma realidade

que não dominam.

Deste modo, absorvidos pelo Estado, desligados do movimento das massas, "expressando" burocraticamente suas bases, o partido e o sindicato apresentam-se estruturalmente marcados pela crise comum às instituições liberais. Partido e sindicato, que deveriam cada qual no seu campo (e aí está a limitação) realizar o poder da classe de maneira autônoma, limitam-se a tentar marcar sua posição menos desfavorável no sistema global de forças do domínio burguês. Ao fazer isso, colocam-se como instituições perenes, insubstituíveis. E desse modo, partilhando, com todas as instituições liberais burguesas, o mito da supra-historicidade, acabam, como aquelas, por perder a direção da classe. Tornadas burocráticas e camponesas, essas organizações tratarão de impedir o nascimento de novas formas operárias (ainda não havia o tal de "paralelismo") e passam a realizar uma função policial, juntamente com o Estado e as classes proprietárias.

### O CONSELHO DE FÁBRICA

Repensar as instituições operárias articulando as diversas formas organizativas da classe. Tudo isso na perspectiva da atualidade da revolução. Este é o pano de fundo da ação do movimento operário turinês. Aqui claramente está colocada a questão de *acelerar o futuro*. Para tanto é necessário romper uma visão fatalista (economicista) e é nesse sentido que Gramsci afirma: "A história é conjuntamente liberdade e necessidade. As instituições em cujo desenvolvimento e em cuja atividade a história se encarna, surgiram e se mantiveram porque têm uma tarefa e uma missão a realizar. Surgiram e se desenvolveram sob de-

<sup>31</sup> *Il partito e la rivoluzione*, ON, 27-12-1919, ON, p. 367. *Grifo nosso*. Alusão à frase de Giacinto Menotti Serrati: "a ditadura do proletariado é a ditadura consciente do Partido socialista", I comitati di fabbrica, Comunismo, 15 a 30-12-1919.

<sup>32</sup> *Il partito e...*, op. cit., p. 369. *Grifo nosso*.

<sup>33</sup> *idem*, p. 370. *Grifo nosso*.

<sup>34</sup> *La conquista dello Stato*, ON, 12-7-1919, L'ON, p. 128.

terminadas condições objetivas de produção dos bens materiais e de consciência espiritual dos homens. Se essas condições mudam, muda o grau de consciência dos homens: a configuração social se transforma, as instituições tradicionais se empobrecem, são inadequadas à sua tarefa, tornam-se estorvantes e perigosas."<sup>35</sup>

**Não basta mudar a burocracia governamental, se se mantém as instituições burguesas.**

Analisando as experiências revolucionárias, russa, húngara e alemã, Gramsci pensa a natureza diferencial dos estados capitalista e socialista. Este é uma criação fundamentalmente nova. Não basta mudar a burocracia governamental, se se mantém as instituições burguesas, contrariamente ao que pensavam Kautsky, Turatti e outros, pois elas foram criadas para construir uma outra ordem, o Estado socialista "é uma criação nova (...). As instituições do Estado capitalista foram organizadas para os fins da livre concorrência (...). O Estado socialista ainda não é o comunismo (...), mas é o Estado de transição que tem a tarefa de suprimir a concorrência com a supressão da propriedade privada, das classes, das economias nacionais: esta tarefa não pode ser realizada pela democracia parlamentar. A fórmula 'conquista do Estado' deve ser entendida neste sentido: criação de um novo tipo de Estado gerado pela experiência associativa da classe proletária."<sup>36</sup>

No quadro do desenvolvimento capitalista italiano, acentuado pela guerra, surgem modifica-

ções de tal monta que as "instituições tradicionais do movimento tornaram-se incapazes para conter tanto vigor de vida revolucionária (...). Mas ao lado delas devem surgir e desenvolver-se instituições de tipo novo, de tipo estatal, que precisamente substituirão as instituições privadas e públicas do Estado democrático-parlamentar. Instituições que substituam a pessoa do capitalista nas funções administrativas e no poder industrial, e realizem a autonomia do produtor na fábrica; instituições capazes de assumir o poder diretivo de todas as funções inerentes ao complexo sistema de relações de produção e de troca que ligam as relações de uma fábrica com as outras, constituindo a unidade econômica que liga as várias atividades da indústria agrícola, que por planos horizontais e verticais devem constituir o harmonioso edifício da economia nacional e internacional, liberado da tirania imensa e parasitária dos proprietários privados."<sup>37</sup>

Nesse quadro a idéia dos soviets ganhou a massa: no entanto, o impacto dessa idéia não é respaldado por uma concepção tática de como estabelecer o Estado proletário.<sup>38</sup> Refletindo sobre as experiências húngara e alemã, Gramsci afirma: "A criação do Estado proletário não é (...) um ato *taumáturgico*".<sup>39</sup> Não basta assaltar o poder: é necessário "um trabalho preparatório de sistematização e de propaganda (...) dar maior desenvolvimento e maiores poderes às instituições proletárias de fábrica já existentes, fazer surgir similares nas aldeias, conseguir que os homens que as compõem sejam comunistas conscientes da missão revolucionária que a instituição deve absorver."<sup>40</sup>

O desenvolvimento das novas instituições da classe é absolutamente necessário para fazer frente à orientação reformista das organizações tradicionais do proletariado e sua incapacidade de perceber a nova realidade e nela atuar adequadamente. Esta realidade é pensada como "estrutura do Estado socialista", como "instrumento da ditadura proletária no campo da produção industrial".<sup>41</sup> Sua especificidade decorre do fato de que elas nascem do trabalho, de que "nela a economia e a política confluem, nela o exercício da soberania é uno com o ato da produção; nela, portanto, se realizam embrionariamente todos os princípios que informarão a Constituição do Estado dos Conselhos, nela se realiza a democracia operária."<sup>42</sup> Gramsci enfatiza a necessidade dos comunistas participarem resolutamente destas novas instituições.

Para o movimento operário não se trata apenas de destruir o aparelho de dominação burguesa. Deve ir mais longe, substituí-lo e realizar as tarefas que a burguesia não cumpriu: "O Estado operário, segundo a enérgica definição de Lenin, é o Estado burguês sem a burguesia. O Estado operário deve desenvolver, no interior como no exterior, os mesmos problemas de um Estado burguês e não pode resolvê-lo com os sistemas e os meios técnicos substancialmente diversos daqueles adotados por um Estado burguês."<sup>43</sup> O estado burguês de capitalismo tardio, por sua organização e destinação, acaba por não realizar muitas de suas tarefas básicas, em especial a de unificar realmente a nação.

Unificar a nação, dotar de efetiva personalidade jurídica o conjunto dos cidadãos, liquidar o "individualismo animalesco" das

<sup>35</sup> La conquista dello Stato, ON, 12-7-1919, L'ON, p. 129-130.

<sup>36</sup> idem, pp. 130-131.

<sup>37</sup> idem, pp. 131-132.

<sup>38</sup> Ilustrativo dessa situação é o projeto Bombacci para a construção dos soviets italianos publicados no Avanti de 28-1-1920.

<sup>39</sup> La conquista..., op. cit., p. 132. Grifo nosso.

<sup>40</sup> idem, pp. 132-133.

<sup>41</sup> Postilla a 'Il problema delle commissioni interne', ON, 23-8-1919, L'ON, p. 177.

<sup>42</sup> idem.

<sup>43</sup> La Russia, potenza mondiale, ON, 14-8-1920, L'ON, p. 616.

populações "atrasadas e sem cultura", dar-lhes um sentido e uma direção: uma disciplina. Mas esta é uma tarefa praticamente impossível ao Estado capitalista, pois realizar uma disciplina - entendida como sentido e direção - no todo social significa exercer a hegemonia. A criação desse novo Estado é complexa e difícil. Produtos da dominação burguesa, sindicato e partido acabam por enrijecer-se. As instituições clássicas do proletariado não dão conta do recado. No entanto, no próprio movimento das classes subalternas, no movimento espontâneo, expresso no cotidiano, existe uma prática nova que pode permitir o aparecimento de uma nova democracia: as Comissões internas.

Estas tem uma tarefa que requer a atenção de todos: é vital que se construa uma nova máquina (e não apenas destruir a velha). E se tem que partir dos operários, até aqui mero instrumento executor. Para tal faz-se necessária a "reforma intelectual e moral": "É necessário *convencer* os operários e os camponeses de que é de seu interesse se colocar sob uma disciplina permanente de cultura, e fazer para si uma concepção do mundo,

do complexo e intrincado sistema de relações humanas, econômicas e espirituais que dê uma forma à vida social do globo"<sup>44</sup>. Dado que o Estado operário só pode ser uma "invenção", uma novidade histórica, não se trata apenas de dar "novas" ordens aos "antigos" funcionários. Trata-se de criar uma nova civilização.

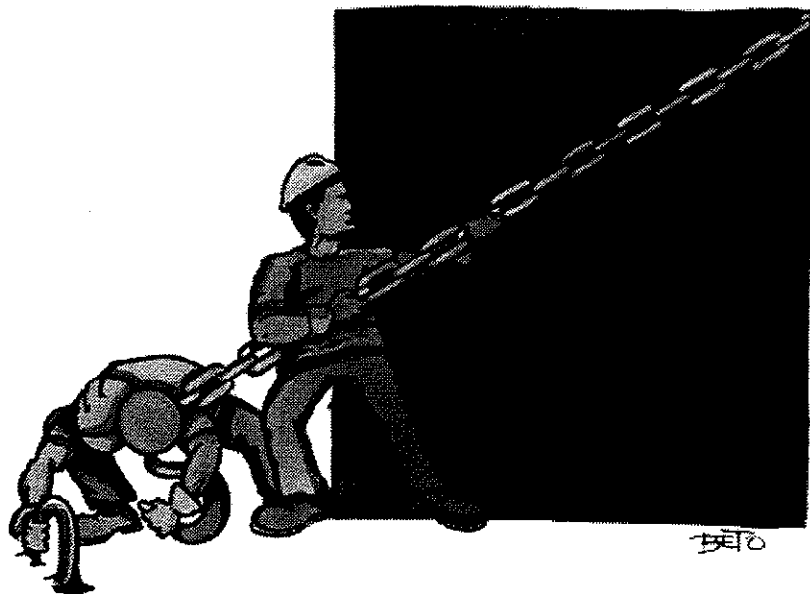
As comissões internas, transformadas em conselhos de fábrica pela eliminação dos limites impostos pelos capitalistas serão a escola na qual os operários poderão atingir o domínio da produção e, tornando-se conscientes, realizar o controle industrial; em suma, expulsar os parasitas capitalistas e instaurar a soberania dos produtores.

Trata-se de realizar uma constante educação, de instaurar uma prática nova, a da discussão comum, que modifica as consciências operárias. Não mais doutrinas piegas e elementares, não mais simples repetições de palavras de ordem, mas estudos, por vezes difíceis. O operário, o mais poderoso instrumento de produção, deve tomar consciência de sua situação de classe. Deve perceber-se como produtor, e apenas transitoriamente

como assalariado. E aí está a limitação das instituições anteriores. O *sindicato diz "assalariado"; o partido fala: "cidadão"; e embora ambos digam "proletário", não pensam "produtor". E não podem pensá-lo porque, como na dialética do senhor e do escravo, vêm o proletário com os olhos do capitalista.*

A diferença essencial entre o sindicato e as comissões é a da sua função objetiva: enquanto o sindicato "tem uma meta que se pode chamar de comercial, e que consiste na valorização, em um dado mercado burguês, do trabalho de uma categoria, para vendê-lo por um preço maior"<sup>45</sup>, as comissões destinam-se ao "preparo dos homens, organismos e conceitos, com uma contínua ação pré-revolucionária de controle, para que estejam prontos a substituir a autoridade patronal na empresa, para enquadrar em uma nova disciplina a vida social".<sup>46</sup> Continuidade ou ruptura: eis a questão.

"O operário pode conceber a si mesmo como produtor, apenas se se concebe como parte indissociável de todo o sistema de trabalho, que se sintetiza no objeto fabricado; apenas se vive a unidade do processo industrial que pede a colaboração do trabalhador manual, do qualificado, do funcionário administrativo, do engenheiro, do diretor técnico. O operário pode conceber a si mesmo como produtor se, depois de ter-se inserido psicologicamente no processo produtivo particular de uma fábrica, p. ex., em Turim, de uma fábrica automobilística, e depois de se ter pensado como um momento necessário e insuprimível da atividade de um complexo social que produz o automóvel, supera essa fase e vê toda a atividade turinesa da indústria produtora de automóveis. Concebe então Turim como uma unidade de produção que é caracterizada pelo automóvel, e concebe uma gran-



<sup>44</sup> Cronaca, ON, 12-7-1919, L'ON, p. 126. *Grifo nosso.*

<sup>45</sup> Il programa dei Commissari di riparto, ON, 8-11-1919, L'ON, p. 307

<sup>46</sup> idem.

de parte da atividade geral do trabalho turinês como existindo e se desenvolvendo apenas porque existe e se desenvolve a indústria do automóvel. Concebe então os trabalhadores destas múltiplas atividades gerais também como produtores da indústria do automóvel, porque criaturas das condições necessárias e suficientes para a existência desta indústria. O operário movendo-se a partir desta célula, a fábrica, vista como unidade, como ato criador de um determinado produto, eleva-se à compreensão de unidades sempre mais vastas, até a nação, que é, no seu conjunto, um gigantesco aparelho de produção (...). Agora o operário é produtor porque adquiriu consciência de sua função no processo produtivo, em todos os seus graus, da fábrica à nação, ao mundo; agora ele percebe a classe e torna-se comunista, porque a propriedade privada não é função da produtividade e torna-se revolucionário porque concebe o capitalista, proprietário privado, como um ponto morto, como um obstáculo, que ele precisa eliminar. Agora ele concebe o 'Estado', concebe uma organização complexa da sociedade, uma forma concreta da sociedade, que reflete a vida da fábrica, com todas as relações e as funções, novas e superiores, exigidas pela sua imensa grandeza e que representa o complexo, harmonizado e hierarquizado, das condições para que a sua indústria, a sua fábrica, a sua personalidade de produtor viva e se desenvolva."<sup>47</sup>

O operário é então um produtor. Agora ele se apresenta na sua determinação mais complexa. Só ao conceber-se como tal, ele pode conceber-se como classe, fundamental e subalterna, e pode ultrapassar as determinações de assalariado e de cidadão. Agora ele

pode se perceber como solidário e não como concorrente. Na visão burguesa, que lhe é imposta por todas as formas mentais da sociedade capitalista, o operário é um soldado de uma imensa guerra civil. Luta contra todo o conjunto das classes, dominantes e subalternas. Um contra todos, todos contra todos. Se ele rompe com essa visão, se ele se percebe como um soldado de uma classe e, mais ainda, como soldado do conjunto das classes subalternas, pode perceber sua diferença em relação aos proprietários como sendo uma *diferença efetiva* e não como questão de azar ou destino. Pode então subtrair-se à dominação ideológico-política da burguesia e, então, colocar a questão do seu poder, da sua hegemonia, do seu Estado.

**Só um sistema de conselhos eleitos, nos locais de trabalho poderá tornar possível a construção da democracia operária.**

O conselho de fábrica é, para Gramsci, o instrumento de realização desse poder e encarnará a ditadura proletária. Só "um sistema de conselhos eleitos, nos locais de trabalho, articulados agilmente de modo a aderir ao processo de produção industrial e agrícola, coordenados e hierarquizados, local e nacionalmente, de modo a realizar a unidade da classe trabalhadora para além das categorias determinadas pela divisão do trabalho"<sup>48</sup>, poderá tornar possível a construção da democracia operária. Só ele conseguirá reunir e dirigir a classe trabalhadora. O conselho é o lo-

cal onde poder se reunir *toda* a classe. Só no/pelo conselho, vivendo e resolvendo os problemas do trabalho, o operário poderá perceber e exercer a soberania que "deve ser uma função da produção"<sup>49</sup>, ou seja, capacitar-se para o exercício do poder e para a expulsão do capitalista. Dado que "a revolução não é um ato taumatúrgico", fica clara a necessidade de preparação para a gestão da nova sociedade estruturada em torno da produção.

"Os comissários trabalham"<sup>50</sup> O Comissário não está separado da classe, como o funcionário sindical ou do partido. E essa convivência deverá lhe permitir manter o contato permanente com a realidade da sua classe.

A fábrica Fiat-Brevetti, em Turim, constitui o primeiro conselho de fábrica: "a massa operária sente (...) ter começado a marcha 'na' revolução e não mais 'em direção à' revolução"<sup>51</sup>. O voto operário para o conselho é "também uma produção, é ele também uma atividade criadora porque, sintetizando em poucos uma função necessária da vida social, determina uma 'poupança' de energias, uma concentração harmônica e potente dos esforços dirigidos à meta da luta de classes, até à obtenção do fim máximo: a libertação do trabalho da escravidão do capital."<sup>52</sup>

Os comissários são eleitos e isso coloca a questão do voto que "neste sistema ainda não é universal, e isto por razões contingentes; existe ainda uma burguesia com numerosos servos, existem proletários não conscientes, desorganizados que, se podem e devem ter o direito de voto para o exercício da sua vontade, não devem ter o direito da candidatura, isto é, de serem investidos da autoridade de controlar os sindicatos, dos quais eles não tem consciência, e a vida

<sup>47</sup> Sindicalismo e Consigli, ON, 8-11-1919, L'ON, pp. 298-299.

<sup>48</sup> Lo sviluppo della rivoluzione, ON, 13-9-1919, L'ON, p. 205.

<sup>49</sup> idem, p. 206.

<sup>50</sup> Il programa..., op. cit., ON (da edição de 1972), p. 197. A edição crítica, infelizmente não reproduz o documento.

<sup>51</sup> Cronaca, ON, 13-9-1919, L'ON, p. 201. Alusão à frase de um operário na assembléia da Brevetti.

<sup>52</sup> idem, pp. 201-202.

social que eles não entendem".<sup>53</sup> O sufrágio que elege os comissários não lhes dá, porém, um poder irrestrito, pois os comissários podem ser destituídos, caso percam a confiança dos companheiros.

Aos eleitos compete um conjunto de tarefas que vão da fiscalização do cumprimento dos pactos de trabalho existentes até a vigilância sobre os capitalistas, passando pelo estudo das condições de trabalho, das inovações tecnológicas, etc. O comissário deve não apenas estudar, mas também estimular o estudo dos demais operários. Todos devem capacitar-se para o domínio da produção. O operário deve, além disso, perder os "mesquinhos sentimentos de ciúme profissional que ainda criam divisões e discórdias"<sup>54</sup>, pois isso é fundamental na perspectiva do dia em que os capitalistas forem eliminados da produção.

Essa educação para o poder é essencial para eliminar os efeitos da opressão no trabalho. Os conselhos deverão fazer "nascer na própria fábrica, oficinas especializadas de instrução, verdadeiras escolas profissionais, onde cada operário, escapando da fadiga que embrutece, possa abrir a mente ao conhecimento dos processos de educação, e melhorar a si mesmo".<sup>55</sup> É necessário realizar uma nova ordem, um novo poder. A disciplina necessária para a constituição desse poder não é mais vista como opressão: "Certamente, para fazer tudo isto será necessária disciplina, mas (esta) (...) será bem distinta daquela que o patrão impunha e pretendia, forte

pelo direito de propriedade que constitui para ele uma posição de privilégio. Sereis fortes por um outro direito, o do trabalho, que depois de ter sido por séculos instrumento nas mãos dos vossos exploradores, quer hoje, redimir-se, quer dirigir-se por si mesmo. O vosso poder, oposto ao dos patrões e dos seus oficiais, representará, frente às forças do passado, as forças do futuro, que esperam a sua hora, e a preparam, sabendo que essa será a hora de redenção de toda a escravidão."<sup>56</sup>

### **Os sindicatos perderam a capacidade de hegemonia na medida em que absorveram o estilo e o conteúdo burguês.**

Os conselhos se colocam então como negadores radicais dos sindicatos? Não, pelo menos não de todos os sindicatos. Eles continuam a reconhecer "a utilidade dos sindicatos de ofício e de indústria na história da luta de classes, e a necessidade de que eles continuem sua função de organizar as categorias particulares de trabalhadores, para obter melhores salários e horários, enquanto permanecer a concorrência no mercado de trabalho (...). Reconhecem nos sindicatos uma forma indispensável de organização (...). Sustentam que todos os operários devem estar organizados nos sindicatos".<sup>57</sup> No entanto, declaram que a disciplina sindical só tem

valor na medida em que as organizações sindicais sejam revolucionárias. "Os operários organizados no seio dos Conselhos aceitam sem discussão que a disciplina e a ordem dos movimentos econômicos, parciais ou coletivos, sejam fixados pelos sindicatos, desde que as normas dos sindicatos sejam dadas pelos comissários de fábrica, como representantes da massa trabalhadora. Recusam como artificial, parlamentarista e falso qualquer outro sistema que os sindicatos queiram seguir para interrogar a vontade das massas organizadas. A democracia operária não se baseia no número e no conceito burguês de cidadão e sim nas funções do trabalho, na ordem que a classe trabalhadora assume naturalmente no processo de produção industrial, profissional e nas fábricas."<sup>58</sup>

A questão do poder está claramente colocada. Os sindicatos perderam a capacidade de hegemonia na medida em que absorveram o estilo e o conteúdo burguês. O poder deve agora repousar em novas bases, não mais nos escritórios sindicais e sim nos locais de trabalho. E exprimir-se pelos comissários e não pelos funcionários. Mais ainda: "Os Conselhos encarnam (...) o poder da classe trabalhadora organizada por fábrica, em antítese à autoridade patronal que se realiza na própria fábrica."<sup>59</sup>

O Conselho<sup>60</sup>, embrião da futura cidadania dos produtores e, ao mesmo tempo, o início de sua realização, tem como tarefa imediata fazer com que a massa ope-

<sup>53</sup> Il programa..., op. cit., p. 193.

<sup>54</sup> Ai commissari di riparto delle Officine Fiat-Centro e Brevetti, ON, 13-9-1919, L'ON, p. 211.

<sup>55</sup> idem.

<sup>56</sup> idem.

<sup>57</sup> Il programa..., op. cit., p. 194.

<sup>58</sup> idem.

<sup>59</sup> idem.

<sup>60</sup> Essa não é uma posição unânime entre os ordinovisti. Desde logo, Tasca procura (e com alguma razão), demonstrar os problemas da generalização dos Conselhos, mostrando que estes são factíveis apenas nas "indústrias na proporção inversa da facilidade em que estas possam ser controlas. Em outras palavras, quanto mais a indústria é centralizada e o trabalho é especializado e dividido, e maior é o tamanho das fábricas e o emprego da força motriz e da força de trabalho, mais rapidamente os operários sentem a necessidade de orientar-se dentro do colossal aparelho técnico e buscam modelar sua própria organização para defesa e ataque, de tal modo que siga o tipo de organização industrial, mantendo um contínuo contato com o 'inimigo', I valori politici e sindacali dei Consigli di fabbrica, ON, 29-5-1920, Selections of Political Writings (1919-1920), p. 244. O problema para os Conselhos se radica "nas pequenas indústrias, na zona cinzenta da produção artesanal que ainda sobrevive ou vegeta às margens da organização industrial, moderna, centralizada e tecnicamente avançada", idem.

rária se torne o mais rápido possível capaz de gerir a produção, afastando a presença dos capitalistas. A produção deverá melhorar e aos que "objetam que deste modo se está colaborando com os adversários, com os proprietários das empresas, respondemos que, pelo contrário, este é o único meio de fazê-los sentir concretamente que está próximo o fim do seu domínio, porque a classe operária concebe daqui por diante a possibilidade de fazer por si mesma e de fazer bem."<sup>61</sup>

Os conselhos eleitos pela massa operária, e não mais indicados pelos sindicatos - como nas comissões internas -, deverão vigiar e diminuir concretamente o poder dos capitalistas nas fábricas. Mais: pelo próprio fato de viverem a vida da fábrica, poderão dominar a produção, conhecer as inovações tecnológicas, acompanhar e estimular o crescimento da capacidade dos trabalhadores. "Destes modo ir-se-á constituindo um novo *costume* de fábrica, primeiro grau da verdadeira e efetiva legislação do trabalho, isto é, das leis que os produtores elaborarão e darão a si mesmos".

### **A condução burocrática da liderança sindical tenta sufocar as formas conciliares, na medida em que estas põem sua dominação em perigo.**

Tarefa política e cultural, a ação dos conselhos se exercerá em cada seção da fábrica, fazendo com que os operários se qualifiquem mais e mais, permitindo que um dia a massa proletária trabalhe para si mesma. *E o comissário,*

*verdadeiro intelectual da classe, deve ser o articulador do processo de transformação de cada operário em um outro intelectual da classe. A ação do conselho implica efetivamente no início da construção da hegemonia proletária, processo que se inicia antes da conquista do poder do Estado. Dispense-nos afinal da dúvida. Aqui está formulada, de fato, ainda que não plenamente, a teoria da hegemonia.*

A atualidade da relação entre o conselho de fábrica e o sindicato é tanto maior quanto mais clara é a crise que atravessa a CGT. A central "atravessa uma crise de natureza similar à crise em que se debate em vão o Estado democrático parlamentar. A crise é poder e de soberania".<sup>62</sup>

A resolução dessa crise está estritamente vinculada à vontade de poder da classe operária. O problema reside na transformação da organização sindical em uma imensa máquina burocrática, incapaz de atrair a massa operária revolucionária: "a máquina esmaga o homem, o funcionalismo esteriliza o espírito criador e o diletantismo banal e verbalístico tenta em vão esconder a ausência de conceitos precisos sobre a necessidade da produção industrial, e a ausência da compreensão da psicologia das massas proletárias."<sup>63</sup> A condução burocrática da liderança sindical tenta sufocar as formas conciliares, na medida em que estas põem sua dominação em perigo. Por sua própria formação, essa liderança é incapaz de perceber as novidades que vão ocorrendo nas fábricas, e tenta fazer crer que soviete e sindicato são a mesma coisa, e que este último já é a base sobre a qual se construirá a sociedade comunista.<sup>64</sup>

É necessário distinguir as duas instituições. Os sindicatos "são o tipo de organização proletária específica do período da história dominado pelo capital. Em um certo sentido pode-se sustentar que é parte integrante da sociedade capitalista, e têm uma função que é inerente ao regime da propriedade privada."<sup>65</sup> Isso não significa desconhecer e negar as grandes vitórias obtidas pela classe através dos sindicatos. Eles disciplinaram o mercado de trabalho. Mas o que lhes dá êxito na luta contra o capitalismo, ou seja a disciplina e a confiança da classe, é também aquilo que os afasta dessa mesma classe. O sindicato representa o proletariado organizado, mas desconhece e não representa outra parte desse mesmo proletariado que a ele não aderiu. Confiança e disciplina: eis o que as organizações esperam de seus filiados. Confiança em que elas consigam resolver as questões. E disciplina antes, durante e após as negociações.

Já o conselho tem seu lugar na fábrica. Contrariamente à organização sindical, o conselho vive a vida diária da classe, está acoplado ao processo de elaboração da experiência da classe. O conselho não é um escritório central que organiza e disciplina a confiança da classe. Ele é o "tipo de organização (...) específica da atividade própria dos produtores".<sup>66</sup>

Essa distinção é fundamental para a compreensão dos conselhos. *O assalariado é o proletário considerado do ponto de vista da relação jurídica do trabalho, e o produtor é o proletário enquanto classe e não apenas instrumento de trabalho. No pensamento liberal existe uma cisão entre cida-*

<sup>61</sup> *Ai commissari...*, op. cit., p. 209-210.

<sup>62</sup> *Sindacati e Consigli*, ON, 11-10-1919, ON, p. 236.

<sup>63</sup> *idem*.

<sup>64</sup> *Para Tasca, de todos os ordinovisti o mais próximo do movimento sindical tradicional, o sindicato tem uma função mais avançada, pois "para defender o assalariado dentro da estrutura do sistema burguês, liberando finalmente o proletariado da escravidão sob o capitalismo", tem que dirigir a classe para "superar os limites da economia capitalista e substituí-la pela sua própria economia proletária."*, *I valori...*, op. cit., p. 241.

<sup>65</sup> *idem*, p. 237.

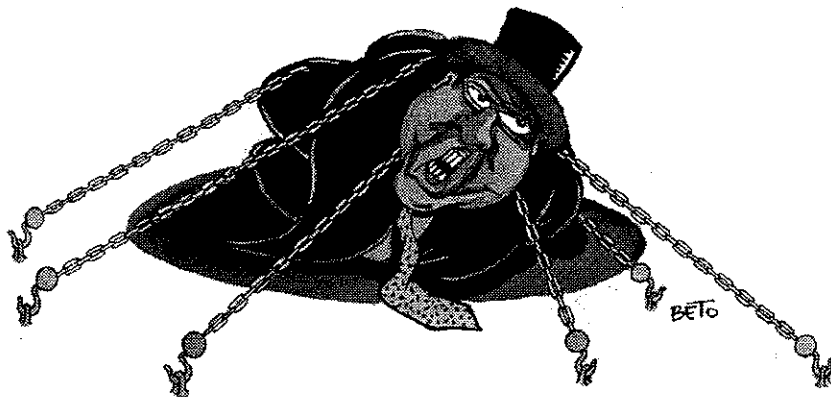
<sup>66</sup> *Sindacati e...*, op. cit., p. 238.

dão e assalariado, entre política e economia, no pensamento comunista essa cisão desaparece na figura do produtor, representação plástica da classe.

O conselho existe "no trabalho (...) na produção industrial, isto é, em um fato permanente e não apenas no salário, na divisão de classes, isto é, em um fato transitório e que precisamente se quer superar."<sup>67</sup> Essa presença do conselho no local de trabalho, o fato de não distinguir entre sindicalizados e não sindicalizados faz com que ele possa representar efetivamente a classe e não apenas uma parte dela; por isso mesmo o conselho é "o modelo do Estado proletário".<sup>68</sup>

O conselho trabalha com uma nova psicologia: "A solidariedade operária, que no sindicato se desenvolve na luta contra o capitalismo, no sofrimento e no sacrifício, no conselho é positiva, é permanente, é encarnada também no mais comum dos momentos da produção industrial. Está contida na consciência feliz de ser um todo orgânico, um sistema homogêneo e compacto que, trabalhando utilmente, produzindo desinteressadamente, a riqueza social, afirma a sua soberania, realiza o seu poder e a sua liberdade criadora da história."<sup>69</sup> Passamos, na visão gramsciana, da resistência à afirmação da nova soberania.

O conselho, contrariamente ao sindicato, é capaz de marcar a diferenciação no interior da classe e, ao mesmo tempo, realizar a sua unificação. O sindicato se baseia no indivíduo, como toda e qualquer associação liberal, o con-



selho se baseia no coletivo, "se baseia na unidade orgânica e concreta do ofício que se realiza no disciplinamento do processo industrial. A equipe percebe que é diferente no corpo homogêneo da classe, mas ao mesmo tempo se sente engrenada no sistema de disciplina e de ordem que torna possível, com o seu funcionamento exato e preciso, o desenvolvimento da produção. Como interesse econômico e político o ofício é parte indistinta e perfeitamente solidária do corpo da classe: distingue-se nele como interesse técnico e como desenvolvimento do instrumento particular que usa no trabalho."<sup>70</sup>

A contraposição até aqui esboçada entre sindicato e conselho vai clarificando as opções para a classe trabalhadora. O sindicato é uma organização que, por não mobilizar o trabalhador, ou por fazê-lo restritamente, coloca-se dentro do campo do capitalismo para daí arrancar ao poder do capitalista melhorias em termos de horários, salários, condições de trabalho, mas que em princípio não

afetam o essencial: "todos os resultados, todas as vitórias da ação sindical se fundam sobre bases antigas: o princípio da propriedade privada permanece intacto e forte, a ordem da produção capitalista e a exploração do homem pelo homem permanecem intactas e, pelo contrário, se complicam em formas novas."<sup>71</sup> O sindicato é também incapaz de educar a massa trabalhadora para o controle da produção. Mesmo como liderança, o sindicato não educa os trabalhadores. Como são escolhidos os seus líderes? Esta escolha não se deve nunca a "critérios de competência industrial, mas de competência meramente jurídica, burocrática ou demagógica."<sup>72</sup>

O conselho aparece como contestador do poder do capitalista, colocando-se fora da perspectiva capitalista. Contrariamente ao sindicato, o conselho não deseja melhorar as condições de trabalho: ele pretende liquidar o processo de produção capitalista; ele quer eliminar, suprimir a propriedade privada.<sup>73</sup> A luta entre as duas instituições é feroz.

<sup>67</sup> idem.

<sup>68</sup> idem.

<sup>69</sup> idem, p. 239.

<sup>70</sup> idem, pp. 239-240.

<sup>71</sup> I sindacati e..., op. cit., p. 258.

<sup>72</sup> idem, p. 259.

<sup>73</sup> Em contraposição às teses gramscianas, Tasca afirma: "nossa crítica dos erros e enganos do movimento sindical não deve levar-nos a condenar os sindicatos, mas a fortalecê-los (...). Se as funções sindicais hoje se limitassem a discutir salários e horários, sua ação seria tão útil quanto indispensável (mesmo sob estas circunstâncias podemos dizer que se os sindicatos não existissem, deveríamos inventá-los)", I valori..., op. cit., p. 241. Diz não acreditar na possibilidade de "criar dois organismos distintos, os quais, vivam do mesmo tecido: a classe trabalhadora", idem, p. 242. Tasca consegue aprovar esse ponto de vista no Congresso da Câmara do Trabalho de Turim. Vai mais além: "Conselhos de fábrica e sindicatos não podem possivelmente atuar na base de um 'pacto de aliança' definindo suas respectivas funções. Eles só podem ter uma função, que é comum a ambos - a libertação do proletariado e a criação da nova ordem na qual a classe revolucionária, tendo conquistado o poder político, possa estabelecer a sua própria economia", idem, p. 243.

Gramsci chama a atenção para o papel "derrotista" desempenhado pela liderança sindical húngara que, para não perder o controle sobre "suas bases, acaba por solapar a própria existência da República dos Conselhos da Hungria: "e dado que os funcionários (sindicais) não tinham competência técnico-industrial, sustentavam a imaturidade da classe proletária para gestão direta da produção, sustentavam a 'verdadeira' democracia, isto é, a conservação da burguesia nas suas posições principais de classe proprietária, queriam perpetuar e exasperar o tempo das concordatas, dos contratos de trabalho, da legislação social, para terem condições de fazer valer a sua competência."<sup>74</sup>

Tudo fizeram para deter os avanços da classe: "as fábricas tiveram de ser socializadas contra a vontade dos sindicatos, embora a socialização fosse o dever por excelência dos sindicatos."<sup>75</sup> Os líderes sindicais esperavam que a revolução proletária se tornasse universal para então aderir à ela. A advertência gramsciana sobre a situação contrarrevolucionária dos sindicatos no âmbito internacional é clara: os sindicatos arruinaram "a base do poder na Hungria, determinaram na Alemanha imensas carnificinas de operários comunistas e o nascimento do fenômeno Noske, determinaram na França o fracasso da greve geral de 20-21 de julho e a consolidação do regime Clemenceau, impediram até agora toda intervenção direta dos operários ingleses na luta política e ameaçam cindir profunda e perigosamente as forças proletárias em todos os países."

As lideranças sindicais húngaras habituadas às negociações com os capitalistas, sentiram-se na república soviética como peixes fora da água. Atacaram o partido, construtor da nova ordem e, para que os sindicatos permanecessem,

sacrificaram àquela república. Mas nem assim escaparam: a vitória da reação da burguesia e da nobreza aniquilou as forças proletárias, inclusive a dos sindicatos reformistas. E o exemplo da Hungria está bem presente para Gramsci que acompanha *pari passu* a ação dos sindicalistas reformistas italianos.

Para os reformistas Gramsci e o movimento do *L'Ordine Nuovo* eram anarquistas. Os socialistas de centro e de direita viam neles a presença sindicalista-revolucionário. Na resposta à essas acusações Gramsci precisa sua posição. Existe uma relação entre sindicalismo e revolução: "A teoria do sindicalismo faliu completamente na experiência concreta das revoluções proletárias (...). O desenvolvimento normal do sindicato é marcado por uma linha de decadência do espírito revolucionário das massas: aumenta a força material, enlanguesce ou desvanece totalmente o espírito de conquista, o elã vital torna-se preguiçoso, à intransigência heróica sucede a prática do oportunismo, a política do feijão com arroz. O crescimento quantitativo determina um empobrecimento qualitativo, e uma acomodação fácil às formas sociais capitalistas, determina o surgimento de uma psicologia operária tacanha, estreita, de pequena e média burguesia."<sup>76</sup>

### **Os conselhos trabalham no sentido de transformar o assalariado em produtor.**

Já os conselhos trabalham no sentido de transformar o assalariado em produtor. E isso é uma nova forma de cidadania, caminhando para uma outra realidade social e estatal: a dos conselhos de operários e camponeses pobres.

Ora, os sindicatos são a negação de tudo isso, são defensores de uma política de pequenas vantagens materiais para os operários, e querem, no máximo, "eliminar algumas das ocorrências mais perigosas para a integridade física e moral do operário".<sup>77</sup> Em contrapartida, o movimento dos conselhos "é o início de um grande processo histórico no qual a massa trabalhadora adquire consciência de sua unidade indivisa baseada na produção, baseada no ato concreto do trabalho. E dá uma forma orgânica a esta sua consciência, construindo para si uma hierarquia, exprimindo-a do seu mais profundo íntimo, para que ela mesma seja vontade consciente de um fim preciso a conseguir, de um grande processo histórico que vai culminar irresistivelmente na ditadura do proletariado, na internacional comunista, apesar dos erros que os indivíduos possam cometer, apesar das crises que as condições nacionais e internacionais possam determinar".<sup>78</sup>

A característica do período imperialista pós-guerra é a modificação tanto da figura do operário quanto a do capitalista: isto é, uma mutação do capitalismo, do Estado, da política.

A fábrica, entendida como célula básica do capitalismo, deixou de sê-lo: "não existe na fábrica o empresário-proprietário, que tinha a capacidade mercantil (estimulada pelo interesse ligado à propriedade privada) de comprar bem as matérias-primas e de vender melhor o objeto fabricado. Estas funções passaram da fábrica ao sistema de fábricas possuídas pela mesma empresa. E não só: elas se reúnem em um banco ou em um sistema de bancos que assumem a tarefa real de fornecedores de matérias-primas e açambarcadores dos mercados de venda".<sup>79</sup> Essa

<sup>74</sup> I sindacati e..., op. cit., p. 260.

<sup>75</sup> idem.

<sup>76</sup> Sindacalismo e..., op. cit., p. 297.

<sup>77</sup> idem, p. 300.

<sup>78</sup> idem, pp. 300-301.

<sup>79</sup> Lo strumento..., op. cit., p. 415.



passagem do domínio do empresário-industrial para a burguesia financeira altera a composição da própria classe. Agora ela é "representada por uma camada... de vanguarda, a plutocracia: a linha de desenvolvimento histórico da classe capitalista é um processo de corrupção, um processo de decomposição. As funções tradicionais da classe capitalista passaram para as mãos de uma nova camada irresponsável, sem vínculos nem de interesses, nem psicológicos, com a própria produção."<sup>80</sup>

A luta imperialista teve um papel importante nessa transformação, na liquidação do empresário industrial. E para além dessa transformação se dá outra, a do próprio Estado que deixa de ser um articulador das diferenças entre os capitalistas para coordenar todo o conjunto da produção industrial. A partir dessa intervenção estatal se desmistifica o papel do empresário industrial que, com sua "capacidade e iniciativa", era o único que poderia dirigir a produção. Onde fica essa figura? "Ela se desvaneceu, se liquidez no processo de desenvolvimento do instrumento de trabalho, no processo de desenvolvimento do sistema de relações técnicas e econômicas que constituem as condições de produção e de trabalho."<sup>81</sup>

### **A divisão do trabalho criou a unidade psicológica da classe social.**

A crise da produção é tal que ela é incapaz de garantir a sobrevivência tanto do operário, quanto da burguesia e de seus agentes. O desenvolvimento dos instrumentos de produção não é mais suficiente, pelo menos sob a forma pela qual são geridos. Manter a atual forma de governo desse instrumento, é condenar a civilização europeia à

morte. A luta pelo controle desse instrumento é pois tarefa essencial para a sobrevivência da classe operária e para a construção de uma nova ordem social. Essa luta só pode ser perfeitamente compreendida se se colocam as relações sociais que existem entre os operários e as múltiplas determinações do conjunto da produção: as máquinas, as hierarquias, o sistema fabril, a especialização, as relações cidade-campo, ou melhor, indústria-agricultura, o comércio interno e externo, o Estado. "A classe operária se identificou com a fábrica, se identificou com a produção: o proletariado não pode viver sem trabalhar, e sem trabalhar metódica e ordenadamente. A divisão do trabalho criou a unidade psicológica da classe social, criou no mundo proletário aquele corpo de sentimentos, de instintos, de pensamentos, de costumes, de hábitos, de afeto, que se resumem na expressão: solidariedade de classe. Na fábrica, todo proletário é levado a conceber a si mesmo como inseparável dos seus companheiros de trabalho (...). Quanto mais o operário se especializa em um gesto profissional, tanto mais sente a indispensabilidade dos companheiros, tanto mais sente ser célula de um corpo organizado, de um corpo intimamente unificado e coeso; tanto mais sente a necessidade da ordem, do método, de precisão, tanto mais sente a necessidade de que todo o mundo seja como uma única e imensa fábrica, organizada com a mesma precisão, o mesmo método, a mesma ordem que ele verifica ser vital na fábrica onde trabalha: tanto mais sente a necessidade de que a ordem, a precisão, o método que vivificam a fábrica sejam projetadas no sistema das relações que liga uma fábrica a outra, uma cidade a outra, uma nação a outra."<sup>82</sup>

Os reformistas e os oportu-

nistas sempre falaram que o comunismo só se realizaria pelo desenvolvimento do instrumento de produção. Mas não perceberam, ou não quiseram perceber, que o operário na sua própria produção, poderia dominar esse instrumento. A experiência dos conselhos de fábrica demonstra o contrário: "Os comícios, as discussões para a preparação dos Conselhos (...), favorecem a educação da classe operária mais do que dez anos de leitura de opúsculos (...). A classe operária comunicou-se as experiências reais dos seus componentes individuais e delas fez um patrimônio coletivo: a classe operária educou-se comunisticamente, com seus próprios meios, e com seus próprios sistemas."<sup>83</sup>

Esse processo de domínio técnico sobre a produção liberta progressivamente o operário da necessidade do técnico, dá-lhe maior autonomia, maior autoconfiança, disciplina-o melhor. O comissário acaba por ser a síntese da "consciência unitária" da seção, assim como o conselho o é de todos os operários da fábrica. A classe obtém assim "um altíssimo grau de autonomia no campo de produção, porque o desenvolvimento da técnica industrial e comercial suprimiu todas as funções inerentes à propriedade privada, à pessoa do capitalista.

A pessoa do proprietário privado automaticamente expulsa do campo industrial da produção, alinhou-se no poder do Estado *monopolizador da distribuição do lucro*. A força armada mantém a classe operária em uma escravidão política e econômica tornada anti-histórica, tornada fruto de decomposição e ruína."<sup>84</sup>

Os conselhos realizam, portanto, o grande passo para a revolução comunista: dão "à classe operária consciência do seu valor

<sup>80</sup> L'operaio..., op. cit., p. 432.

<sup>81</sup> Lo strumento..., op. cit., p. 415.

<sup>82</sup> L'operaio..., op. cit., p. 433.

<sup>83</sup> Lo strumento..., op. cit., p. 414.

<sup>84</sup> idem, p. 416. *Crifo nosso*.

atual, da sua função real, da sua responsabilidade, do seu futuro. A classe operária tira as conseqüências da soma de experiências positivas que os indivíduos obtêm pessoalmente e adquire a psicologia e o caráter de classe dominante, e se organiza como tal, isto é, cria o Soviete político, instaura a sua ditadura.<sup>85</sup> Por isso mesmo Gramsci afirma que "a construção dos Sovietes políticos *comunistas* não pode senão suceder historicamente ao florescimento e a uma primeira sistematização dos Conselhos de fábrica."<sup>86</sup>

### **Conselhos, Partido e Sindicatos**

A caracterização gramsciana do processo revolucionário é clara: "A revolução proletária não é um ato arbitrário de uma organização que se afirme revolucionária, ou de um sistema de organizações que se afirme revolucionárias. A revolução proletária é um longuíssimo processo histórico que se verifica no surgimento e no desenvolvimento de determinadas forças produtivas (que sistematizamos na expressão: 'proletariado'), em um determinado ambiente histórico (que sintetizamos nas expressões 'modo de propriedade individual', modo de organização da sociedade no Estado democrático-parlamentar). Em uma determinada fase deste processo, as novas forças produtivas não podem mais desenvolver-se e sistematizar-se de modo autônomo nos esquemas oficiais em que se desenvolve a convivência humana. Nesta fase determinada ocorre o ato revolucionário que consiste em um esforço dirigido a romper as máquinas do Estado burguês e a constituir um tipo de Estado em cujos

esquemas as forças produtivas liberadas encontrem a forma adequada ao seu desenvolvimento ulterior, à sua expansão ulterior, em cujas organizações encontrem a direção e as armas necessárias e suficientes para suprimir os seus adversários."<sup>87</sup>

### **A passagem do capitalismo à sua fase monopolista retirou às velhas organizações operárias o seu caráter radical.**

Assim definido o processo revolucionário fica claro que tanto o PSI quanto os sindicatos reformistas pouco ou nada têm a ver com a revolução. A passagem do capitalismo à sua fase monopolista retirou às velhas organizações operárias o seu caráter radical. Não se trata de negar a importância dos sindicatos, mas de vê-los à luz da história da classe e perceber as transformações necessárias para que continuem a ser elementos importantes do ponto de vista da classe.

A autonomia que a massa trabalhadora vai obtendo, no e pelo conselho de fábrica, caminha no sentido de perceber os limites da legalidade industrial da qual os líderes sindicais são simples funcionários. Essa legalidade tem valor enquanto as condições gerais são desfavoráveis à classe. O sindicato é revolucionário se consegue dirigir toda a classe que representa no sentido de alterar a relação de forças vigentes, "se eles desenvolvem todo o trabalho de preparação espiritual e material necessário para que a classe operária possa, em um determinado momento, iniciar uma ofensiva vitoriosa contra o capital e

submetê-lo à sua lei".<sup>88</sup>

Nesse novo sentido histórico o conselho de fábrica é "uma instituição absolutamente original, que não pode ser confundida com o sindicato, que não pode ser coordenada e subordinada ao sindicato, mas que, pelo contrário, com seu nascimento e o seu desenvolvimento, determina mudanças radicais na estrutura e na forma do sindicato."<sup>89</sup> O relacionamento conselhos-sindicatos torna-se a questão central do período revolucionário que a Itália está atravessando. A classe operária torna-se revolucionária "não mais no sentido em que ela se recusa genericamente a colaborar com as instituições de governos da classe burguesa, não mais no sentido em que ela representa uma oposição no campo da democracia, mas no sentido de que toda a classe operária, que se encontra na fábrica, inicia uma ação que deve necessariamente desembocar na fundação de um Estado operário, que deve necessariamente conduzir a sociedade humana em uma forma que é absolutamente original, em uma forma universal que abarca toda a internacional operária e, portanto, toda a humanidade."<sup>90</sup>

O operário, que se transformara na fábrica em um instrumento de produção superior, adquire consciência disso e cria uma nova instituição: acaba por fundar "um aparelho representativo de tipo estatal (isto é, não voluntário, contratualista, por via de filiação, mas absoluto, orgânico, aderente a uma realidade que é necessário reconhecer se se quer ter assegurado o pão, a roupa, o teto, a produção industrial); se o operariado, se a classe operária faz isto (...), ela inicia uma história nova, inicia a era dos Estados operários que devem confluir na formação da

<sup>85</sup> idem, p. 413.

<sup>86</sup> idem.

<sup>87</sup> Il consiglio di fabbrica, ON, 5-6-1920, L'ON, p. 532.

<sup>88</sup> Sindacati e consigli, ON, 12-6-1920, L'ON, p. 548.

<sup>89</sup> La relazione Tasca e il Congresso camerale di Torino, ON, 5-6-1920, L'ON, p. 540-541.

<sup>90</sup> Il consiglio..., op. cit., pp. 534.

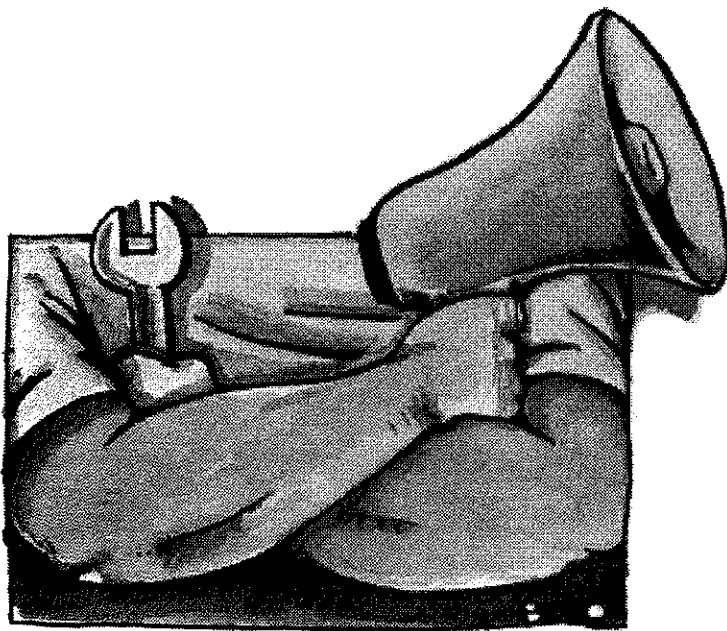
sociedade comunista.<sup>91</sup>

Gramsci salienta que, ao subtrair-se ao poder do capitalista na fábrica, o operariado realiza a primeira, e mais fundamental, de todas as expropriações: a do instrumento de produção que é ele próprio. "A classe operária afirma assim que o poder industrial deve retornar à fábrica, põe novamente a fábrica, do ponto de vista operário, como forma em que a classe operária se constitui no campo orgânico determinado, como célula de um novo Estado, o Estado operário, como base de um novo sistema representativo, o Sistema dos Conselhos. O Estado operário cria desde já, dado que nasce segundo uma configuração produtiva, as condições do seu desenvolvimento, *do seu dissolver-se como Estado, no seu incorporar-se orgânico em um sistema mundial, a internacional comunista*".<sup>92</sup>

É no quadro do movimento conciliar que os sindicatos e o partido tem que redefinir-se, isto é, "o partido e o sindicato não devem colocar-se como tutores ou como superestruturas já constituídas"<sup>93</sup> dos conselhos. A questão central da relação conselho-sindicato radica no valor da legalidade industrial. O conselho a nega, o sindicato a afirma: "O sindicato é responsável perante os industriais, mas o é enquanto é responsável diante dos seus organizados: ele garante a continuidade do trabalho, do salário, do pão e do teto, ao operário e à família do operário. O Conselho tende, por sua espontaneidade revolucionária, a desencadear em todos os momentos a guerra das classes; o sindicato, por sua forma burocrática, tende a não deixar que a guerra de classe venha jamais a ser desencadeada."<sup>94</sup> O equilíbrio entre as

duas instituições deve ser tal "que o Conselho aceite e faça sua disciplina do sindicato (...), em que o caráter revolucionário do Conselho tenha um influxo sobre o sindicato, seja um reagente que dissolva a burocracia e o funcionalismo sindical."<sup>95</sup>

A saída da legalidade industrial deve ser, portanto, resultado de uma ação disciplinada da classe e não um "estouro" das paixões desencadeadas de maneira absolutamente irresponsável.<sup>96</sup> A possibilidade do equilíbrio é dada pelo fato de que a maioria dos elementos do Conselho está organizada sindicalmente. Não deve haver relação de dependência hierárquica entre eles. Se o sindicato domina o conselho, este acaba por esterilizar-se, acaba por perder-se como instrumento revolucionário: "A força do Conselho consiste no fato de que ele adere à consciência da massa operária (...) que quer emancipar-se autonomamente, que quer afirmar a sua liberdade de iniciativa na criação da história: toda a massa participa da vida do Conselho e sente ser algo por esta sua atividade. Na vida do sindicato, participa um número restritíssimo de organizados; a força real do sindicato está neste fato, mas neste fato está também uma fraqueza, que não pode ser posta à prova sem gravíssimos perigos."<sup>97</sup> Se, pelo contrário, o sindicato absorve a psicologia própria do Conselho, ele tende a desencadear a guerra de classe a todo o momento e "perderia o seu caráter de força disciplinadora e reguladora das forças impulsivas da classe operária."<sup>98</sup>



<sup>91</sup> idem, p. 535.

<sup>92</sup> idem, p. 536. *Grifo nosso*.

<sup>93</sup> idem, p. 536-537.

<sup>94</sup> *Sindacati e...*, op. cit., p. 548.

<sup>95</sup> idem, pp. 548-549.

<sup>96</sup> *Tasca ironiza a possibilidade da "saída da legalidade": "Quando o Conselho sai da legalidade, o patrão por meio dos guardas reais o faz... sair da fábrica, e então os operários vêm ao Sindicato, à Câmara do Trabalho: o fato passa à esfera da organização que não pode mais e não pode nunca permanecer à parte. E então é necessário que a organização - a qual não pode somente 'dar assistência' aos operários de uma dada fábrica nas suas tentativas de 'sair da legalidade', mas recebe logo, por tabela, em pleno peito o choque que aqueles operários sofreram na luta contra o industrial - possa intervir não apenas para apagar o incêndio ou para 'acabar com o morticínio'." Polemica sul programa dell'Ordine Nuovo (II), ON, 3-7-1920, ONCF, p. 283.*

<sup>97</sup> *Sindacati e...*, op. cit., pp. 549-550.

<sup>98</sup> idem, p. 550.

Diante da realidade italiana, as lideranças sindicais são defensoras radicais da legalidade industrial, colocam-se praticamente do ponto de vista dos capitalistas. A intervenção partidária é então decisiva. Gramsci coloca o papel dos comunistas, a fração mais avançada do PS, no processo de luta: "constituindo-se em grupos organizados permanentemente nos sindicatos e nas fábricas (eles) devem transportar para os sindicatos e as fábricas as concepções, as teses, a tática do III Internacional. Devem influenciar a disciplina sindical e determinar os fins, devem influenciar as deliberações dos Conselhos de fábrica e fazer com que os impulsos à rebelião, que nascem das situações que o capitalismo cria para a classe operária, se tornem consciência e criação revolucionárias."<sup>99</sup>

Do nosso ponto de vista, essa articulação Conselho-sindicato só pode ser rigorosa se lembrarmos que o sistema dos Conselhos é a organização de toda a classe, seu poder *deliberativo* e *executivo* ao mesmo tempo. Os Conselhos não se reduzem à massa "organizada" pelos conselhos, e nem àquela "organizada" pelo partido. Assim, os conselhos são órgãos políticos da classe diversificada, ainda não unificada política e economicamente; eles são o *locus* do debate. Os grupos comunistas devem proclamar: "todo o poder aos conselhos", devem participar dos conselhos, como produtores, não como cidadãos ou assalariados, e devem tratar de tornar-se maioria aí dentro. Trata-se, do nosso ponto de vista, de fazer o partido (e o sindicato) entrarem neste Estado potencial e, aí, na luta contra as outras ideologias e orientações, realizar a sua hegemonia. Trata-se, portanto, de fazer o partido viver a legalidade do novo Estado, de *convencer*, de *persuadir*, de *guiar* as massas, dando-lhes organicidade e

trabalhando a partir delas e com elas. Trata-se, assim, para o partido de *fazer-se classe*, e não de dominá-la. O partido é o momento, ou deve sê-lo, da democracia operária, do Estado operário.

Creemos ser a partir dessa posição, que se pode entender Gramsci. O partido sempre foi o local de onde ele examinou a realidade operária, suas novas instituições. É dessa perspectiva que ele pode falar da crise do PS e da CGT, e pode propor os Conselhos. Se o PS falhou irremediavelmente, trata-se de expulsar os reformistas, de dar nova vida e nova orientação aos organismos partidários, enfim, transformá-los de fato e de direito no Partido Comunista. Se o PS não pode trabalhar nos Conselhos, e os teme, o PC, na visão gramsciana, deve atuar aí, deve fazer-se maioria, deve exercer o comando.

Que coisas separam os conselhos do partido e do sindicato? como a classe operária se representa ou se percebe nessas instituições? O "Conselho de fábrica é uma instituição de caráter 'público' enquanto o partido e o sindicato são de caráter 'privado'. No Conselho de fábrica, o operário faz parte como produtor, isto é, (...) em consequência de sua posição e de sua função na sociedade, do mesmo modo que o cidadão começa a fazer parte do Estado democrático-parlamentar. No Partido e no Sindicato, o operário faz parte 'voluntariamente', assinando um compromisso escrito, assinando um 'contrato', que ele pode romper a qualquer momento: o Partido e o sindicato, por este seu caráter de 'voluntariedade', por este seu caráter 'contratualista', não podem ser de modo algum confundidos com o Conselho, instituição representativa, que se desenvolve não aritmética, mas morfológicamente, e tende, nas suas formas superiores, a dar o sê-lo *proletário* ao aparelho de produção e

de troca criado pelo *capitalismo*".<sup>100</sup>

Examinemos as relações entre as instituições contratualistas. Qual deve ser no momento revolucionário a hierarquia destas instituições? E como ela se apresenta? Em princípio, não parece haver dúvida nem muitos problemas com a idéia de que compete ao partido guiar a classe na sua luta. A liderança do partido sobre a classe, expressando-a, deve incorporar o sindicato. Ora, se a organização sindical expressa as relações de compra e venda da mercadoria força de trabalho, pode parecer infantil que essa organização possa conduzir o processo político da classe. No entanto, a realidade italiana mostra como a organização política da classe, o partido, acabou por se submeter à organização de defesa econômica. A ausência do partido em todas as questões fundamentais da classe, e o predomínio dos reformistas dentro do partido deixam espaço político para que a burocracia sindical comande a classe. Sempre que há alguma luta, ainda que meramente corporativa, é a burocracia sindical que aparece. O partido sempre se omite. O famoso pacto entre a direção sindical e a partidária demonstra o quanto o partido abdicou de suas tarefas.

Se a situação italiana é revolucionária, se "a agitação pode, imprevisivelmente, transformar-se de corporativa em agitação política, como poderia e como pode o Partido permanecer estranho, assistir como simples espectador a tais agitações?"<sup>101</sup> Para os que pretendam realizar o espírito da Internacional comunista trata-se de politizar aquelas questões: "não só deve ser absurdo que do 'alto', do centro, das mãos dos inscritos do Partido, partam agitações de caráter estritamente corporativo, mas se, de baixo das massas, parte o estímulo para o movimento por

<sup>99</sup> *idem*, p. 551.

<sup>100</sup> Il programa dell'Ordine Nuovo (II), ON, 28-8-1920, L'ON, pp. 623-624.

<sup>101</sup> Partito e sindacati, ON, 21-8-1920, ON, p. 632.

horários e por salários, todas as energias devem ser desencadeadas para, adequadamente, organizar e educar as massas, para dirigir esses estímulos para os objetivos máximos da classe operária, para abater o poder burguês e instaurar o poder proletário".<sup>102</sup>

E isto é tão necessário quando se tem presente que a classe operária não pode ir além pelas vias sindicais. A tarefa do partido deve ser a de conduzir o processo revolucionário, integrando em seu movimento a organização sindical, submetendo-a ao seu comando. Submeter à disciplina partidária os burocratas sindicais, significa pôr fim à esdrúxula situação de poder desses funcionários que pela omissão do partido acabam por comandar a classe.

Gramsci lembra que, já desde Zimmerwald, Lenin coloca-

ra a necessidade dos grupos socialistas de fábrica e de sindicato e que passado tanto tempo o problema sequer tenha sido discutido pelo partido que aderiria à esquerda zimmerwaldiana e depois à Internacional Comunista.

O problema do partido não termina aí. Como decorrência lógica de sua incapacidade em relação à classe operária, ele é também incapaz em relação à burguesia: "Os capitalistas constituíram, em brevíssimo tempo, uma organização sindical fortíssima, ligadas aos *fasci*, à guarda real, ao militarismo ávido por impor a ditadura do sabre; os capitalistas dedicaram centenas de milhões (de liras) para tornar eficaz a sua organização, criaram panfletos para difundir notícias falsas e para conduzir uma incessante campanha de difamação e denegrimiento dos chefes dos

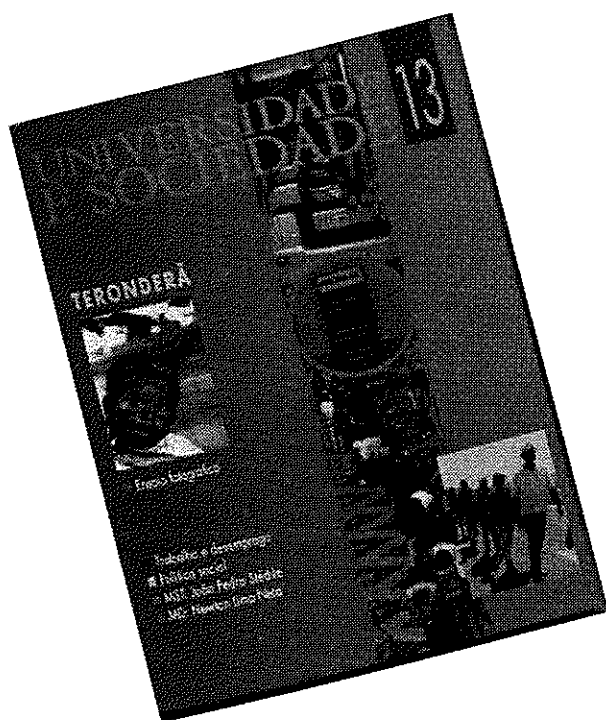
sindicatos operários; (...) Todo esse trabalho de organização do capitalismo escapou ao Partido, ou, se não escapou, foi visto apenas do ponto de vista 'literário', do ponto de vista de quem se crê socialista e revolucionário porque comenta: "Eu disse que os burgueses são reacionários, tinha razão Marx, etc., etc."<sup>103</sup>

Obviamente, dentro desse jogo as instituições voluntárias, contratualistas, tem o desejo de esmagar os Conselhos. Estes aparecem como movimentos de insubordinação das massas "despreparadas" contra os "sábios" dirigentes. Por isso mesmo o partido e os sindicatos estarão unidos para impedir que o proletário se liberte da dominação capitalista e da deles...



<sup>102</sup> idem.

<sup>103</sup> idem, p. 634. Gramsci refere-se à opção dos industriais na greve dos ponteiros. Crifo nosso.



**Leia e assine a  
Universidade e  
Sociedade, uma  
revista da Andes/  
Sindicato  
Nacional.**

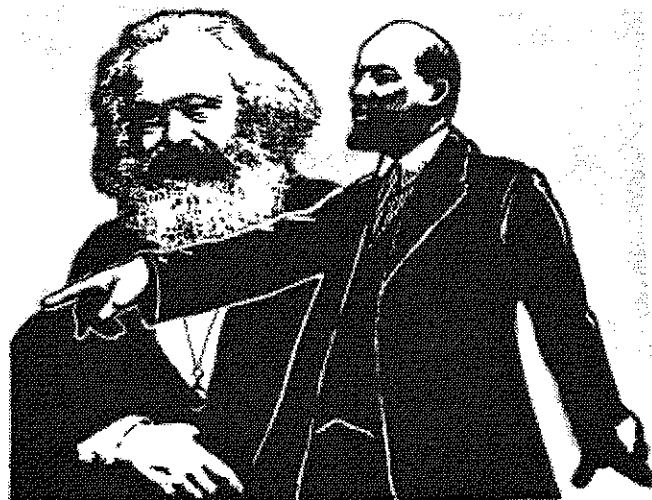
# Marxismo e Estado-comuna

**Professor Osvaldo Coggiola**  
**Livre-docente do Departamento de História da Universidade de São Paulo**

Se coube a Trostky o mérito de ser o primeiro em apontar (em *Balanço e Perspectivas*, redigido em 1906, logo após a revolução de 1905) o papel do Soviet (Conselho Operário) como órgão de poder do proletariado (ou seja, da própria revolução socialista), coube a Lenin (em *O Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo*) assinalar o caráter *universal* da experiência soviética "russa", assim como estabelecer o fio de continuidade histórica desta com a Comuna de Paris, analisada por Marx e Engels como a forma enfim achada da *ditadura do proletariado*. Ou, como disse Valentino Gerratana, "é um mérito de Lenin não só ter chamado a atenção para a importância da análise de Marx sobre a Comuna de Paris, como também ter colocado esta análise no centro da teoria marxista do Estado".<sup>1</sup>

## O Estado Comuna

Em decorrência do anterior, faz-se necessário, portanto, enfatizar um dos mais importantes aspectos da Comuna de Paris, válido também para o sistema de conselhos em geral, mas sobretudo para os soviets russos que a sucederam: sua configuração como um movimento que procurou instaurar a democracia direta e, por conseguinte, oposto ao regime parlamentar burguês. A Comuna substituiu o parlamento por uma nova instituição, embora não tenha abolido a elegibilidade e a representatividade. Aliás, em relação à manutenção da instituição representativa, Lenin, n' *O Estado e a Revolução* assinalava, no caso de sua inexistência, a impossibilidade de conceber a democracia, enquanto que, sem parlamentarismo, pode-se e deve-se concebê-la. Ao destruir a máquina estatal, a Comuna substituiu as instituições próprias àquela e transformou a democracia burguesa em democracia proletária. Para tanto, tomou uma série de medidas em que foram asseguradas a elegibilidade e a revogabilidade de cargos e mandatos; a redução salarial do funcionário do Estado até sua equiparação ao salário de um operário; o fim da separação entre trabalho legislativo e executivo no parlamento; estabelecimento do direito permanente de



controle e renovação parlamentar e a eleição de deputados.

Esse conjunto de medidas concorreu para a abolição da totalidade dos privilégios dos funcionários do Estado e para o controle permanente das suas atividades e, sobretudo, para que as funções próprias do poder estatal passassem a ser exercidas diretamente pela maioria da população. Em última análise, essas medidas foram a expressão da "passagem da democracia burguesa para a democracia proletária, da democracia dos opressores para a democracia das classes oprimidas, do Estado como força especial de repressão de uma determinada classe para a repressão dos opressores pela força conjunta da maioria do povo, dos operários e camponeses".<sup>2</sup> Estas medidas democráticas "ao mesmo tempo unificam os interesses dos operários e da maioria dos camponeses (e) servem como ponte que leva do capitalismo ao socialismo. Referem-se à reorganização estatal, puramente política da sociedade, mas é evidente que só adquirem sua plena importância e sentido em conexão com a expropriação dos expropriadores, ou seja, com a transformação da propriedade privada capitalista dos meios de produção em propriedade social".<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Valentino Gerratana. "O problema dos Conselhos Operários e a teoria marxista do Estado", in: A. Pannekoek et al. *Conselhos Operários*, Coimbra, Centelha, 1975, p. 127.

<sup>2</sup> V.I. Lenin. *O Estado e a Revolução*. São Paulo, Global, 1987, p. 88.

<sup>3</sup> V.I. Lenin, *Op. cit.*, p. 89.

Não obstante, para consumir-se a abolição do parlamento burguês e simultaneamente a conservação das instituições representativas fazia-se necessária a criação de uma nova base econômica para o Estado, ou seja, a organização econômica sob o controle e direção do proletariado, pois, de acordo com a análise de Marx, a Comuna era um governo da classe operária, resultante da luta entre o que ele chamava "classe produtora" e "classe apropriadora", cujo objetivo último era promover a "emancipação do trabalho". Alcançar tal finalidade implicava a organização da produção por operários, mais exatamente, operários armados e senhores do poder do Estado. Nesse sentido, a democracia operária, para sê-lo efetivamente, deveria ultrapassar os limites impostos pelo capitalismo, isto é, a propriedade privada dos meios de produção e assim converter-se em democracia ampla de massas. Aí reside a possibilidade de eliminação do parlamento burguês, da burocracia e dos privilégios concedidos pelo Estado.

O momento a partir do qual tem início o processo de transformação da democracia burguesa em democracia operária, quando o proletariado já se encontra organizado como classe dominante, recebeu de Marx a denominação de ditadura do proletariado, para quem aliás, a Comuna de Paris fôra o seu primeiro ensaio e, posteriormente, o paradigma mesmo da organização do proletariado para os marxistas. Em síntese, a combinação de elementos da maior importância, entre os quais a substituição do parlamento burguês por uma nova instituição na qual foi possível viabilizar o exercício de uma ampla democracia de massas, a substituição dos corpos repressivos do Estado pela organização da população em armas, a eleição e revogabilidade de cargos e mandatos pelo povo sempre quando necessário, permitem considerar os soviets como autênticos herdeiros da Comuna de Paris.

⌈ **Antes mesmo da ocorrência da Comuna de Paris, Marx já estabelecera essencialmente aquela que mais tarde viria a ser conhecida como a teoria marxista do Estado e da Revolução.**

O mencionado historiador Oskar Anweiler já chamara a atenção para o fato das análises e concep-

ções do Estado às quais chegaram Marx e Engels, especialmente a partir das experiências do proletariado francês em 1871, pouco influenciaram seus seguidores, tanto prática como teoricamente, por ocasião do período de apogeu da social-democracia. Entretanto, o movimento mesmo do proletariado russo se encarregou de fazê-lo, quando espontaneamente construiu, desenvolveu e generalizou os soviets. Este movimento fez com que determinadas noções, tais como "Estado operário", "ditadura do proletariado", entre outras, merecessem especial atenção na chamada teoria marxista do Estado, pois a partir de 1917 tornara-se imprescindível integrar esta nova realidade da organização de combate dos operários, posteriormente dos soldados e camponeses russos, a uma interpretação teórica global do mundo contemporâneo e das formas que já revestia e deveria revestir a revolução proletária no século XX.<sup>4</sup>

Em meio ao desenrolar da Revolução Russa de 1917, as análises de Marx e Engels acerca do Estado seriam retomadas por Lenin e, finalmente, a Comuna de Paris assumiria um papel destacado na teoria do Estado, além de servir como ponto de partida para as críticas ao reformismo/opportunismo da II Internacional, bem como ao anarquismo. Os primeiros, por relegarem ao esquecimento que, se as revoluções anteriores a 1871 apenas se haviam apropriado da máquina estatal existente, colocando-a em funcionamento com finalidades diferenciadas, a Comuna de Paris demonstrara a necessidade do proletariado de rompê-la.<sup>5</sup> Já os segundos, por exigirem a imediata abolição do Estado, desconsiderando que este, destruído pela revolução proletária, é substituído pela ditadura do proletariado, isto é, o proletariado organizado como classe dominante e, por conseguinte, é este **Estado proletário de transição** a ser extinto na passagem do capitalismo ao comunismo.

Antes mesmo da ocorrência da Comuna de Paris, Marx já estabelecera essencialmente aquela que mais tarde viria a ser conhecida como a teoria marxista do Estado e da Revolução.<sup>6</sup> Em sua *Carta a Weydemeyer* (1852), afirmava ser a demonstração de que a luta de classes conduzia necessariamente à ditadura do proletariado e esta, por sua vez, não nada mais nada menos que a transição para a sociedade sem classes a verdadeira novidade por ele trazida. Entretanto, a experiência das massas ainda não chegara a demonstrar "as formas com as quais deveria se re-

<sup>4</sup> Cf. Oskar Anweiler. *Les Soviets en Russie. Paris, Seuil, 1972.*

<sup>5</sup> Cf. V.I. Lenin. Op. cit.: Marx, n° 18 Brumário de Luís Bonaparte demonstrara que as revoluções, até então, apenas haviam aperfeiçoado a máquina de Estado, cabendo agora, rompê-la. Ainda que nesta obra Marx já colocasse a questão de como deveria ser realizada a substituição do Estado burguês pelo Estado proletário, ainda não apresentaria concretamente com que substituí-la. A resposta seria dada mais tarde, com a Comuna de Paris.

<sup>6</sup> "A essência da teoria de Marx sobre o Estado só é assimilada por quem tenha compreendido que a ditadura de uma classe é necessária não só para toda a sociedade de classes em geral, não só para o proletariado depois de derrubar a burguesia, como também para todo o período histórico que separa o capitalismo da sociedade sem classes, do comunismo. As formas dos Estados burgueses são extraordinariamente diversificadas, mas sua essência é a mesma: todos esses Estados são, sob uma ou outra forma, necessariamente, uma ditadura da burguesia. A transição do capitalismo ao comunismo não pode, naturalmente, deixar de proporcionar uma enorme abundância e diversidade de formas políticas, mas a essência de todas elas será necessariamente uma: ditadura do proletariado". (Lenin, Op.cit., p. 80).



tir a organização do proletariado como classe dominante".<sup>7</sup> A primeira destas formas finalmente apareceria com a própria Comuna de Paris, atingindo posteriormente seu ponto mais elevado com os soviets russos. "A Comuna era, essencialmente, um governo da classe operária, fruto da luta da classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política afinal descoberta para levar a cabo em seu interior a emancipação econômica do trabalho".<sup>8</sup> Apesar da variedade das formas assumidas ou que possam vir a assumir os governos da classe operária, a sua essência, ou seja, a ditadura do proletariado, permanece a mesma. Nesse sentido, as revoluções russas de 1905 e 1917 e as inúmeras tentativas que se lhe seguiram, deram prosseguimento à obra interrompida da Comuna de Paris. Portanto, justifica-se plenamente a atribuição a Lenin do mérito de haver demonstrado a importância da análise desta por Marx, colocando-a no núcleo da teoria marxista do Estado, atribuição esta que lhe foi dada pelos mais eminentes teóricos, bem como pelos mais destacados revolucionários.

### Os soviets de outubro

A vinculação entre soviets e bolchevismo é corrente em inúmeros trabalhos históricos. Entretanto, seriam os bolcheviques os primeiros a afirmar o contrário, uma vez que se demonstrara amplamente a origem autônoma dos conselhos, algo passível de verificação na obra de Oskar Anweiler, ainda que este enfatize a incorporação dos soviets, em um momento determinado do seu desenvolvimento, à teoria de Lenin acerca do Estado e da Revolução.

Já o historiador Pierre Broué insiste em que os soviets sejam vistos em sua continuidade histórica e teórica, na qual a Revolução Russa desempenha um relevante papel. Levando-se em conta esta continuidade, reduzir a análise dos soviets a uma experiência histórica exclusivamente russa significa incorrer em grave erro. Por isso, a postura metodológica correta a ser adotada na análise dos conselhos implica em não dissociá-los de experiências históricas concretas não limitadas apenas aos soviets e sua evolução nas revoluções russas, impedindo, por um lado, a redução do estudo dos conselhos a um "estudo de uma idéia" e, por outro, a criação de qualquer espécie de "mito dos conselhos".

Toda uma parte da obra de Oskar Anweiler volta-se para o estudo dos soviets russos de 1905. Nesta,

o autor analisa separadamente as diferentes visões relativas aos soviets por parte dos mencheviques e bolcheviques. Entretanto, as concepções e análises desenvolvidas por Trotsky são apresentadas separadamente. Pode-se constatar que, tanto bolcheviques como mencheviques, bem como qualquer outra corrente política então existente não se haviam dado conta da configuração dos soviets enquanto um novo fenômeno. Trotsky, ao contrário, detectou as novidades por eles trazidas, ou seja, o alcance de tais organismos surgidos da própria ação das massas e o seu significado essencialmente revolucionário, visíveis nas funções estatais que gradativamente assumiam. Mas Trotsky, assim como Lenin, ainda não via os soviets de 1905 como herdeiros da Comuna de Paris, algo que viria a ocorrer em 1917. Também neste ano, a idéia de Trotsky, qual seja, a de que a ditadura do proletariado encarnava-se nos soviets, - elaborada por ele juntamente com Parvus ainda na primeira revolução russa - seria definitivamente convertida por Lenin em fundamento da teoria leninista ou teoria bolchevique do Estado, muito embora seja mais acertado denominá-la teoria marxista do Estado.<sup>9</sup>

Trotsky, dentre os revolucionários contemporâneos à revolução russa de 1905, é o mais enfático quanto ao caráter do Soviet de São Petersburgo como forma de democracia direta. No entanto, não deixa de chamar a atenção também para a sua característica de organismo classista durante a revolução, ao salientar que "o Soviet não permitiu que sua natureza de classe se dissolvesse na democracia revolucionária: foi e continua sendo expressão organizada da vontade de classe do proletariado".<sup>10</sup> Com os soviets surgia, pela primeira vez na história da Rússia, um poder democrático de massas, evidentemente fazendo referência ao que ele chamava a "autêntica democracia". Esta afirmação levou um outro revolucionário, Anton Pannekoek, a supor tal idéia de Trotsky equivaler exatamente à descrição feita por Marx em 1871, embora não se referisse expressamente à Comuna de Paris ou aos escritos intitulados *A guerra Civil na França*.

O Soviet, formado por deputados eleitos diretamente pelas massas trabalhadoras, foi capaz de liderar suas manifestações, unificá-las e, sobretudo, consolidar-se em poder organizado daquelas, à medida em que, à diferença das demais organizações surgidas no interior do proletariado (partidos e sindicatos, em sua maioria social-democratas), o Soviet era o próprio proletariado organizado, tendo por objetivo a luta revolu-

<sup>7</sup> V.I. Lenin. Op.cit., p. 86.

<sup>8</sup> Karl Marx. *La guerra civil en Francia, La Habana, Instituto Cubano del Libro, 1973, p. 94.*

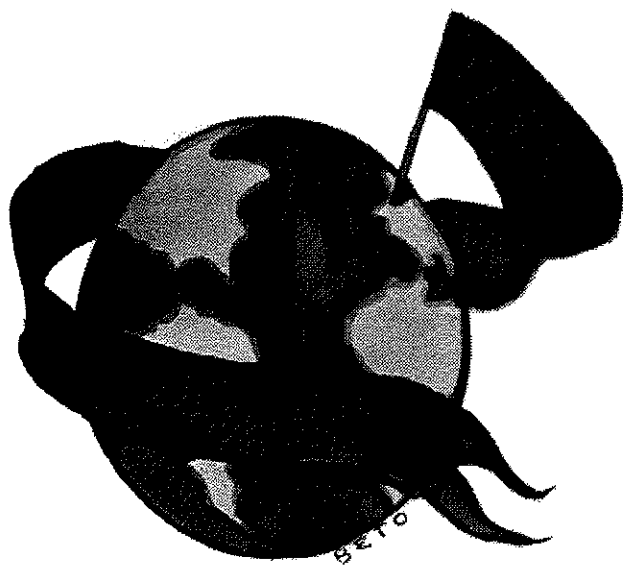
<sup>9</sup> Lenin, na verdade, recuara na teoria marxista dispersa nos escritos de Marx & Engels para demonstrar n' O Estado e a Revolução como a teoria da extinção do Estado, já esboçada por Marx e Engels havia sido convertida numa fórmula vazia pela II Internacional, algo perfeitamente conciliável com sua prática reformista/opportunista e completamente isolada do conjunto do marxismo, da totalidade de suas concepções e doutrinas. Há significado para a teoria marxista do Estado apenas na medida em que não seja eliminado o seu conteúdo revolucionário. Por outro lado, esta teoria não pode ser separada da problemática dos conselhos, ou seja, das formas transitórias do poder político, desde a destruição do Estado à sua completa extinção. Nesse sentido, o fulcro da teoria do Estado é a dominação política do proletariado, isto é, a ditadura do proletariado que, para Lenin, é o coroamento da missão revolucionária do proletariado na história.

<sup>10</sup> Leon Trotsky. *A Revolução Russa de 1905. São Paulo, Global, s.d.p., p. 255.*



cionária pelo poder. Para tal, utilizava métodos determinados por sua própria natureza de classe, entre os quais, Trotsky destacava a greve política geral, simultaneamente, a principal arma e o principal método de luta.<sup>11</sup>

Assim como na Comuna, o Soviet também era uma forma de organização flexível e ambos, num dado momento de seu desenvolvimento, tornaram-se autênticos governos da classe operária. Em se tratando dos soviets, a flexibilidade desta forma de organização permitia agregar, tanto a nível territorial como funcional, parcelas cada vez maiores da população à luta pelo poder. Não é por casualidade que foram criados diferentes soviets, a saber, de operários, soldados, camponeses, estudantes... Ao mesmo tempo, por suprimir a divisão entre as funções executiva e legislativa e garantir a elegibilidade e revogabilidade de seus representantes, permitiu às massas o exercício de um real e direto controle. Nos soviets garantiu-se o direito ao exercício da democracia, uma vez que em seu interior as mais diversas tendências e partidos operários encontravam-se livres para divergir e disputar ideológica e politicamente sua direção, cuja prática demonstrou categoricamente a superioridade da democracia soviética frente à democracia burguesa.



Os soviets, dada a sua natureza de classe e em sua trajetória de organismos de luta pelo poder ("embriões de um novo poder") a organismos efetivos de poder do proletariado, apenas puderam e podem surgir nos momentos em que o movimento das massas adentre uma etapa abertamente revolucionária. "Os conselhos operários oriundos de uma greve ou de um grande combate revolucionário, criados no quadro da luta pelo controle operário ou de um enfrentamento dos trabalhadores com o poder repressivo do Estado, constituem os órgãos naturais para o exercício do poder por parte do proletariado. Desde os comitês operários a que se refere Marx em 1850, baseado na experiência da Revolução de 1848, os comitês da Comuna de Paris e o Soviet de Petrogrado de 1905, até os soviets que tomaram o poder na Revolução de Outubro e os conselhos operários criados no curso da revolução alemã, austríaca, espanhola, a segunda revolução húngara e outras, esta forma de organização do poder proletário sempre se impôs na prática revolucionária por razões óbvias".<sup>12</sup>

### Teoria dos Conselhos

Trotsky, no *Programa de Transição*, constatara que "a maioria da classe operária é trazida para dentro da luta apenas episodicamente, durante um período de ascenso excepcional do movimento operário. Durante tais momentos, é necessário criar organizações com uma finalidade específica, concertando toda a massa em luta em comitês de greve, comitês de fábrica e, finalmente, soviets".<sup>13</sup> Entretanto, estes organismos rapidamente começariam a sentir sua própria falta de coesão e insuficiências e, ainda que a crise social faça convergir para as organizações operárias uma parcela sempre crescente da população, será preciso que o movimento operário adquira unidade e encontre uma liderança capaz de harmonizar as mais diversas reivindicações e as várias formas de luta que se colocam. Os conselhos, nesse sentido, são as organizações capazes de aglutinar os representantes de todos os grupos em luta. À medida em que os soviets não se vejam limitados por nenhum programa partidário, faz-se possível que para sua direção volte-se a totalidade da classe operária. Muito pelo contrário, os

<sup>11</sup> Os trechos d' A Revolução Russa de 1905 que se seguem, são esclarecedores do porquê da greve geral se constituir, simultaneamente, em arma e método da luta do proletariado: "Quanto maior e mais completa for a 'anarquia' provocada por uma greve, tanto mais próxima estará a vitória. (...) A classe que através da paralisação simultânea do trabalho faz parar o aparato de produção e junto com ele o aparato centralizado do poder, isolando entre si as zonas do país e semeando a confusão geral, deve estar suficientemente organizada para não se tornar a primeira vítima da anarquia que criou. Quanto mais intensamente uma greve conseguir obstaculizar a organização estatal, tanto mais obrigada está essa organização da greve e assumir funções públicas. Essas condições para uma greve geral como método proletário de luta foram, ao mesmo tempo, as condições para a imensa significação do Soviete dos Deputados Operários" (p. 256). "A força do Soviete estava determinada pelo papel do proletariado numa sociedade capitalista, a tarefa do Soviete estava determinada pelo papel do proletariado numa sociedade capitalista, a tarefa do Soviete não consistia em se transformar numa paródia de parlamento nem em organizar a igual representação dos interesses de diferentes grupos sociais, mas em dotar de unidade a luta revolucionária do proletariado. A arma principal do Soviete era a greve política: um método singular do proletariado que é a classe assalariada. A homogeneidade de classe de sua composição eliminava o atrito no interior do Soviete e o tornava capaz de iniciativa revolucionária". (p. 262)

<sup>12</sup> Mandel, Ernest. *Control Obrero, Consejos Obreros, Autogestión*. Mexico, ERA, 1974, p. 31.

<sup>13</sup> Trotsky, Leon. *Programa de Transição*. São Paulo, s.c.p., s.d.p., p. 15.

soviets possibilitam que diferentes correntes do proletariado para eles confluem e luta pela sua direção de modo amplamente democrático.<sup>14</sup>

A partir das seguintes premissas, a saber: 1) que os conselhos surgem apenas em momentos nos quais o movimento de massas adentra uma etapa claramente revolucionária, quando a luta de classes ultrapassa largamente os limites colocados pelas organizações tradicionais do movimento operário e 2) enquanto instituições de massas à margem da legalidade burguesa, põem o poder estatal e frente a este se colocam como alternativa de poder verifica-se que a experiência dos conselhos, ao generalizar-se amplamente, provoca uma aguda crise revolucionária, ao instaurar um período de dualidade de poderes que se reflete em toda a sociedade. "O poder dual, por sua vez, é o ponto culminante do período de transição. Dois regimes, burguês e proletário, se opõem irreconciliavelmente um contra o outro. O choque entre eles é inevitável".<sup>15</sup> Se, em meio à luta pelo poder estatal - característica primeira da revolução - vencer o poder encarnado nos soviets, instaura-se a ditadura do proletariado.

### **A relação de forças das classes não é uma grandeza matemática, suscetível de cálculo a priori.**

A teoria da ditadura do proletariado, isto é, da construção do Estado operário, obteve seus fundamentos na elaboração teórica relativa às experiências da Comuna de Paris e, num segundo momento, a partir dos acontecimentos da revolução russa de 1905. Não obstante, a questão da dualidade de poderes ainda não fôra suficientemente estudada, só vindo a ser avaliada teoricamente a partir de 1917. Trotsky, n' *A História da Revolução Russa* questionava se o fenômeno do duplo poder estava em contradição com a teoria marxista do Estado e ele mesmo se encarregaria de responder: "Não, nesses fenômenos encontramos apenas uma combinação mais complexa das mesmas leis. Se o Estado é uma organização da supremacia da classe e se a revolução é a substituição da classe dominante, a transmissão do poder de uma parte para a outra deve, necessariamente, criar antagonismos na atuação do Estado, principalmente sob a forma de uma dualidade de poderes. A relação de forças das classes não é uma grandeza matemática, suscetível de cálculo a priori. Quando se altera o equilíbrio do velho regime, a nova relação de forças só se pode estabelecer como resultado de sua computação recíproca na luta. E é isso a revolução". Pode parecer que esta digressão voltada à teoria nos tenha desviado dos acontecimentos de 1917.

Em verdade, porém, permite achegada ao âmago da questão pois, "foi precisamente em torno do problema da dualidade dos poderes que se desenrolou a luta dramática entre os partidos e as classes. Somente do alto da teoria teríamos podido descortinar essa luta e compreendê-la exatamente".<sup>16</sup> Trotsky entretanto, não circunscreveu o fenômeno da dualidade de poderes à Revolução Russa de 1917. Ao contrário, demonstrou que sua ocorrência, possível apenas em épocas revolucionárias, constituía-se numa das principais características das revoluções: "a preparação histórica da revolução conduz, no período pré-revolucionário, a uma situação na qual a classe destinada a implantar o novo sistema social, conquanto ainda não dominando o país, concentra, efetivamente, em suas mãos uma parte importante do poder de Estado, ao passo que o aparelho oficial permanece em poder de seus antigos possuidores. É este o ponto de partida da dualidade de poderes, em qualquer revolução".<sup>17</sup>

A dualidade de poderes é, portanto, uma fase transitória no desenvolvimento da revolução. Trata-se de um acontecimento revolucionário, mas não de um fato nos marcos da legalidade do regime em questão, no qual se exclui todo e qualquer equilíbrio normal de poderes. Evento anômalo, instável e de curta duração, pois "a unidade é a vontade de todo Estado", não podendo coexistir, portanto, dois poderes permanentes. A dualidade de poderes não se trata de uma mera divisão de poderes, mas da contraposição e do enfrentamento entre ambos. Cada um dos pólos é ocupado pelo poder de uma classe social organizada enquanto tal e estas se antagonizam. Eis a síntese da concepção, não apenas de Trotsky, mas também de Lenin sobre o fenômeno da dualidade de poderes. Entretanto, há um aspecto em Trotsky que não aparece na análise de Lenin e diz respeito à caracterização da dualidade de poderes como um fenômeno não inserido em tempo ou lugar histórico determinado, nem vinculado a um tipo específico de revolução. Isto torna a concepção de Trotsky passível de aplicação às revoluções burguesas, bem como as revoluções proletárias sucedâneas de Outubro.

Para autores como Zavaleta Mercado, eis aí uma primeira dissolução do conceito de dualidade de poderes e esta se torna mais evidente à medida em que Trotsky "coloca a dualidade de poderes como uma 'lei' social, em contraposição à 'peculiaridade essencial' que nela vê Lenin, como um fruto puro da história russa, de seu modo superposto de suceder".<sup>18</sup> Tratar-se-iam, portanto, de duas visões, uma universalista, outra localista. À continuação, afirma o mesmo autor: "Trotsky via com mais lucidez ou transparência os aspectos da unidade da história do mundo... enquanto

<sup>14</sup> Cf. Trotsky, Leon. Op.cit.

<sup>15</sup> Trotsky, Leon. Op.cit., p. 32.

<sup>16</sup> Trotsky, Leon. História da Revolução Russa. Rio de Janeiro, Pax & Terra, 1978, pp. 190-191.

<sup>17</sup> Trotsky, Leon. Idem, p. 185.

<sup>18</sup> Zavaleta Mercado, René. El poder dual en América Latina. Estudio de los casos de Bolivia y Chile. Mexico, Siglo XXI, 1974, p. 41.

Lenin ou Stalin é o próprio Gramsci podiam compreender mais fácil e exaustivamente a diferença ou peculiaridade da história do mundo, atitude sem a qual um movimento revolucionário não pode vencer agora nem nunca. À lógica do lugar, certamente, cabe derrotar a lógica do mundo".<sup>19</sup> Em seguida, Zavaleta Mercado procura dar conta da peculiaridade essencial, do "signo verdadeiramente original" da Revolução Russa: "a proximidade no tempo, a contemporaneidade, o paralelismo entre a revolução democrático-burguesa e a revolução socialista é o típico da Revolução Russa e nele se funda o seu carácter ininterrupto ou permanente"<sup>20</sup>. Ora, é justamente por meio das peculiaridades russas (peculiaridades que são resultantes do desenvolvimento histórico da Rússia) verificadas nas revoluções de 1905 e 1917 que Trotsky viria a formular não apenas a "lei social" da dualidade de poderes, mas também outra, aliás tão importante quanto a primeira, bem como uma teoria, respectivamente, a lei do desenvolvimento desigual e combinado e a teoria da revolução permanente, justamente por ser tão "universalista" quanto o sistema por ele combatido.

† **A dualidade de poderes representa, portanto, uma etapa de transição, ao encerrar em si mesma dois regimes irreconciliáveis, o burguês e o proletário.**

O surgimento de organismos de um novo poder estatal verifica-se primeiramente na base econômica do sistema, à medida em que a produção, quanto "reino da desigualdade", é o limite da democracia burguesa e nela se revela a relação essencial de desigualdade sobre a qual repousa o capitalismo. O processo social do trabalho é a base do poder do capital, para chegar, finalmente, ao Estado, cuja função é assegurar a perpetuidade deste modo de produção. Portanto, é exatamente na produção que se explicita a ditadura da burguesia pois, na sociedade, pode muito bem revestir-se com as mais desenvolvidas formas democráticas. Mas é também a partir da produção que o proletariado pode enfrentar o poder do capital e vencê-lo,

instaurando sua própria ditadura, exercida sob as formas políticas da democracia operária. Para tal, o proletariado organiza-se em comitês (ou conselhos) de fábricas que, ao se contraporem ao poder capital, passam a se apresentar como o "embrião de um novo poder, embora essa dualidade de poderes na fábrica apenas uma entre muitas vezes possa chegar a formular-se abertamente e tomar consciência de si mesma frente ao Estado".<sup>21</sup> A dualidade de poderes representa, portanto, uma etapa de transição, ao encerrar em si mesma dois regimes irreconciliáveis, o burguês e o proletário. "O significado fundamental dos comitês de fábrica consiste precisamente no fato de abrirem as portas senão para um período diretamente revolucionário, então para um período pré-revolucionário, entre o regime burguês e o proletário".<sup>22</sup> O regime proletário como que começa a existir e a se organizar enquanto sistema - embrionariamente - em diversos organismos revolucionários, ainda que os mais elementares. Nesse sentido, a existência de uma dualidade de poderes em níveis mais amplos - o duplo poder estatal propriamente dito - atesta o desenvolvimento de uma dualidade inicial e básica capaz de se propagar por toda a sociedade.<sup>23</sup>

O caráter universal dos conselhos, bem como da dualidade de poderes que os primeiros instauram ao tomarem para si as prerrogativas do poder estatal, - que os transformam em autênticos organismos de um novo poder - é finalmente comprovado pelas revoluções que se seguiram a Outubro, ainda que o aparecimento dos conselhos "não se repita com a precisão aritmética sonhada pelos teóricos do 'sistema de conselhos' ".<sup>24</sup> O surgimento dos conselhos é, na verdade, uma experiência concreta das massas operárias, por neles identificar a forma de organização cuja tendência era a realização da democracia direta, isto é, o exercício de seu próprio poder, seja ele a nível da produção ou a níveis mais amplos da sociedade. Não obstante, nem todas estas experiências culminaram na construção de Estados operários de tipo soviético, "não porque esta forma de organização do Estado resultasse das chamadas 'peculiaridades russas', mas em decorrência de questões concretas colocadas pela história deste século".<sup>25</sup>

À guisa de conclusão parcial, a democracia ope-

<sup>19</sup> Zavaleta Mercado, René. Op.cit., p. 39.

<sup>20</sup> Zavaleta Mercado, René. Op.cit., pp. 43-44.

<sup>21</sup> Cilly, Adolfo. "Los consejos de fábrica: Argentina, Bolivia, Italia". Coayacán. Revista marxista latinoamericana. Mexico, (5), out/ dez., 1978, p. 54.

<sup>22</sup> Trotsky, Leon. Programa de Transição. São Paulo, s.c.p., s.d.p., p. 17.

<sup>23</sup> Karl Marx por diversas vezes salientara a importância da base econômica do sistema capitalista de produção. Seguem-se trechos, respectivamente, d' O Capital e d' A Guerra Civil na França, suficientemente esclarecedores quanto às questões aqui abordadas: "É sempre na relação imediata entre o proletário dos meios de produção e o produtor direto (...) onde há que buscar o segredo mais profundo, e o fundamento oculto de todo edifício social e, por conseguinte, da forma política que toma a relação de soberania e de dependência, em uma palavra, a base da forma específica que reveste o Estado em um dado período". (O Capital, tomo III, Livro 3º, capítulo XLVIII). "A dominação política dos produtores é incompatível com a perpetuação de sua escravidão social. Portanto, a Comuna havia de servir como alavanca para extirpar os cimentos econômicos sobre os quais descansa a existência das classes e, por conseguinte, a dominação de classe. Emancipado o trabalho, todo homem se converte em trabalhador e o trabalho produtivo deixa de ser um atributo de classe". (A Guerra Civil na França, p. 94)

<sup>24</sup> Broué, Pierre. "Préface". In: Anweiler, Oskar. Op.cit.

<sup>25</sup> Broué, Pierre. Op.cit.

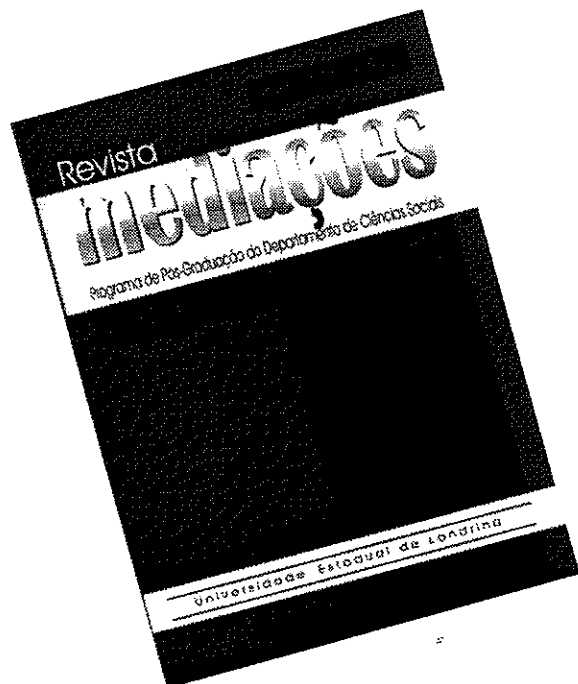
rária, bem como os conselhos, não se constituem em experiências concluídas, tampouco superadas com a elaboração de uma nova estratégia pelos partidos comunistas no período entre-guerras, na qual a problemática dos conselhos - um elemento essencial na teoria marxista da revolução - foi relegada ao esquecimento,<sup>26</sup> ou ainda, por sua inadaptação às "complexas sociedades ocidentais do pós-guerra".

Na verdade, tais experiências históricas não foram resgatadas ou reeditadas por nenhum movimento que não o das próprias massas que, nas mais diferentes lutas, trouxeram novamente à tona a crítica da democracia burguesa, a crítica ao reformismo e a burocratização das organizações, sindicatos e partidos políticos (e, em certos casos, do próprio Estado operário), a crítica, enfim, ao sistema que perpetua o reina-

do da desigualdade. Estes movimentos tomaram por modelo a mesma forma de organização que caracterizara a Comuna de Paris e os soviets russos, constituindo-se democraticamente pela base e, tal qual os conselhos concebidos por Lenin, Trotsky, Pannekoek e Gramsci, ao rejeitarem a ordem social e, no momento em que se generalizaram, provocaram verdadeiras crises revolucionárias ou propriamente revoluções. Experiências como as da Alemanha (1919), Itália (1921), Espanha (1936), Hungria (1956), França e Tchecoslováquia (1968), Polônia e Bolívia (1970), Chile (1973) são verdadeiros atestados históricos daquilo que procuramos apresentar e demonstrar também a vigência de uma teoria e de uma *praxis*, unidas no marxismo revolucionário.

<sup>26</sup> Referimo-nos à estratégia da frente popular, estabelecida a partir do VII Congresso da Internacional Comunista, o qual não apenas suprimiu as análises e as discussões sobre os conselhos, uma instituição fundamental no processo revolucionário, como também a teoria marxista revolucionária em nome de uma teoria de colaboração de classes.

<sup>27</sup> Evidentemente, no caso dos países do Leste europeu, estes movimentos puseram em cheque não o poder da burguesia, mas o poder da burocracia entrincheirada no Estado operário. Tratam-se, portanto, de revoluções políticas.



**Conheça a Revista  
Mediações, uma  
publicação do  
Programa de Pós-  
graduação do  
Departamento de  
Ciências Sociais da  
UEL.**

# **A Comuna de Paris 1871 e algumas experiências que descortinaram o Movimento Social na época contemporânea.**

**Professor Pedro Roberto Ferreira**  
Doutor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina

A Comuna de Paris, em 17 de março a maio de 1871, para alguns, projeto revolucionário impensado, para outros, refletido antecipadamente pelos seus integrantes a partir de inúmeras tentativas anteriores na história francesa, foi de extrema importância, pois descortinou o movimento social no decorrer da época contemporânea. Processo histórico que pode ser visto enquanto uma espécie de laboratório que condensou variadas experiências; iniciativas inovadoras realizadas no plano da organização social, no comportamento político de cada um dos habitantes de Paris, enfim, formas sociais que apontam para uma sociedade pós-capitalista numa época de pleno vigor do sistema de livre concorrência.

Fundamentalmente, por ser essa justaposição de práticas sociais, políticas, de idéias e concepções teóricas, que devolviam ao trabalhador, ao homem comum, plenos poderes para edificarem suas vidas, é que a "Comuna" surge tão instigante, ainda hoje, aos olhos da crítica social atual.

Como não poderia deixar de ser, certos paradoxos e contradições dialéticas pululam esse processo, posto não poder ter sido desvinculado da história francesa. A república e a federação das comunas, a salvação da pátria, a consagração da vanguarda de revolucionários, são propostas que povoam os cérebros dos communards no mesmo momento de afirmação do internacio-



nalismo do movimento e da libertação externa e interna de cada habitante da cidade de Paris. Portanto, um processo histórico que permitiu interpretações e reinterpretações que ora se anulam quando cotejadas a partir do foco central de cada uma, ora somente se postulam possivelmente como pré-condição para às subsequentes. E de quebra, a crítica quase que unânime dos escritores franceses à Comuna, ainda que originasse no interior da mais diversas posturas político-ideológicas.<sup>1</sup>

No universo das Esquerdas, uma das mais conhecidas análises sobre a Comuna de Paris, é o texto de K.Marx: A Guerra Civil em França. Nele, o autor tece algumas críticas do movimento revolucionário da população parisiense, e de certa maneira, do resto da Fran-

ça, entretanto, dessa meada retire-lhe um fio condutor do que poderia vir a ser a mais contemporânea forma de organização social e política.

As ações da Comuna levaram Marx a recapitular as lições sobre a relação dos trabalhadores com o Estado; reflexões do autor que foram colocadas no "Manifesto Comunista", passaram pelo "O 18 Brumário de L.Bonaparte", e agora desaguavam numa Paris que simbolizava perfeitamente o ápice do movimento social no século XIX. Essas reflexões foram revisadas, portanto, mediante os desafios enfrentados pelos communards, cujos esforços para superá-los deram a elas, a nítida noção do caráter da obra que se construía.

Para Marx: a "...revolução era agora a forma legal do Estado

<sup>1</sup> ver, Paul Lidsky *Los escritores contra la Comuna Siglo XXI Eds, México, 1971.*

francês".<sup>2</sup> E no prefácio da referida obra de Marx, Engels afirmará: "A Comuna teve de reconhecer, desde o primeiro momento, que a classe operária ao chegar ao poder não pode continuar governando com a velha máquina do Estado; que para não perder de novo a sua dominação recém-conquistada, a classe operária deve, de um lado, abandonar toda a velha máquina repressiva até então utilizada contra ela e, do outro, prevenir-se contra os seus próprios mandatários e funcionários, declarando-os demissíveis, a qualquer tempo e sem exceção."<sup>3</sup>

Assim, sem perder a idéia anterior, da classe social dominante sempre alojada no Estado, com a Comuna, Marx irá observar que a classe social revolucionária modifica-o, agindo pois, enquanto constituidora de um Estado. E por que? Sendo a revolução social um processo histórico modificador das relações de forças sociais, novos instrumentos repressivos e legitimadores da nova forma de sociabilidade, serão instituídos. "Paris, contudo, não podia ser defendida sem armar sua classe operária, organizando-a como uma força efetiva e adestrando seus homens na própria guerra. Mas Paris em armas é a revolução em armas. O triunfo de Paris sobre o agressor prussiano teria sido o triunfo do operário francês sobre o capitalista francês e seus parasitas dentro do Estado."<sup>4</sup> Todavia, a revolução social do século XIX haveria de ser diferente das demais, posto que, os instrumentos repressivos criados no novo processo seriam autodestruídos. Como dizia Engels em prefácio já mencionado: "Como fez a Comuna, o proletariado vitorioso não pode deixar de amputar imediatamente, na medida do possível, os aspectos mais

nocivos desse mal, até que uma futura geração, formada em circunstâncias sociais novas e livres, possa desfazer-se de todo desse velho traste do Estado".<sup>5</sup>

Se é possível entender a modificação do Estado como o punctum saliens da análise de Marx sobre a Comuna de Paris de 1871<sup>6</sup>, há que se ter em conta que foi justamente, a autogestão, o seu oposto, o que permitiu as alterações mais radicais na estrutura organizativa estatal da capital francesa.

A autogestão provoca de maneira inapelável uma revolução no sistema de representação que permeia a sociedade moderna, para realizar a ruptura do controle do outro sobre os sujeitos sociais que são os construtores da vida social em seu conjunto. Num movimento permanente, devolve a esses sujeitos não somente a possibilidade de um fazer, mas de um fazer/planejado por uma consciência, que bem distante de qualquer devaneio utópico, se impõe pela a frutífera ramificação contraditória da sociedade capitalista. Como certa feita manifestou Maurício Tragtenberg: "Porém, a participação real ou a autogestão social não constitui nenhum imperativo ideológico; ela tem sua legitimidade na medida em que surge das reivindicações do movimento real dos trabalhadores."<sup>7</sup>

### **A autogestão não coexiste com um poder político.**

Quando ocorreu a transformação dos órgãos estatais e dos seus servidores; das eleições para preenchimento dos cargos públicos; da implementação do direito de revogação a qualquer instante

do mandato concedido; de um salário único indistintamente à toda administração pública, pela Comuna de Paris, foi o espírito autogestionário invocado, que destarte, permitiu essa ruptura com o passado de exploração e dominação dos sujeitos sociais, aqui compreendidos enquanto trabalhadores e "homem comum" parisienses. Então, curiosa e inicialmente, foi a autogestão que poderia ter fortalecido o seu oposto, ainda que este já não fosse simplesmente um Estado burguês. Mas a autogestão não coexiste com um poder político. É claro que por se tratar de um processo embrionário, tornou possível e acirrou-se ainda mais essas contradições. Com certeza não sobreviveria se o Estado permanecesse, e como este último permaneceu...

Aqueles autores que interpretaram a Comuna depois de Marx, mas ainda dentro da Esquerda, e que formularam propostas mais reformistas que revolucionárias para o capitalismo contemporâneo, desdenharam as experiências autogestionárias dos *communards*. Talvez, o caso mais interessante seja o de Martov. Pensador marxista russo dos mais importantes deste século, se opôs às teses vanguardistas de Lênin, mas ao mesmo tempo criticou severamente a autogestão da Comuna. Procurando na história da Comuna, ele mentos que pudessem fortalecer suas teses sobre o período de transição necessário na passagem capitalismo/socialismo, e por ele intitulado de "estado democrático", não viu no processo histórico francês de 1871 mais do que a confirmação das suas preocupações. "Que era então a Comuna? Era uma tentativa de instaurar efetiva e racionalmente um estado democrático, pela destruição do

<sup>2</sup> Marx *A Guerra Civil na França* pg 189, in *Marx e Engels, Textos, 1, Edições Sociais, São Paulo, 1975.*

<sup>3</sup> Engels in *Textos, 1, obra já referida, pg.166.*

<sup>4</sup> Marx, *opus city, pg.180.*

<sup>5</sup> Engels, *opus city, pg.167.*

<sup>6</sup> Como faz Lênin em seu livro "O Estado e a Revolução" - *Obras Escolhidas - Moscou, Ed. Progresso, 1979.*

<sup>7</sup> M. Tragtenberg "Uma Prática de Participação: As coletivizações na Espanha" pg 31, in, vários *Participação e Participações (Ensaio sobre a Autogestão)* Ed. Babel Cultural, SP, 1987.

aparelho estatal militar e burocrático. Era uma tentativa de fundar um Estado baseado inteiramente no poder do povo.<sup>8</sup>

Para Martov, aquilo que vários communards aclamaram como um anti-Estado, não passava de uma tremenda incompreensão do processo histórico e até mesmo de uma certa ignorância sobre o campo teórico proudhoniano/bakuninista sobre a federação de pequeníssimos estados. Valendo-se da reflexão de Engels sobre o atrofiamento constante do Estado no decorrer do processo revolucionário dos trabalhadores, mas que ainda permanece enquanto Estado democrático, vai dizer: "Os communards de Paris raciocinavam do mesmo modo, dando-se o luxo de imaginar que o Estado Comuna de 1871 era uma coisa cujo princípio mesmo era contrário a qualquer forma de Estado, enquanto que na verdade ele representava um estado democrático moderno, que funcionava à maneira do cantão suíço."<sup>9</sup> Incomodava-o profundamente a idéia de uma sociedade sem o Estado, posto ser para ele um instrumento indispensável nas mudanças sociais mais radicais. "Em todas as teses da "comuna", encontramos um ponto de volta sempre. É o desprezo pelo "estado" como instrumento da transformação revolucionária da sociedade no sentido do socialismo."<sup>10</sup>

Ora, dizia Martov, a sociedade capitalista na era contemporânea gerou uma estrutura econômica tão complexa e diversificada que as teses da Comuna sobre autogestão anti-estatal, mais confundem e iludem os trabalhadores do que prepara-os para a nova sociedade. A profunda crise econômica durante a 1a. G.Mundial teria momentaneamente simplificado a vida econômica, dando-lhes

a falsa idéia de que poderiam gerir a economia a partir do local de trabalho. No seu entendimento isso era extremamente pernicioso. "No campo que estas ilusões econômicas criam, vemos surgir novamente o sofisma de que a liberdade da classe operária se pode realizar pela destruição do Estado. Esta crença faz retroceder o movimento proletário para a confusão, a imprecisão e o baixo nível ideológico que o caracterizavam no tempo da Comuna de 1871."<sup>11</sup>

Retomando as observações lá do interior da Comuna, tem-se a questão do blanquismo. Originário de certas práticas levadas a efeito por A.Blanqui e seu fiel grupo de seguidores, o movimento blanquista chega à Comuna de 1871 após tentativas e erros que caracterizaram em grande medida o movimento social no século XIX, com muitas certezas a respeito da sociedade revolucionária. Certezas até justificáveis após os sacrifícios que Blanqui e seus seguidores vivenciaram num itinerário pelas piores prisões e calabouços da civilizada França.

### **O blanquismo conviveu contraditoriamente com as práticas autogestionárias.**

Mesmo apreendendo o proletariado em todo povo explorado, vendo-o nesta esmagadora maioria que compunha a sociedade de então, Blanqui sempre desconfiou da capacidade das massas e, por isso, jamais abandonou a crença no poder da sociedade secreta como se esta epitomizasse o novo poder revolucionário. Sua sociedade secreta recrutava os seus dirigentes entre os intelectuais e a classe média, e já contava com alguns operários em postos hierárquicos im-

portantes da organização, mas nada que pudesse abalar o domínio da razão iluminista em suas entranhas. Afinal, ela deveria corporificar o máximo de organização hierárquica, de disciplina e espírito militar. O povo ainda não se encontrava maduro para tais respostas, daí que historicamente suas lideranças haviam surgido da burguesia, da minoria rica, enfim, que o explorava. E as principais tarefas da sociedade blanquista deveriam ser a de despertar e arrastar o povo para a revolução, dessa maneira se se concentrasse em Paris poderia levar êxito em seus propósitos, pois segundo Blanqui, a capital representava perfeitamente toda a França.<sup>12</sup>

As táticas de A.Blanqui indubitavelmente contrariavam qualquer hipótese de autogestão, entretanto puderam os blanquistas lutar pela possibilidade da Comuna, senão através de uma coerência teórica, pelo menos por uma vontade de transformação social jamais igualada por outras organizações políticas presentes na França daquele período. Blanqui, um homem de bem, até certo ponto mitificava o processo revolucionário francês de 1871.

O blanquismo conviveu contraditoriamente com as práticas autogestionárias, talvez porque as tarefas de grande envergadura fossem tantas que não sobrava nem tempo nem disposição para se refletir sobre o caráter da vanguarda.

Na história da Comuna de um excommunard, Prosper-Olivier Lissagaray, pode-se selecionar uma passagem, embora um pouco extensa, que revela muito bem a intensidade da tarefa acima mencionada. "Vozes do Comitê o interromperam diversas vezes. O quê! Ousam falar de insurreição! Quem desencadeara a guerra civil, quem atacara? O que fizera a

<sup>8</sup> Mártov "Marx, Lênin e a Comuna de Paris" O Estado e a Revolução Socialista pg.222, in, vários A Comuna de Paris Ed.Laemmert, Rio de Janeiro, 1968.

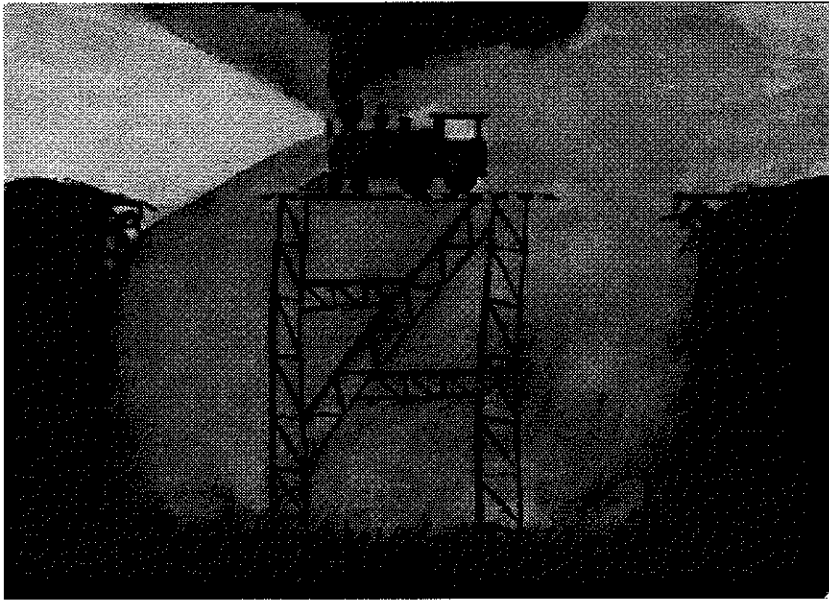
<sup>9</sup> Mártov, pg. 236.

<sup>10</sup> *ibid*, 237.

<sup>11</sup> *ibid*, 243.

<sup>12</sup> Samuel Bernstein *Blanqui y el Blanquismo* pg.304, Siglo XXI Eds, Madrid, 1975.





Guarda Nacional, a não ser responder a uma agressão noturna e retomar os canhões pagos por ela? Que fizera o Comitê Central, salvo acompanhar o povo, ocupar um Hôtel de Ville abandonado? Um membro do Comitê: O Comitê Central recebeu um mandato regular, imperativo. Este mandato o impede de deixar que governo ou Assembléia interfiram nas liberdades, na República. Ora, nem um só dia a Assembléia deixou de questionar a República. Colocou à nossa frente um general desonrado, tirou de Paris as funções de capital, tentou arruinar seu comércio. Zombou de nossas dores; negou a dedicação, a coragem e a abnegação que Paris demonstrou durante o sítio, vaiou nossos mais caros delegados: Garibaldi, Hugo. O complô contra a República é evidente. Começaram o atentado amordaçando a imprensa; esperavam terminá-lo desarmando nossos batalhões. Sim, nosso caso era de legítima defesa. Se tivéssemos abaixado a cabeça diante dessa nova afronta, teria sido o fim da República. Vindes falar-nos da Assembléia, da França. O mandato da Assembléia chegou ao fim. Quanto à França, não pretendemos

ditar-lhe leis já sofremos demais sob as suas, mas não queremos mais nos submeter a seus plebiscitos rurais. Assim, não se trata mais de saber qual de nossos mandatos é o mais regular. Nós vos dizemos: a Revolução está feita, mas não somos usurpadores. Queremos conclamar Paris a indicar sua representação. Quereis nos ajudar, providenciar as eleições? Aceitamos prontamente vossa colaboração."<sup>13</sup>

A discussão que a passagem transcrita contém, foi travada entre integrantes do Comitê Central de Paris com os delegados das Administrações Distritais, e nela percebe-se muito bem que, de um lado, a tarefa principal do Comitê era a composição de uma representação de toda Comuna a partir de novos preceitos de organização pública, estabelecendo um patamar de legitimidade dado nas práticas mais desafiadoras à Assembléia de Versalhes. Do outro, a tentativa de integração nesse projeto dos delegados e representantes possuidores de certos laços com os versalheses, enalacrados numa cunha de interesses, a começar pelo anterior sistema de representação que os forjara. É bom que se

diga que a chamada esquerda legislativa de Paris, L. Blanc, Peyrat, Tirard, Schoelcher, estava contra a Comuna. Assim, como seduzi-los para um projeto que incorporasse não apenas o Conselho Municipal eleito, mas as liberdades municipais, a eliminação do Chefe de Polícia, o direito para a Guarda Nacional nomear seus chefes e reorganizar-se, proclamação da República como governo legal, quitação pura e simples dos aluguéis em suspenso, uma lei equitativa sobre os prazos de vencimento de dívidas, proibição da entrada do Exército em território parisiense ou para o que chegaria logo após, "le problème des biens vacants".

A questão dos "biens vacants" acirrou ainda mais os conflitos dos communards com a Assembléia de Versalhes e com os liberais residentes em Paris. O decreto de 16 de abril de 1871 da Comuna sobre as propriedades abandonadas pela burguesia francesa durante a guerra franco-prussiana, convocou uma comissão operária<sup>14</sup> para constituir a sociedade cooperativa de trabalhadores com a responsabilidade de recuperar a produção nesses bens. Essa ocupação coletiva das propriedades abandonadas deu início a uma transformação do capitalismo francês e simultaneamente complementou de forma correta a estrutura anti-burocrática almejada pela nova organização social.

Uma sociedade anti-capitalista e anti-burocrática somente poderia provocar uma reação com extrema ferocidade da burguesia e da classe média versalhesas. No final de maio de 1871 a Comuna fora derrotada pela reação francesa e pelo Capital internacional tendo as forças prussianas uma participação decisiva nesse processo. Milhares de parisienses foram fuzilados, presos e deportados numa reação tão avassaladora que Thiers,

<sup>13</sup> Prosper-Olivier Lissagaray, *História da Comuna de 1871* pg. 95, Ed. Ensaio, São Paulo, 1991.

<sup>14</sup> v. "Anexes Décret du 16 avril 1871 de la Commune de Paris sur les biens vacants" in, André Decoufflé *La Commune de Paris (1871) et le problème des biens vacants* Autogestion pg. 197, cahier 56, marsjuin, Ed Anthropos, Paris, 1968.



o líder civil dos versalheses, afirmou: "o socialismo está morto".

O internacionalismo de 1871 apresentou várias faces. A primeira empolgou o proletariado europeu diante da possibilidade de construção de uma nova sociedade baseada na justiça social, solidariedade e fraternidade. Homens, mulheres e crianças, sem quaisquer restrições, construindo uma forma de sociabilidade presente até então nas teorias da crítica social, compunham cenário inesquecível para muitos revolucionários. A Associação Internacional dos Trabalhadores com sede em Londres, certas organizações libertárias, etc., atuaram diretamente nos acontecimentos da Comuna.

A segunda face do internacionalismo pode ser representada pelas alianças do grande Capital europeu no enfrentamento às ameaças da Comuna. Vale dizer que essas ameaças não eram militares posto que, nesse caso, Paris não havia ultrapassada a posição defensiva. Assim, ao grande Capital as ameaças chegavam

em forma de nova organização sócio-econômica que poderia unificar o proletariado europeu num movimento revolucionário permanente. Em nome dessa ameaça a burguesia francesa subverte o patriotismo, o nacionalismo, valores tão decantados por parte da sua intelligentsia, une-se aos adversários de ontem (Prússia) e massacra os habitantes de Paris. Confirmando a célebre frase de Marx: "o Capital não tem pátria".

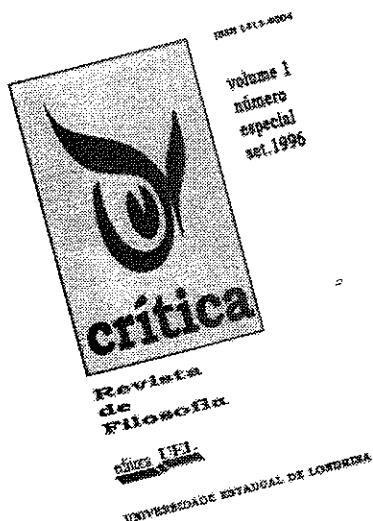
Essa reação à Comuna foi tão violenta que chegou a afetar imediatamente os interesses do capitalismo francês. Grande parte da mão-de-obra especializada ou fora fuzilada, ou exilada na "nova Caledônia" e em Londres. A indústria, o comércio, o pequeno negócio artesanal franceses, ressentiram-se da perda e engrossaram as fileiras, ainda que timidamente, do movimento pela anistia, tendo que enfrentar a resistência dos dirigentes políticos burgueses.

A sociedade francesa levou alguns anos para completar o processo de anistia aos communards, aos trabalhadores exilados. E

quando este chegou ao seu término, o movimento social na Europa começava um longo refluxo, e os internacionalistas da "nova Caledônia" retornavam à França agora como operários nacionalistas.<sup>15</sup> O exílio lhes tinha sido duríssimo.

A Comuna de 1871 marcou o movimento social europeu com novas práticas sociais revolucionárias porque liberavam os homens em toda a plenitude, e malgrada a dramaticidade destas ações e por vezes até o seu caráter trágico, nenhuma foi insignificante para os destinos do mundo do trabalho no século posterior. Neste diapasão, seria interessante finalizar este texto com o exemplo das mulheres. Simbolizada pelas ações de uma Louise Michel, L. Suétens, a participação feminina no movimento parisiense foi extraordinária, rompendo no limite os maiores desafios a que estivera submetida. Talvez até o presente, a história não tenha registrado uma presença feminina tão decisiva nas práticas sociais voltadas para a libertação do Trabalho.

<sup>15</sup>V. Michel Cordillot "Les socialistes franco-américains 1848-1917: particularismes nationaux, pluriethnisme, internationalisme" pg24, in v., *Proletaires de tous les pays, unissez-vous? Les difficiles chemins de l'internationalisme (1848-1956)*, Dijon, 1993.



**Leia a Crítica, uma revista do Departamento de Filosofia da UEL.**

# Soberania Popular: Conceito Realizado e Abolido na Comuna de Paris

**Professor Roberto  
Romano**  
Doutor do Departamento  
de Filosofia da  
Universidade de  
Campinas

Em trabalho publicado no "Journal of Public Policy", James March e J. Olsen tratam o nosso tema em plano atual. Refiro-me ao artigo "Popular Sovereignty and the Search for Appropriate Institutions". (volume 6, Part 4, 1989). Os autores afirmam: a política social democrática não perdeu sentido, mas a "confiança nas instituições públicas foi erodida". Eles apontam para duas direções, nas críticas ao Estado e à sua soberania: "um tema freqüente é a necessidade de descentralização, incluindo a transferência de tarefas e de autoridade aos governos locais ou regionais, agências administrativas frouxamente ligadas às instituições quasi-governamentais, e o setor privado. Propósitos de privatização, desregulagem, e desburocratização refletem, pelo menos em parte, desacordo com os estorvos à autonomia individual". Isto, de um lado. De outro, temos a crítica sobre a "falta de direção central (vis-à-vis os interesses de grupos públicos ou privados). O sistema político é pintado como tendo-se rendido aos grupos maiores e bem organizados". Esta segunda crítica, "exige a atenção à economia e à sociedade em sentido amplo, para fazer as instituições servirem a sociedade abrangente e não apenas a uma de suas partes". Esta aporia contemporânea, com as teses de um desmantelamento dos serviços públicos, e as respostas de fortalecimento do Estado, tem raízes velhas, carcomidas. Mas sem que semelhantes traços sejam pensados, as respostas em favor de uma via ou de outra mostram-se superficiais ou demagógicas.

Os autores do artigo mencionado seguem a trilha de distinguir dois modelos para pensar o problema da soberania e seus conexos. A integração e a agregação. Não irei comentar este tipo de encaminhamento. Quero recordar, com a experiência da Comuna, um caminho abandonado com o seu "fracasso". Este atalho é mais perceptível se tomarmos o problema do Governo e do Soberano tal como ele foi posto por Rousseau ou pelos revolucionários, e como ele foi equacionado pelos revolucionários parisienses. Vejamos:

No terceiro ano da Revolução Francesa, foi escrito um discurso cuja tônica era a desconfiança no governo representativo. "A soberania é una, indivisível e inalienável, e vós a dividis repartindo-a, e a perdeis, transmitindo-a. Os ilustres homens a quem chamastes para fazer uma nova Constituição não têm outros di-

reitos do que vos submeter as suas idéias. Numa palavra, o poder dos representantes é como um raio de sol refletido num espelho. Vós sois esta luz, a qual eu comparo ao astro diurno, e os deputados são o cristal que reflete o poder que nele depositastes e que só iluminarão a terra graças ao fogo que de vós emana". E, mais adiante, continua nosso orador: "A autoridade do povo, reunida numa ou em várias mãos, eis o nascimento da aristocracia, eis os perigos da outorga de uma potência. Se os deputados podem prescindir de vós para fazer leis e a sua sanção lhes parece inútil, neste instante nascem os déspotas e vos tornais escravos... Como um mandatário público pode imaginar que o mero título de representante da soberania pode possuir o próprio direito ou soberania? Como eles podem acreditar que a opinião da soberania que a eles é confiada por vós pode conter em si o direito de decisão absoluta?"



As piores desgraças vos esperam se não for resolvido este problema. Estais perdidos se eles vos impõem leis que não aprovastes”.

O autor das frases é o Marquês de Sade. O texto se intitula “idéias sobre o modo de sanção das leis”. Recordemos o contexto dessas palavras. Estamos em 1792. Fracassou a primeira Assembléia Legislativa. Surge a Convenção, supostamente eleita por sufrágio universal. Supostamente, porque dos votos estavam excluídos os monarquistas, de um lado, e a massa dos sem propriedade, de outro. Aos representantes, expressando certa minoria, foi concedido o papel de encarnar a Nação soberana, seguindo nisto as doutrinas de Sieyès. Seus poderes, teoricamente, não tinham limites. Nenhuma força interna adversa poderia persistir. A primeira potência sob ameaça era a Comuna de Paris. Esta última, nas palavras de Soboul, “municipalidade insurrecional, estava ameaçada de desaparecimento ante a representação nacional”. Esta vontade de aniquilar a cidade mais importante no processo revolucionário, até aquele momento, foi expressa por Lource, um representante do interior: “É preciso que Paris seja reduzida em 83 por cento de sua influência, como cada um dos demais departamentos”. (Cit. por. Soboul).

### Para Rousseau, a soberania é inalienável.

Na Comuna de Paris brotavam, a cada instante, novas massas dos “sans culottes”, reivindicando uma economia contra os dogmas da propriedade, guardados mesmo por jacobinos. Os Girondinos, para atenuar o poder de fogo da Comuna, apelavam para uma “federação”, na qual o particularismo reinaria, através das administrações locais. Os Montanheses, deputados de Paris, seguiam relutantemente as forças populares da grande urbe. Entre os dois “partidos”, havia o centro, reunindo oportunistas que “temiam o povo, no fundo; a violência arbitrária e sanguinária lhes repugnava e, para eles também, a liberdade econômica tinha o valor de um dogma” (G. Lefebvre).

Durante algum tempo, os Girondinos pareceram senhores da Convenção, baseados na desconfiança dos interioranos contra a Comuna e os sans culottes parisienses, o medo de massacres, a raiva contra as palavras de ordem nocivas à propriedade. Rolando, representando esta facção burguesa, tudo fez para destruir a Comuna a qual, ao ser dissolvida, em novembro, havia perdido seus poderes excepcionais e suprimido seu comitê de vigilância. Roland, economista e ministro de plantão, na época, denunciava a “prodigalidade da Comuna, que mantinha o pão a 3 soldos, à custa dos contribuintes”. Mesmo Saint-Just, radical em outros prismas, “como economista ortodoxo” no debate sobre o comércio dos cereais, “mostrou que o único remédio para a carestia era reprimir a inflação” (Lefebvre).

Voltemos às advertências de Sade. Os atos políticos lembrados, mostram que o discípulo de Rousseau soube, de modo certo, identificar a virada que se anunciava na Convenção, e que surgiria, com toda plenitude, no Termidor, após a derrota da Comuna e de outras políticas cuja premissa era a soberania popular direta. Notemos a torção realizada por Sieyès, na própria idéia de soberania: esta, de “popular”, passou a ser “nacional”. O deslizamento precisa ser acompanhado nos textos de Rousseau e de Sieyès. Permitam que eu recorde alguns traços conhecidos pelos senhores das duas teorias, tão próximas e tão distantes. Para Rousseau, a soberania é inalienável. Se há “pacto” para existir uma “governabilidade” (gouvernement) o povo “perd sa qualité de peuple”. Só o povo é legislador, mesmo que ele precise ser instruído por um sábio, porque nem sempre ele pode ver o bem que ele sempre deseja. Mas o sábio só propõe leis: “le peuple même ne peut, quand il le voudrait, se dépouiller de ce droit incommunicable”. O que é o governo, sobretudo para os homens que o asseguram? “Um emprego no qual, enquanto simples funcionários (officiers) do Soberano, eles exercem em seu nome o poder de que são depositários, e que ele pode limitar, modificar ou retomar quando bem lhe aprouver, sendo a alienação de um tal direito incompatível com a natureza do corpo social e contrário ao fim da associação”. Instituído o Governo, o Soberano povo converte a Soberania “em Democracia”. Cidadãos tornam-se magistrados, funcionários do Soberano. Reunido em Assembléia, o soberano é onipotente, e o poder executivo é suspenso. Toda constituição é provisória, e os “empregos” governamentais são revocáveis.

Sempre que o governante assume uma autoridade independente do soberano, ele viola o “traité social”, dissolvendo o próprio Estado, constituindo um “novo Estado só composto pelos próprios governantes, excluindo os cidadãos. Estes, a partir deste momento, retornam à liberdade natural, e não são obrigados, embora sejam constrangidos, a obedecer. “O soberano só pode ser representado por ele mesmo”. Deste modo, deputados eleitos não podem ser “representantes”, mas “comissários”, ou “delegados”. O que o Povo “en personne” não faz, não é lei; um povo “representado” não é povo, nem livre.

Sieyès, ao contrário, pensa os deputados como representantes, possuindo um mandato geral. Mesmo concedendo que este mandato está “ao dispor” de quem o concedeu -o povo- sendo revocável e limitado, Sieyès elogia o regime representativo. Tudo, diz ele, no estado social, é matéria de representação, e os homens aumentam sua liberdade quando concordam em serem representados tantas vezes quantas seja possível. O argumento é que, embora tenhamos uma só autoridade política -o próprio corpo social- existem diferentes órgãos daquela autoridade, baseados em diferentes comissões dadas pela sociedade. Trata-se de um “concurso de poderes”.

No Contrato Social se encontra a nota célebre

de Rousseau sobre o direito de propriedade e a péssima administração: "Sob os maus governos", a "igualdade é somente aparente e ilusória; serve para manter o pobre na miséria e o risco na usurpação. Na realidade as leis são sempre úteis aos que possuem e prejudiciais aos que nada têm, donde se segue que o estado social é vantajoso aos homens quando todos eles têm alguma coisa e nenhum tem demais". A tese passou, na pena de muitos comentaristas, como um paradoxo de Rousseau. Mas o nexó entre apropriação legal e excludente, entre propriedade e tipo de governo, foi estratégica nas ações e doutrinas dos que escreveram sobre a vida política antes e durante a Revolução. Para ficar com o exemplo de Sieyès: nas suas "Observações sumárias sobre os bens eclesiásticos" (1789), ele afirma que os corpos morais (clero, cidades, etc.) têm direitos sagrados no que tange à propriedade, bem como os indivíduos.

### Os governantes possuem uma vontade particular e toda vontade particular tenta dominar a outra.

Em Rousseau, importante é que a propriedade só pode ser uma concessão do soberano, constituído no pacto social. O soberano, caso os particulares ricos sejam infiéis ao público, tem o direito de lhes retirar o direito sobre bens. O corpo político decide que haverá propriedades. Em sua edição do Contrato, M. Halbwachs chega a dizer que, em plena lógica do sistema rousseoísta, o soberano "poderia admitir que todos os bens permanecerão comuns e que, tal como estado de natureza, 'os frutos da terra são para todos, mas a terra não é para ninguém', ou, ainda, que a terra só pertence ao soberano".

Rousseau indica o liame entre soberania popular, subordinação governo à ela, limitações da propriedade e governos que a desviam, dando como resultado a desigualdade econômica e social. O pensador gerou a distinção, no pensamento jurídico e político, entre "soberano" e "governo". Robert Derathé registra o fato de que esta distinção, com fortes conseqüências na feitura das leis, não existe na maioria dos países que hoje se julgam democráticos. Neles, "é raro que uma lei possa ser votada sem o assentimento do governo". Mantendo-se a desconfiança de Rousseau diante dos maus governos, autônomos face ao povo, podemos ter uma noção das imensas dificuldades, para os seus seguidores, na Convenção, quando eles precisaram administrar, ao mesmo tempo, a sacrossanta propriedade e os sans culottes parisienses, na Comuna. Indecisos entre a burguesia e as massas, os jacobinos terminaram um zigzag que os conduziu à guilhotina.

Tomemos Robespierre. Nos primeiros tempos da Revolução, ele sustentou a idéia, pouco ortodoxa em termos rousseoístas, da soberania dos deputados. Apenas depois de 1791, quando se convenceu de que a Assembléia Nacional não tinha força para vencer os

inimigos da França, insistiu sobre a soberania popular. Mesmo assim, no discurso proferido em 24 de abril de 1793, sobre a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, Robespierre, falando sobre a propriedade, afirma: "Ao definir a liberdade como o primeiro dos bens humanos, o mais sagrado entre os direitos naturais, dissestes como razão que ela tinha como limite os direitos alheios. E por que não haveis aplicado tal princípio à propriedade, uma instituição social?". Entre as medidas avançadas por ele, esquecidas pelos convencionais, está "o princípio do imposto progressivo". Na "Declaração" escrita por Robespierre, lemos: "o direito de propriedade é limitado, como todos os demais, pela obrigação de respeitar os direitos dos outros". Para garantir este ponto, o artigo 16, do mesmo texto, termina afirmando que "o povo, quando lhe agrada, pode mudar o seu governo e os seus mandatários".

No artigo 26 temos a doutrina sobre governo: "As funções públicas não podem ser consideradas como sinais de superioridade, nem como recompensa, mas como deveres públicos. Os delitos dos mandatários do povo devem ser severa e agilmente punidos. Ninguém possui o direito de se pretender mais 'inviolável' do que os outros cidadãos. O povo tem o direito de conhecer todos os atos dos seus mandatários; estes devem prestar contas fiéis da sua gestão e sujeitar-se ao seu juízo com respeito".

No discurso "Sobre a Constituição", pronunciado em 10 de maio de 1793, Robespierre coloca a aporia ainda hoje irresolvida nos Estados republicanos que se julgam democráticos: "Dar ao governo a força necessária para que os cidadãos respeitem sempre os direitos dos cidadãos; e fazer isto de um modo tal que o governo nunca possa violar estes mesmos direitos". O governo, continua, "é instituído para fazer a vontade geral respeitada. Mas os governantes possuem uma vontade particular: e toda vontade particular tenta dominar a outra". Qualquer constituição deve, segundo Robespierre, "defender a liberdade pública e individual contra o próprio governo". De modo rousseoísta, ele ataca: "o povo é bom e seus delegados são corruptíveis; é na virtude e na soberania do povo que precisamos buscar uma barreira contra os vícios e o despotismo do governo... A corrupção dos governos tem sua fonte no excesso do seu poder e na sua independência nos confrontos com o povo soberano". Robespierre invectiva a "velha mania dos governos de querer muito governar".

Apesar dessas proclamações, o político termina afirmando que "no governo representativo não existem leis constitutivas tão importantes quanto as que garantem a regularidade das eleições". E a solidez de uma Constituição se baseia "na bondade dos costumes, no conhecimento e no sentido profundo dos sagrados direitos do homem". Empurrado pelas massas e cercado pelos contra-revolucionários de todos os matizes, dentro e fora da Convenção, o setor jacobino encara, finalmente, o problema do governo comum e

suas diferenças com o governo revolucionário. O primeiro conserva a República, o segundo funda a mesma. O governo revolucionário extrai sua legitimidade da "mais santa dentre as leis, a salvação do povo" e da necessidade. Governo revolucionário não significa "anarquia nem desordem. O seu fim é, pelo contrário, reprimir as duas coisas, para conduzir ao domínio das leis (...) quanto maior o seu poder, quanto mais sua ação é livre e rápida, tanto mais é necessária a boa fé para dirigi-lo". (Relatório em 25 de dezembro de 1793 à Convenção, em nome do Comitê de Salvação Pública).

A mudança de "soberania popular" para "ditadura" é clara. A última salva o povo. Mas, e se os ditadores usufruírem o poder para si apenas? A resposta de Robespierre desalenta: o ditador deve ser vitorioso. Já Diderot advertira o perigo do tirano amável e querido pelo povo. No mínimo, seus sucessores, ou ajudantes, eternizariam a escravidão voluntária das massas. Através de muitos meandros, finalmente, deu-se, na Convenção jacobina, o que temia Rousseau: o governo, para "instituir" a boa República, tornou-se "superior" à população. Este ensaio de autonomia dos "funcionários do universal", frutificou-se de muitos modos.

Madame de Staël ressalta, nas Considerações sobre a Revolução Francesa, que após o Termidor, com o advento do governo militar e burocrático de Napoleão, foram mantidos vários prismas formais das Constituições revolucionárias, sobretudo os que forneceram ao Corso instrumentos para eliminar do campo político os seus adversários.

### Convenção Termidoriana foi, ela mesma, fundada num massacre terrorista.

Os "sans culottes", nas Assembléias Populares, insistiam na idéia e na prática da soberania do povo, e na revocabilidade tanto dos deputados (chamados por eles "mandatários") quanto dos funcionários públicos. Em 1º de setembro de 1792, a seção "Poissonière" declara: "considerando que o povo soberano tem o direito de prescrever aos seus mandatários a via a ser seguida para agir conforme a sua vontade", os deputados deveriam ser discutidos, aprovados ou reprovados pelas Assembléias primárias. A Assembléia Geral do "Marché-des-Innocents" decidiu, em 25 de agosto de 1792 "que os deputados serão revocáveis por vontade de seu Departamento", bem como "todos os funcionários públicos". Todas estas noções deixam de ser veiculadas e com a ditadura do Comitê de Salvação Pública, o qual "revocou" estas práticas de soberania popular.<sup>1</sup> Os ditadores na empresa do Estado, "despe-

diram o povo", como este podia despedi-los antes do governo "instituinte". Como disse, este ato de expulsar o povo da cena decisória, serviu para os que derrubaram Robespierre, e assim por diante, de golpe em golpe, passando pelo grande Napoleão, e pelo pequeno, até a época da Comuna de Paris, com o governo Thiers, fruto lídimo e máximo da contra-revolução Termidoriana.

Alain Badiou, em texto grave de conseqüências, escreveu recentemente sobre o conceito de "termidoriano".<sup>2</sup> Neste estudo, o autor discute certas idéias recebidas na historiografia habitual, incluindo a marxista de Soboul e outros, para quem o 9 Thermidor consistiu no "fim do Terror". Isto, argumenta Badiou, não é verdade. "A Convenção Termidoriana foi, ela mesma, fundada num massacre terrorista. Robespierre, Saint-Just, Couthon, foram executados no 10 Termidor, com dezenove outros, sem nenhum julgamento. Em 11 Termidor, a quantia é de 71 condenados, a mais elevada de toda a revolução". Ou seja: o procedimento do Terror não se confinou nas mãos dos jacobinos. Ele foi usado pela contra-revolução durante os anos 94 e 95.

É preciso recordar a idéia de que a ditadura jacobina deveria estar em "boas mãos" virtuosas. Esta base subjetiva, comenta Badiou, expõe a precariedade desta política. Os Termidorianos, justamente, usaram o poder ditatorial à imagem da constituição do Ano 3. Nela, a Virtude foi substituída pelo "mecanismo estatal da autoridade dos proprietários, o que significou instalar a corrupção no coração do Estado". Não se faz nenhum segredo, naquele texto, da ruptura entre povo e dirigentes do Estado. No artigo 366, diz-se com clareza solar: "Toda tropa não armada deve ser dissolvida". As petições, segundo o artigo 364, devem ser estritamente individuais. "Nenhuma associação pode apresentar petições coletivas, a não ser as autoridades constituídas, e apenas para objetivos próprios às suas atribuições". E, finalmente, no artigo 361: "Nenhuma assembleia de cidadãos pode se qualificar como sociedade popular".

Com o Termidor, muda o alvo dos governantes terroristas. Ele, agora, são os que afirmam o caráter popular da soberania. A fonte do Terror é o Estado, baseado no censo, dos proprietários. Não tem razão, pois, a historiografia que fala no "fracasso" jacobino e na irrupção da "verdadeira" essência burguesa, com a totalidade do processo revolucionário. Não houve "fracasso", mas o "fim" de uma política, a jacobina. Citando Saint-Just: "o que desejam os que não querem nem virtude nem terror?". Os termidorianos, avança Badiou, não querem um Estado baseado na virtude, mas querem o terror estatal. A virtude foi substituída pelo interesse. Qual interesse? O dos proprietários e do mercado.

<sup>1</sup> Citações em Iring Fetcher, *La Filosofia Política di Rousseau. Per la Storia del Concetto, democratico di libertà*. Milano. Feltrinelli, 1972, pp. 262-263.

<sup>2</sup> "Qu'est-ce qu'un Thermidorien?" In: *La République et la Terreur*, org. por Catherine Kintzler e Hadi Rizk, Paris, Kimé, 1995, pp. 53-64

Citando o termidoriano Boyssi d'Anglas, em discurso de 5 Messidor, ano 3: "Devemos ser governados pelos melhores (...) ora, com poucas exceções, só podemos encontrar semelhantes homens entre os que, possuindo uma propriedade, são apegados ao país que a contém, às leis que a protegem, à tranquilidade que a conserva". Enquanto a "virtude" era uma determinação subjetiva, "os melhores", dos termidorianos são uma figura objetiva da propriedade "condicionada absolutamente".<sup>3</sup> Para o termidoriano, o país não é, como para o jacobino, o lugar possível das virtudes. Ele é o receptáculo da propriedade. A lei, para o termidoriano, não é a máxima derivada do nexa entre princípios e situação. Ela é apenas o que protege a propriedade. A insurreição, para o termidoriano, não é dever sagrado. A sua reivindicação principal é a tranquilidade.

### Um termidoriano é constitutivamente (como sujeito) alguém à procura de um lugar

Badiou traz a noção de "termidoriano" para nossos dias. "Meditar sobre a corrupção", diz ele, "não é hoje uma tarefa inútil". Um termidoriano, por definição política, é um corrompido. Ele é um "proveitador da precariedade das convicções políticas. Mas em política só existem convicções (e vontades)".

Nós, que vivemos sob termidorianos que, após terem alardeado "ética na política", e dogmas de "esquerda", juntam-se com oligarquias endinheiradas ao longo da história brasileira às custas do erário público, nós que assistimos o espetáculo do cinismo dos que elogiam a "sensibilidade social do Antonio Carlos Magalhães", e nele sapecam "medalhas de mérito cultural"; nós que ouvimos falatórios sofisticados sobre a "ética da responsabilidade", para sacramentar o pior oportunismo e a sobrevivência no poder; nós que atestamos a ternura governamental pelos Bancos e o desprezo pela educação e saúde do povo; sabemos muito bem o que significa um termidoriano.

E mesmo historicamente, como indica corretamente Badiou, "os termidorianos são, o dossier é claro, corrompidos no sentido corrente. E não é por nada que eles vieram depois do Incorruptível. Citemos o dinheiro inglês, que eles receberam com abundância, o saque dos bens nacionais, o açambarcamento dos grãos. Citemos a pilhagem militar (Termidor também é a passagem da guerra republicana, defensiva e baseada em princípios, à guerra de conquista e rapina) e o mercado de fornecimento aos exercícios". Além disto,

Badiou lembra o conúbio termidoriano com os donos de escravos e das colônias.

Ou seja, para todo termidoriano, "histórico ou de hoje, a categoria da Virtude é declarada sem força política". Em termos fernandoenriqueistas: a "ética da convicção" é burra. Para ter eficácia, é preciso que a política seja movida pelo interesse do mercado. É isto o que Badiou chama o "fim" de uma política, com o velho oportunismo, incluindo pessoas "de esquerda" que vendem a alma por um cargo, no primeiro ou último escalão. "Um termidoriano é constitutivamente (como sujeito) alguém à procura de um lugar". O mais terrível, arremata Badiou, é que os "termidorianos históricos não foram aristocratas exteriores, restauradores, ou mesmo girondinos. Eles eram gente da maioria robespierrista da Convenção".

Retornando ao nosso tempo, Badiou compara os termidorianos que usaram as armas do governo em seu proveito, e dos proprietários, aos "novos filósofos" franceses dos anos 70 e 80, que se encastelaram no Estado monárquico de François Mitterrand,<sup>4</sup> assumindo "completa indiferença para situações não estatais", o que resultou, na França, no "rebaixamento dos intelectuais, que renunciaram à toda prescrição política inventiva, à toda verdadeira função crítica e progressista, para conquistar um espaço na mídia e nas instituições". A coincidência com o caso dos nossos termidorianos, inclusive na mediocridade dos universitários, os "acessores", não espanta.

Os defensores da soberania popular são "irracionalistas", segundo os termidorianos. Boyssi d'Anglas, o mesmo que falava dos proprietários como os "melhores governantes", forneceu o exemplo em seu discurso: "Se forem dados a homens sem propriedade os direitos políticos, sem reserva, e se eles sentarem nos bancos legislativos, eles excitarão ou deixarão excitar agitações sem temer os efeitos; eles estabelecerão ou deixarão estabelecer taxas funestas ao comércio e à agricultura, porque não terão sentido, nem temido, nem previsto, as terríveis conseqüências, e eles nos precipitarão enfim nas convulsões violentas das quais estamos apenas saindo".<sup>5</sup>

Assim, mantendo a máquina estatal e afastando a soberania popular, os termidorianos, até e depois da Comuna, utilizaram a repressão, o terror, para garantir os proprietários e os "empregos governamentais" para os intelectos acadêmicos, ou suficientemente letrados para servir como escribas e racionalizadores do social. Esta tarefa foi efetuada, com eficácia, durante muito tempo, pelos sociólogos, dos quais herdamos um presidente da República. Após certo tempo, os "engenheiros da sociedade" foram submetidos aos "economistas", nova casta de infalíveis servidores do Estado e

<sup>3</sup> Cito sempre Badiou.

<sup>4</sup> Como o "socialista" Michel Rocard, falando sobre o bicentenário da República Francesa: isto "convenceu muitas pessoas de que uma revolução é perigosa e que, caso seja possível, é melhor passar sem ela". *Le Monde* 11-01-88, cit. por Hobsbawm, Eric: *Ecoss da Marselhesa, Dois Séculos Revêem a Revolução Francesa*. SP, Cia. das Letras, 1966.

<sup>5</sup> Citado por Badiou, op. cit. p. 62.

dos governos, grandes protetores da santíssima propriedade.

Na França, hoje, os encarregados da atitude termidoriana são os tecnocratas da Escola Nacional de Administração (ENA). No Brasil, eles saem de qualquer curso universitário ou para-universitário e são ouvidos em Brasília, desde que falem o idioleto da economia e bajulem os poderosos nominais de plantão, mantendo silêncio sobre seus pactos "realistas" com oligarquias violentas e corrompidas. Tal é a lei Ricupero: "calar o que é ruim, falar do que é bom..." para o governo.

Citando Hobsbawm: ainda no século XIX, os que considerassem a Revolução Francesa um desastre "a tremenda catástrofe de 1789 seguida por cem anos de revolução, como a Edinburgh Review a chamou- assim pensavam por causado elemento popular que nela foi identificado com o jacobinismo. Mas embora houvesse referências obrigatórias ao Terror, o inimigo real era 'o princípio de que a vontade popular está sobre todas as pessoas e todas as instituições superiores', como disse Henry Reeve, um velho amigo de Guizot, de Thiers e de Tocqueville (...) pois, pensava Henry Reeve, se tal princípio fosse aceito 'haveria um fim não apenas daquilo que é chamado de limites constitucionais, mas também das próprias bases da sociedade civil e das leis fundamentais da moralidade'.

Mais adiante, Hobsbawm cita outro articulista da mesma Edinburgh Review: o sufrágio universal "tinha gradualmente solapado a autoridade das classes esclarecidas". mas o que "a maioria de nós queremos não é votar (...) mas sim um governo forte, estável, esclarecido e responsável".<sup>6</sup> Temos aí o eco das pregações de Edmundo Burke, o mesmo reacionário que, no dizer de Novalis, escreveu um "livro revolucionário contra a revolução".

Não irei desenvolver os argumentos de Burke e dos teocratas, como J. De Maistre, De Bonald e outros, sobre as supostas falácias das doutrinas sobre a soberania popular. Em vários livros, entre eles Conservadorismo Romântico, tenho insistido sobre o vagalhão romântico conservador que enxergou no povo apenas uma criança a ser dirigida. Como disse um dia De Bonald, o único direito que tem o povo é o de ser governado. Este dogma oposto à Revolução Francesa, foi partilhado por Augusto Comte e tantos outros intelectuais que, no desarrazoado imposto pelas tiranias carolas e reacionárias, propuseram uma estranha "disposição" de mando dos cientistas, e um não menos estranho desejo de submissão nos homens "intelectualmente inferiores".

Se as doutrinas contra-revolucionárias não conduzem imediatamente ao fascismo<sup>7</sup>-e isto é objeto de

debate- elas, pelo menos, ajudaram a forçar a guinada conservadora no sentido de se manter a república e se afastar a democracia.

Recomendo, com particular ênfase, os considerandos sobre o assunto no texto do Prof. João Quartim de Moraes: "Joseph De Maistre, o anti-Rousseauismo da Contra-Revolução" (Unicamp, IFCH, Cadernos Primeira Versão, nº 63, março de 1996). Dentre as constatações importantes do autor, temos a seguinte idéia: "o maior paradoxo político de nosso tempo é o de que todos se consideram democratas, isto é, consideram a democracia como um valor universal e no entanto, em parte alguma se pode dizer, no sentido rigoroso do termo, que o povo governe (nem mesmo exerça a soberania, já que a exercem políticos profissionais), não seria o caso de concordar com Rousseau em que (a democracia) é uma forma de governo de deuses? De qualquer modo, os que hoje a exaltam como um valor universal reconhecem implicitamente que é apenas um valor... não uma realidade político-institucional".

### **Os representantes rurais tiveram maioria nas Assembléias Legislativas, isolando Paris e seus habitantes do país mais vasto.**

Não irei, também, discutir pontos nucleares da Comuna, como o antagonismo "cidade-campo". Os demais expositores certamente o discutirão exaustivamente. Este aspecto, todos os estudiosos do assunto ressaltam, foi importante nas revoluções de 1830, 1848, e na Comuna. Os representantes rurais tiveram maioria nas Assembléias Legislativas, isolando Paris e seus habitantes do país mais vasto. O plebiscito de 1870, favorável a Napoleão III, o pequeno, foi perdido pelo governante apenas em Paris, Marselha, Lyon. A guerra franco-alemã, com a derrota de Napoleão e as imposições bismarckianas, também é conhecida. Depois de ceder alguma confiança ao governo provisório de Defesa Nacional, os parisienses, desiludidos, propõem a instalação de uma "comuna autônoma".

O tema da "salvação popular", enunciado por Robespierre para instalar a ditadura jacobina, afastando "provisoriamente" a soberania imediata do povo - com o resultado termidoriano e napoleônico, para falar o mínimo- é totalmente invertido pelos parisienses. "A Municipalidade ou Comuna (...) é a única salvação do povo, o único recurso contra o extermínio". Afirma a Declaração de 18 de março: "o reconhecimento e a consolidação da República, a autonomia absoluta da

<sup>6</sup> Hobsbawm, op. cit. pp. 86-87.

<sup>7</sup> O fascismo foi a "quintessência dos que tinham rejeitado completamente...a Revolução Francesa. De fato, até meados do século XX, a extrema direita poderia praticamente ser definida por sua rejeição da Revolução, ou seja, não apenas dos jacobinos e de descendência política, mas também do liberalismo, de toda a ideologia de iluminismo do século XVIII e do progresso do século XIX, para não falar da emancipação dos judeus, que foi uma das maiores e mais notáveis façanhas da Revolução Francesa", Hobsbawm, p. 100.



Comuna estendida a todas as localidades da França, e não tendo como limites senão o direito de intervenção igual para todas as demais comunas aderentes ao contrato, cuja associação deve assegurar a unidade francesa. É o fim do velho mundo governamental e liberal, do militarismo, do funcionalismo, da exploração, da escravidão, dos monopólios, dos privilégios aos quais o proletariado deve sua servidão, a pátria das infelicidades e dos desastres”.

A esse ideal, onde ecoam os ruídos da soberania popular, do controle sobre o governo, da desconfiança contra a autonomia dos funcionários, enfim, todas as vozes das doutrinas de Rousseau sobre o tema, respondeu, como sabemos, Thiers com repressão bruta e subserviência a Bismarck, com um governo centralizado em Versailles. Esta cidade é o ícone do absolutismo burocrático e monárquico, o qual sempre esteve em constante guerrilha contra a cidade de Paris, no Antigo Regime.

Ao programa de autonomia da urbe, contra a máquina estatal burocratizante, cuja construção se iniciou com Richelieu -o domador da nobreza de espada, da burguesia, do clero- e se afirmou como Thiers, a Comuna acrescenta a idéia de que aos livres grupos autônomos deve competir a administração dos interesses econômicos coletivos. O Estado seria apenas o conjunto das comunas. O Manifesto dos revolucionários proclama: “Paris se reserva o direito de implantar segundo suas próprias idéias as reformas administrativas e econômicas exigidas por sua população, (...) universalizando a autoridade e a propriedade segundo as necessidades do momento”. Embora o setor jacobino da Comuna, de modo anacrônico, a tenha ligado imediatamente a 1793, distorcendo a proposta autonomista e constituindo a nota dissonante nas noções algo confusas e atabalhoadas do movimento -certos historiadores políticos falam com desprezo da “confusão mental” dos revolucionários, como se estes fossem scholars pensando em gabinetes com ar condicionado- não é possível deixar de lado o peso da longa tradição, iniciada antes de Rousseau, e que sempre foi um obstáculo à centralização do poder nas mãos do Rei, suposto soberano.

†  
†  
† ***As funções públicas deixaram de ser  
uma propriedade privada de  
instrumentos do governo central.***  
†  
†

A tese do povo soberano e do governo como seu empregado foi aprofundada durante a Comuna, radicalizando as doutrinas de Rousseau. Para este último, como lembramos, instituindo o governo, o soberano povo converte a soberania em democracia. Reunido em assembleia, o soberano é onipotente e o poder executivo é suspenso. Toda Constituição e todos os empregos governamentais são revocáveis.

Os revolucionários parisienses levaram adiante,

radicalizando-o, o programa de reconquista da soberania popular, contra o governo e sua burocracia centralista e parasita. Assim, o principal inimigo da “administração” Thiers foram eles, e não os exércitos alemães. A “governabilidade” napoleônica, bem como as suas antecedentes absolutistas, tinha -como todo Estado burocrático até hoje- seu ponto essencial na burocracia militar. O monopólio da força, nas mãos do Estado e do executivo, é meio eficaz de afirmar a soberania contra o povo. O primeiro decreto da Comuna suprimiu o Exército profissional, substituindo-o pelo popular. Diderot recomendara aos revolucionários americanos: “nunca deixem os seus fuzis nas mãos dos governantes. Sempre que vocês pedirem uma audiência aos administradores, levem-nos nas mãos”. Os motivos são óbvios e desprezados apenas pelos partidários do soberano governo contra os cidadãos.

A Comuna não cindiu o poder em executivo e legislativo. Assim, ela rompeu o pressuposto da representação. A polícia, os funcionários, e todos os “empregos” públicos passaram a ser revocáveis a qualquer momento. Sumiu o qualificativo de “alto” dignatário do Estado, como todos os seus salários e “inviolabilidades”. Como descreve o jornalista Karl Marx: “as funções públicas deixaram de ser uma propriedade privada de instrumentos do governo central”. Os juízes, esta casta antiga e intocada pelos dominantes, tornaram-se eleitos, responsáveis, revocáveis. O fundamental, neste processo, é que a cidadania tomou nas mãos o exercício dos encargos públicos, abolindo os burocratas “infalíveis”, administradores cuja história remonta à instauração do Estado moderno.

Não desejei, neste pouco tempo, traçar uma “genealogia” das teses e práticas da Comuna. Não digo que os revolucionários “herdaram” as doutrinas de Rousseau e dos jusnaturalistas, nisto se resumindo sua riqueza social e histórica. Pelo contrário: penso que, nela, pela primeira vez na história, se tentou romper a tese da própria soberania. Um autor reacionário, Donoso Cortés, disse que “passado o poder real, não mais existe soberania, no sentido exato do termo”. Os defensores irrestritos da República representativa, de “esquerda” ou “direita”, guardaram a palavra e a noção, aplicando-a ao povo aparentemente mas visando apenas a si mesmos, sobretudo para reservar a sacralidade do seu mando. Se Donoso Cortés, em sentido conservador, aboliu a “soberania” sem Rei, a comuna atacou este fantasma histórico da “maiestas” que vem do Império Romano, e da “Respublica Christiana”. Após a Comuna, ficou difícil manter o discurso sobre a “soberania” popular, sempre que o alvo real é impor o poder burocrático. Hegel, nas Lições sobre a Filosofia do Direito, já dissera que “soberania” é propriedade do Estado. “Soberania popular”, continua o dialético, “integra o conjunto de pensamentos confusos que têm por base uma representação grosseira do povo. Sem o monarca e sem a organização (leia-se, a burocracia, Roberto Romano) que a ele se une necessariamente e imediatamente, o povo é a massa informe”, sem go-



verno, tribunais, autoridade... (Cf. § 279 nota).

No século vinte, as repúblicas invocam a "soberania popular" e mantêm um aparato burocrático que assume, sine ira et studio, poderes transcendentais e soberanos. Suas ordens, como as do Rei, não se discutem, pois "tel est son bon plaisir". Bancos Centrais possuem força maior do que a de Luís XIV e seus filhotes, como Napoleão e quejandos. Os fascistas, como Carl Schmitt, sem pudor algum, elogiam em nosso tempo o golpe de Estado e a força física, condenando os "românticos" palavrosos e os liberais não menos, que entoam lônas à soberania do povo, mas que dela fogem quando seus bens periclitam.

Para Schmitt, "soberano é quem decide sobre o caso de exceção". De outro lado, seus primos, os juristas neo-kantianos como Hans Kelsen, resolveram de vez o nosso problema: eles decretaram que tudo, incluindo a soberania popular, é "metafísica" superada, restando apenas a soberania do Estado como "idéia limite", hipótese que possibilita pensar as leis e a sua aplicação. (O Problema da Soberania)? Para se ter uma idéia destas noções jurídicas, basta citar o juízo "ci-

entífico" de Kelsen sobre as leis e a repressão. No regime nazista, diz Kelsen, "certos atos de coerção... ao mesmo tempo em que foram executados constituíam juridicamente homicídios, foram posteriormente legitimados retroativamente como sanções e as condutas que os determinaram foram posteriormente qualificadas como delitos" (Teoria Pura do Direito, citada por Marcio Sotelo Felipe, Razão Jurídica e Dignidade Humana).

Escapando da explícita violência fascista e da violência hipócrita do positivismo jurídico, o experimento da Comuna foi lido, em nosso tempo, como via poética, utópica, ou "coisa de anti-clerical fanáticos". Na verdade, o que os bem pensantes de todas as repúblicas e social-democracias de ontem e de hoje não perdoam, é terem os parisienses, durante um curto período de tempo, demonstrado que a metafísica soberania pode e deve ser superada na prática, e não nos discursos, mesmo que respeitáveis, de Rousseau, Robespierre, ou da esquerda "que diz sim", de muitos modos. Como advertiu o divino.



**Conheça o  
Boletim do  
Centro de  
Letras e  
Ciências  
Humanas da  
UEL.**

# A Comuna de Paris

**Professor Maurício  
Tragtenberg**  
**Doutor do Departamento  
de Ciências Sociais  
da Pontifícia Universidade  
Católica de São Paulo**

Auto-organização autônoma operária não surge magicamente, é produto de um "trabalho" de uma tradição histórica. O século XIX assiste o seu movimento revolucionário que engloba tradição e criação.

Durante o século XIX, houve uma lenta, mas segura transformação do movimento revolucionário, onde a Comuna de Paris tem um grande papel na continuidade histórica do movimento revolucionário. 1789, 1848, 1871, se inserem na consciência coletiva, nas representações sociais.

São os movimentos que os historiadores da Escola dos Annales chamam de "movimentos de grande duração".

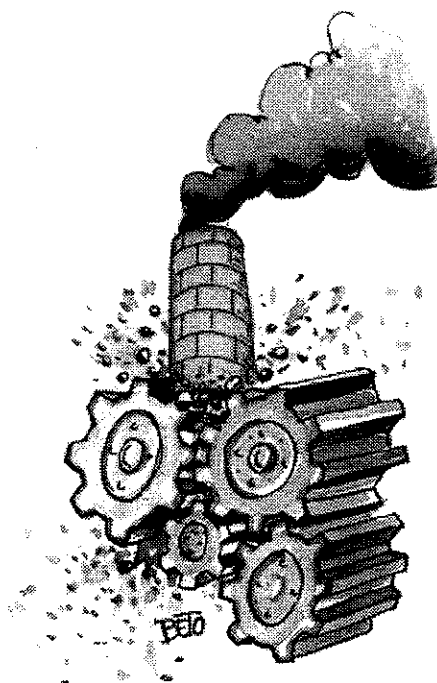
Existem as mudanças econômicas, as sociais, as políticas onde as mudanças mentais também aparecem com uma certa autonomia sobre o social.

Após a Revolução Francesa, surgem duas tendências dos movimentos revolucionários que ressurgem na Comuna de Paris: a) um movimento revolucionário centralizado com uma organização hierarquizada; e movimentos revolucionários de massa, se cristalizando na dualidade: sans culotes e jacobinos. As várias tendências da Comuna de Paris pertencem à herança de uma ou outra tendência revolucionária herdada da Revolução Francesa.

Desde 1789 os sans-culottes eram o motor da ação revolucionária permitindo a instauração de um governo revolucionário e a derrota da contra-revolução restauradora na França. Sua base teórica era a prática do conceito sobera-

nia popular com base nas seções que tinham direito à sancionar as leis, eleger e revogar os eleitos. Era a prática de um governo direto, contrária à jacobina fundada no centralismo e na delegação.

Em 1793 define-se uma linha específica do movimento revolucionário na França: a linha libertária "espontânea". A base



concentra todos os poderes, nada delega a qualquer ditadura pessoal e a colegiada só pode ser uma usurpação. Isso explica o fracasso de Marat em nomear um ditador, ou de Herbert de tentar criar um guia para as massas populares.

Os sans culottes pretendem exercer a soberania popular e sem limitação, a lei é válida na medida em que é feita pelo povo e por ele

sancionada. Praticam a justiça popular e o armamento do povo.

Albert Soboul destaca o que de original e específico aparece na prática dos sans culottes: 1) de início a publicidade dos atos revolucionários com base na noção que o revolucionário tem da vida pública. Segundo Comte, o republicano vive às claras.

A burocracia, as assembleias populares decidem em sessões públicas, vota-se em voz alta em escrutínio aberto. Os "maus" cultivam o segredo, a denúncia se torna um dever cívico.

O escrutínio aberto cede lugar ao voto por aclamação.

Porém, a vitória dos jacobinos acaba com o voto em voz alta e por aclamação.

Isso separará o povo da revolução.

Para Soboul o voto por aclamação implicava na mobilização popular direta, no combate à indiferença política, na solidariedade fraternal entre o povo, o desejo fraternal era o símbolo e o juramento lhe confere um valor místico.

Unidos fraternalmente a fraternidade com base na unidade popular.

O tratamento de "cidadão" e "você" surge com o ingresso dos sans culottes na vida política.

Robespierre era contrário ao "você".

O jacobinismo odiava tanto a contra-revolução e o "herbertismo". Achavam que qualquer facção é criminosa, na medida em que divide a população.

Enquanto o militante das Seções luta pela unidade através

da fraternidade, os jacobinos transformam a unidade em princípio ideológico.

Enquanto a revolução destruiu as Corporações, as Ordens, o jacobino restaurava o espírito de Partido.

São pequenos comitês que definem a linha política de cima para baixo.

Pratica o jacobino a "deputação"; escrutínio depurador é o meio pelo qual o jacobino julga os candidatos, limita a competição entre os candidatos. Cooptação e nomeação substituem a eleição.

O espírito revolucionário das massas foi canalizado para os fins definidos pelo grupo dirigente. As sociedades fundadas nas seções dissolvidas em 1794 como a hidra federalista.

O jacobinismo se aliena das Seções, daí a oposição entre sans-culottes e jacobinos.

A divisão das forças revolucionárias levam ao thermidor.

Robespierre exaltado em 30 pelos republicanos, não sobrevive a 1848. Por sua vez Blanqui se define como anti-robepierrista, este anti-clerical e ateu não perdoa a tentativa robepierrista de ressuscitar o "ser supremo". Porém a prática revolucionária de Blanqui pelo centralismo e elitismo, é ligada ao jacobinismo.

Pelo centralismo autoritário MARAT herda o jacobinismo, desprezo da espontaneidade das massas e da democracia direta.

O jacobinismo persistirá na linha centralista de baubovismo e no blanquismo.

A tradição do sans-culotismo característica do comportamento político popular se afirmará no espontaneísmo e tendências anarquistas.

## 1848

Essa revolução dura de fevereiro a junho, ela é o presságio de 1871.

Em 1848 os trabalhadores fundam a "liga dos trabalhadores associados para promover a Revolução Social".

São instaladas inúmeras Assembléias, discussão nas praças públicas da condição operária.

Formou-se a Comissão do Luxemburgo para ganhar tempo.

As assembléias corporativas reúnem trabalhadores da mesma profissão, daí surge uma Comissão que organiza os trabalhadores em "SOCIEDADES FRATERNAS". Depois, em "SOCIEDADES FRATERNAS DO ESTADO". São chamadas Comissões de Organização, compostas de operários indicados por cada fábrica estatal, depois escolhidos pelos seus companheiros em Assembléia Geral.

Aparecem operários pertencentes às grandes construtoras de máquinas. Estradas de Ferro, a Revolução de 48 retoma o Direito de Associação. Greve geral. As Oficinas nacionais reúnem 170 novos operários.

O Banco Nacional planifica e controla as Oficinas Nacionais.

## O Estado Usurpa a Associação

Os trabalhadores apresentam essa estatização como escravizante dirigida por nova aristocracia de burocratas. Os trabalhadores solicitam a diminuição da jornada de trabalho para frequentar a escola de ensino mútuo, alfabetização de adultos, universidades populares. Os representantes dos trabalhadores seriam escolhidos por sorteio dentre eles, a pedido dos mesmos para abreviar o tempo de escolha.

A manifestação mobiliza 200.000 operários, "três" delegados de ofícios mecânicos em nome de uma Comissão de Delegados Operários para a Organização do Trabalho, defendem sua autonomia nessa ação.

As assembléias operárias reafirmam prestígio seus autênticos representantes por elas escolhidas.

A resistência ante o Estado, a autonomia operária em 1848, se auto-define através de uma organização unitária expressa pelo JORNAL DOS TRABALHADORES.

Sua finalidade é criar uma Associação de Corporações Operárias para garantir a unidade e autonomia dos trabalhadores para enfrentar Blanc e o Comitê de capacidades que ele criou para enfrentar os trabalhadores.

A finalidade da Associação é lutar contra a exploração do homem pelo homem, pela associação de produtores, pela organização dos consumidores.

O Comitê Central pretende substituir o Estado no controle das oficinas nacionais, para enfrentar a influência bonapartista.

A repressão estatal de JUNHO, fixou-se no desarmamento dos operários que resistem. O princípio da autonomia operária, o princípio da Comuna Revolucionária, aparece explicitado quando um dos COMUNARDS próscritos afirma:

"Quando pela insurreição do povo, os operários reconquistarem o direito de serem homens, quando exercerem esse direito sem intermediários, terão fundado o reino da justiça e da abundância. Sim, farão a revolução de moto próprio, só que desta vez, ela se denomina verdadeiramente a Revolução Social.

A centralização dissolveu a Comuna, a associação onde o operariado tornou-se um povo administrado por funcionários irresponsáveis, segundo ROYEL COLLARDI. O princípio da Associação fora definido em 1734 por Vitor Considerant, que distinguia os democratas em duas categorias: a) os que querem que o povo se governe; b) os democratas que querem governá-lo. A delegação de poderes, segundo ele, leva ao domínio de uma classe.

(V. Considerant - La Solution ou le Gouvernement Direct du Peuple, Paris, 1851.)

## Causas da Comuna de Paris

Ela surge de uma oposição, que chamamos patriótica, contra o Governo de Defesa, ou como era chamado, de Traição Nacional; de

uma oposição republicana contra a Assembléia reacionária de Versalhes e de uma postura socialista ou social, contra as leis que aumentavam a miséria nacional.

Ao lado disso, a descapitalização da cidade irá condicionar uma aliança entre a classe média e os trabalhadores.

A resistência transforma-se em levante, este em insurreição, esta em Revolução.

Ela limita-se à Paris pelo seu isolamento, pelo pouco tempo em que vigorou a Comuna. Foi a primeira revolução socialista da história.

A Comuna durará sete semanas; menos de dois meses. Nesse ínterim, realizou inúmeras reformas sob o comando de trabalhadores exercendo o poder executivo, legislativo, dirigiam os serviços públicos, comandando também as forças armadas.

Teve ela, influência significativa da ideologia proudhoniana, da tradição jacobina, do blanquismo e do marxismo. Essa pluralidade de influências era uma característica da Associação Internanacional dos Trabalhadores, dos sindicatos, das cooperativas e das sociedades do Livre Pensamento existentes na época.

A Comuna de Paris teve apoio unânime de todas as facções da esquerda dos anarquistas na pessoa de Bakunin aos adeptos de Marx.

Os dois grandes teóricos afirmam em comum:

a) Paris reafirma sua força histórica tomando a iniciativa;

b) a maioria de seus mártires permanecerá no coração da classe operária;

c) Paris inaugura uma nova era com a Comuna de Paris\* esse é o sentido da mesma.

Um dos problemas da Comuna era que havia excesso de tarefas para muito pouca gente. Logo após a proclamação da Comuna de Paris na Prefeitura era impossível encontrar o documen-

to do Registro Civil. No Ministério de Relações Exteriores, os "comunards", foram guiados pelo porteiro. Os funcionários de alto escalão fugiram para Versalhes, isso levou os "comunards" à improvisação administrativa.

O serviço de ambulância no Palácio das Indústrias carecia de pessoal e material, os médicos partiram para Versalhes.

Os membros da Comuna com cargos, ganham 15 francos por dia, o que recebia um operário qualificado na época. Por esse salário, preenchiam três ou quatro funções, que sob qualquer governo burguês, rendiam 30.000 a 100.000 francos cada função. Ao mesmo tempo, duplicaram o salário dos professores, das professoras e dos monitores. A Comuna, no curto período em que existiu, suprimiu o trabalho noturno nas padarias, em cada seção da Prefeitura criou um Escritório de Reintegração do trabalhador, - casas vazias postas à disposição da população, as fábricas abandonadas, passaram a ser geridas pelas cooperativas operárias de produção suprimiu as multas sobre os salários operários.

Mesmo sem a Comuna adotar a jornada de trabalho de oito horas, conseguiu por em vigor a jornada de nove horas.

Na parte judicial, a Comuna acabou com a venda de cargos na Magistratura, proclamou a gratuidade do testamento, da adoção e das procurações.

Aboliu a pena de morte e proclamou a eleição dos juizes. Separou a Igreja do Estado. Proclamou o ensino laico. Ela se define partidária da República Universal.

Coloca na direção dos "federados" os trabalhadores de origem alemã ou polonesa com Wroblewski, Bombrowski.

Entre os "comunards" havia uma Legião Belga e uma Italiana.

Mais de mil trabalhadores foram presos pelos Versalheses após a derrota da Comuna. Por

decreto, suprimiu o exército permanente.

A COMUNA, - como escreve João Bernardo no "Para uma teoria do modo de produção comunista" Editora Frontamento, Porto., se constituiu na primeira forma da superação do movimento operário. Tentou o operariado a extinção do poder político da direção do social, do econômico pelos trabalhadores eleitos (intermediários), revogáveis a qualquer momento. Tudo isso constituía os inícios de um novo modo de produção.

A grande novidade da Comuna de Paris - vista por Marx - era ser um poder político em extinção.

Isso leva - ainda segundo João Bernardo, o que as novas estruturas criadas pela Comuna de Paris a constituir a base material de um novo modo de produção onde o social domine o econômico (Para uma Teoria, J. Bernardo pág. 128). A persistência nos movimentos posteriores à Comuna de Paris da auto-organização é a condição para um movimento de trabalhadores com espírito de autonomia num mundo onde a heteronomia pretende eternizar-se, na forma de neo-liberalismo ou o fetichismo do mercado.

### Obras utilizadas

G. D. H. COLE, História del Pensamento Socialista (1850-90). Editora Fondo de Cultura Economia, Mexico, vol. II, 1980.

LISSAGARAY P. Oliver - Hist. da Comuna de Paris, Ed. Ensaio, SP, 1991.

Jean JAURÉS - Histoire Socialiste de la Revolution Française, vol. XI.

Jean ALLEMANE, Mémoires d'un Communard, Ed. Mâspero, Paris.

G. LEFRANÇAIS, Souvenirs d'un Revolutionnaire, Paris, 1902.

\*citação de memória de K. Marx "La Guerre Civile en France"

***Apoio:***



**Universidade  
Estadual de Londrina**